



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Diogo Lemos

**A REAL BARRACA DA AJUDA**  
MAPEAMENTO E RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICOS

Dissertação no âmbito do mestrado integrado em arquitetura orientada pelo Professor Doutor Rui Aristides Lebre e apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra ao Departamento de Arquitetura

Março de 2019



# ***A REAL BARRACA DA AJUDA***

## **MAPEAMENTO E RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICOS**



**UNIVERSIDADE D  
COIMBRA**

**FACULDADE  
DE CIÊNCIAS  
E TECNOLOGIA**

Diogo Lemos

Departamento de Arquitetura, FCTUC

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientação: Professor Doutor Rui Aristides e Professor Rui Lobo



## Agradecimentos

A todos os que me são queridos e em quem encontrei apoio durante todo o processo de trabalho.

Aos meus orientadores, Professores Doutores Rui Aristides e Rui Lobo e Professora Cátia Ramos por todo o apoio e investimento.



## Resumo

A construção da morada régia que perdurou na história como a *Real Barraca*, na zona do Alto da Ajuda, decorre da maior catástrofe portuguesa setecentista: o terramoto de Lisboa de 1755. A partir deste momento, D. José I, fragilizado pelo terror vivido na capital, recusará habitar em edifícios construídos em pedra.

Ao desconsiderar o estabelecimento da morada régia nos palácios reais disponíveis, como o Palácio de Mafra, o monarca dará início a um novo paradigma que redefinirá o curso da produção arquitetónica régia – adversa à tipologia construtiva e material explorada nos edifícios concebidos no reinado de D. João V. Todavia, ao substituir a utilização da pedra pela utilização de materiais e sistemas construtivos mais efémeros – como o tabique –, o novo palácio real tornava-se, inversamente, mais suscetível de ser ameaçado por outro tipo de catástrofes sendo, com efeito, consumido, quase na sua totalidade, por um incêndio em 1794.

Partindo da pesquisa e análise bibliográfica e documental, a presente dissertação tem como objetivo principal expressar visualmente o complexo palaciano da *Real Barraca da Ajuda*. Neste sentido, a investigação pretende, num primeiro plano, analisar o caso de estudo a partir dos seus antecedentes e origens, viabilizando, conseqüentemente, a compreensão do seu enquadramento urbano e arquitetónico.

Apesar da existência de algumas fontes documentais que expressam a lógica organizacional deste complexo arquitetónico, a sua leitura como corpo com “vida” é apenas feita textualmente, através de (poucas) análises que não problematizam uma abordagem arquitetónica e construtiva. Neste contexto lacunar, e aliado ao facto de a iconografia de época conhecida não permitir a satisfatória compreensão arquitetónica da *Real Barraca da Ajuda*, revela-se igualmente residual o investimento na produção de elementos visuais sobre o objeto de estudo. Não obstante, reveste-se de especial importância viabilizar uma noção mais precisa e “materializada” do complexo arquitetónico em análise. Para cumprir tal propósito, foi produzido “material visual” (modelos bi e tridimensionais) que facilita e viabiliza a leitura do objeto arquitetónico.

A investigação trata, portanto, de capturar este breve e efémero momento da história da arquitetura régia portuguesa do reinado de D. José I.

**PALAVRAS-CHAVE: REAL BARRACA DA AJUDA, D.JOSÉ I, PALÁCIO, ARQUITETURA RÉGIA, BELÉM-AJUDA, GIOVANNI GALLI BIBIENA.**



## Abstract

This dissertation purposes to analyze, organize and systematize all the documentation regarding the lost palace called *Real Barraca da Ajuda*. This gathering of information aims to bring a new collected understanding of its background, origins and precedents, elucidating not only its social, political and economic context but architectural form.

This dissertation departs from the problem that, although there exists relevant documentary elements and historiographical research expressing the orgazational logic of this architectural complex, its understandings as an architectural body with “life” has been something missing. Most existing representations of it exists in text and through very few original drawings. In other words, the limited documental records about the *Real Barraca da Ajuda* do not allows its full understanding as once lived architectural complex and urban space. This dissertation therefore, aims to help correting this problem by producing a more precise and “materialized” notion of its architectural shape and urban life.

Together with a detailed analysis of existing historical records and relevant research, this wok attempes to visually reproduce the palace, rendering its architectural program and life a more concrete reality. It is this work’s intention this material may serve future research on the subject. This construction of a royal palace at the top of the *Alto da Ajuda* remembered the *Real Barraca* was born of the disaster that was the 1755’s Lisbon earthquake. Fearing life in stone constructions, king D.José I refused move to other palaces in the kingdom, ordering instead the erection of a new palace that would put his mind at ease with the possibility of other earthquakes. Unlike the ruler king D.João V, this decision born of fear will produce a new way of conceiving royal architecture, bringing to the fore more ephemeral materials than stone, brick and cement. Ultimately, this will contribute to the demise of the Real Barraca, consumed by fire in 1794.

This dissertation is about capturing this brief and ephemeral moment in royal and palatial architecture.

KEY-WORDS: REAL BARRACA DA AJUDA, D.JOSÉ I, PALACE, ROYAL ARCHITECTURE, BELÉM-AJUDA, GIOVANNI GALLI BIBIENA.



## Principais Abreviaturas

**AHM** Arquivo Histórico Militar

**AHMF** Arquivo Histórico de Ministério das Finanças

**AHMOP** Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

**AML** Aquivo Municipal de Lisboa

**ATC** Arquivo do Tribunal de Contas

**ANTT** Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo

**BAB** Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes

**BNP** Biblioteca Nacional de Portugal

**C.** Cerca de

**CR** Casa Real

**Cx.** Caixa

**GEO** Gabinete de Estudos Olisiponenses

**MCT** Museu Cívico de Torino

**Mç.** Maço

**MNAA** Museu Nacional de Arte Antiga

**MR** Ministério do Reino

**S.d** Sem data



## Índice

<b>Resumo</b>	7
<b>Introdução</b>	15
<b>PARTE 1. O Alto da Ajuda</b>	
<b>1.1. Os primórdios do Alto da Ajuda</b>	
<b>1.2. Anobre Ajuda no reinado de D. João V</b>	27
1.2.1. Portugal e as relações com a Santa Sé – O paradigma barroco na arquitetura portuguesa na primeira metade do século XVIII	29
<b>PARTE 2. A <i>Real Barraca da Ajuda</i> no Tempo e no Espaço.</b>	
<b>2.1. A Real Barraca da Ajuda</b>	45
<b>2.2. O Alto da Ajuda como morada régia</b>	49
2.2.1. <i>Barraca</i> ou palácio?	57
2.2.2. Implantação, morfologia e materialidade	59
<b>2.3. Tipologia arquitetónica</b>	75
2.3.1. A esfera pública	77
2.3.2. A esfera privada	81
<b>PARTE 3. Reconstituição do complexo arquitetónico da <i>Real Barraca da Ajuda</i></b>	
<b>3.1. Vestígios vivos do palácio</b>	89
<b>3.2. Vestígios documentados do palácio</b>	109
<b>3.3. Reflexão sobre algumas das suas extintas parcelas</b>	117
<b>Conclusão</b>	137
<b>Bibliografia</b>	141



## Introdução

A *Real Barraca da Ajuda* existiu, precisamente, onde hoje se encontra o Palácio da Ajuda, situado na freguesia da Ajuda. Anexa à freguesia de Belém, a zona do Alto da Ajuda começa a ganhar considerável destaque após o início da construção do Mosteiro de Santa Maria de Belém, no século XV, sendo, a partir deste momento, progressivamente, habitada pela realeza e nobreza.

No decorrer dos tempos em que a autoridade régia desempenhava um carácter absoluto e de centralização do poder, orbitando à sua volta as estruturas clericais e nobres, Belém, e mais propriamente o Alto da Ajuda, revelavam-se locais propícios à implantação de vários empreendimentos arquitetónicos de carácter sagrado e profano. Será, contudo, na primeira metade do século XVIII, durante o reinado de D. João V, que se criam as oportunidades necessárias para reforçar o estatuto de grandeza desta zona, abrindo caminho para que, no reinado do seu sucessor, D. José I, se repense o Alto da Ajuda como o sítio mais propício à construção de um palácio real.

Com o terramoto de 1755 e consequente fixação da morada régia de D. José I no Alto da Ajuda, criam-se oportunidades para conferir a Belém infraestruturas e programas arquitetónicos necessários ao funcionamento de um polo urbano ao qual fora conferido um estatuto de nobreza. Efetivamente, com a vinda da família real para a Ajuda, a demografia populacional da zona aumenta consideravelmente entre os anos de 1755 a 1758, crescendo o número de fogos, em 3 anos, de 1052 para 1822.

A família real manter-se-á no Alto da Ajuda durante os reinados de D. José I (1750 – 1777) e de D. Maria I (1777 – 1792). Dado facto, aliado ao carácter efémero dos sistemas construtivos e materiais utilizados, tornará a configuração do palácio numa complexa e irregular sucessão de estruturas edificadas: fruto de várias campanhas de obras e acrescentos, posteriormente consumidos, quase na totalidade, por um incêndio ocorrido no ano de 1794.

O ponto de partida desta investigação decorre do facto de a *Real Barraca da Ajuda* ter desaparecido no final do século XVIII e, até ao momento presente, não se conhecer documentação ou investimentos científicos que permitam compreender

este palácio real como objeto arquitetónico.



Embora se revele consensual que o caso de estudo carece de investimentos científicos, revelaram-se fulcrais os contributos de Maria Isabel Abecasis, Pedro Januário e de Aline Gallasch-Hall de Beuvink.

Devido à escassa bibliografia existente sobre o tema, a presente dissertação concentrou-se, essencialmente, na reflexão de fontes primárias conservadas em arquivos históricos e na obra de Maria Isabel Abecasis<sup>1</sup>. Neste sentido, o processo de investigação do caso de estudo revelou-se complexo e, além dos escassos estudos sobre o tema, lida com o facto de existirem excepcionais representações iconográficas. No mesmo sentido, embora as representações de época apuradas configurem elementos essenciais à noção morfológica ou lógica organizacional do complexo arquitetónico em foco, estas revelam-se, também, por vezes, pouco fidedignas para uma reconstituição rigorosa da arquitetura do palácio. Não obstante, as poucas fontes primárias que conseguimos apurar geram, desde logo, uma das problemáticas da dissertação: a complexidade em expressar com rigor a tridimensionalidade do espaço e respetivos materiais construtivos que, em suma, configurariam o aspeto do perdido palácio.

A dissertação divide-se em três partes. A primeira tratará de compreender o contexto que precede a construção da Real Barraca, incidindo sobre a organização administrativa e urbana da zona de Belém-Ajuda. Este capítulo compreende os séculos XIV e início do XVIII e tem como principal objetivo explicitar, de forma cronológica, a evolução da zona em estudo. A segunda e terceira partes, focos centrais da investigação, pretendem analisar e refletir sobre a documentação existente relativa ao caso de estudo, trazendo a debate análises e perspetivas arquitetónicas sobre edifício, essenciais à sua compreensão.

Neste sentido, a investigação sobre a *Real Barraca da Ajuda* desenvolve-se, fundamentalmente, em torno de representações da época que, como veremos, contemplam duas importantes plantas: uma que a relaciona unicamente com o seu contexto urbano e outra cuja escala, mais aproximada, representa a lógica administrativa e organizacional do edifício: das suas divisões internas, pátios e jardins.

---

<sup>1</sup> Abecasis, Maria – *A Real Barraca, A residência na Ajuda dos Reis de Portugal após o terramoto (1756-1794)*. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

Estas plantas serão relacionadas e sobrepostas com outras do século XIX e com vistas áreas atuais de forma a criar propostas de implantação do palácio. Analisar-se-ão, também, vistas panorâmicas de época, registos fotográficos dos séculos XIX e XX e descrições desse período que permitam traçar com rigor algumas parcelas do palácio, possibilitando, pela primeira vez, a apresentação e reflexão de hipóteses que visam a sua reconstituição.



## 1. O Alto da Ajuda

### 1.1. Os primórdios do Alto da Ajuda

Para se compreender o desenvolvimento da freguesia da Ajuda, remontemos às suas origens.

A criação desta freguesia, na segunda metade do século XVI, deve a sua origem à crescente devoção prestada a uma imagem de Nossa Senhora da Ajuda que terá aparecido a um pastor no então designado Alto do Penedo, no início do século XV. O culto prestado no local da aparição da imagem ganha considerável dimensão e notoriedade através da veneração prestada por D<sup>a</sup>. Catarina (1507 – 1578), viúva do rei D. João III (1502 – 1557). Consubstanciada na devoção por parte da realeza, assim nasceria a primeira ermida local que, mais tarde, daria lugar à igreja paroquial daquele que é, atualmente, o largo da Ajuda.<sup>2</sup>

O percurso através do qual se efetuavam as romarias, designado *Estrada do Penedo* – atual calçada do Galvão –, estabelecia a ligação entre a zona do Restelo e a ermida erigida no Alto da Ajuda (figura 2). Pontuando este eixo, viriam a estabelecer-se, a partir do século XVI, vários casarios e palácios nobres que acompanhavam a cota do percurso. Mais tarde, já no século XVIII, paralelamente a este, seria aberta a Calçada da Ajuda.

Na transição para o século XVI, Lisboa expande a sua estrutura urbana com o “ultrapassar” da muralha fernandina para ocidente e oriente. A par com este acontecimento, a corte e a nobreza afirmam o seu estatuto através de um novo paradigma que reforçava a necessidade de fixação próxima do rio Tejo: junto dos complexos arquitetónicos que promoviam o *modus vivendi* assente no comércio das riquezas advindas das ocupações territoriais transatlânticas. Do mesmo modo, também a arquitetura dos circuitos régios evolui, trasladando-se, com efeito, o poder real do Paço da Alcáçova para o Paço da Ribeira – situado naquela que viria a ser a atual Praça do Comércio<sup>3</sup>.

---

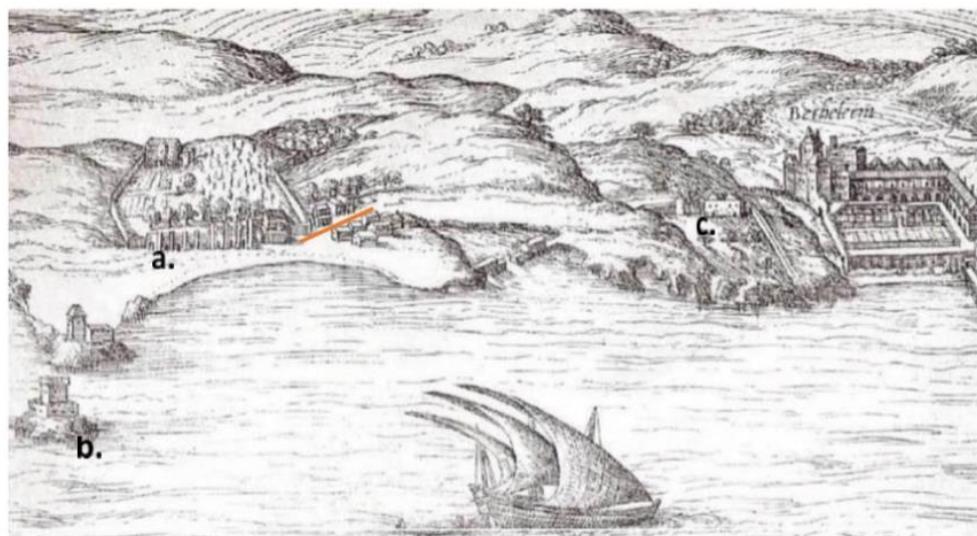
<sup>2</sup> Coelho, Ana Cristina *et Al.* – *A Freguesia da Ajuda: no Tempo e no Espaço*. Lisboa: Junta de Freguesia da Ajuda, 2013, pp. 11 a 13.

<sup>3</sup> Senos, Nuno – *O Paço da Ribeira*. Lisboa: Ed. Notícias, 2002, pp.55 a 62.



**Fig.1** Braunio Geroge, *Panorâmica de Lisboa*, c. 1572, BNP.

O Bairro Alto, Rossio, Baixa e Terreiro do Paço marcam aqueles que são os centros da cidade, tendo sido com o projeto urbanístico do Bairro Alto que a consciência urbanístico-arquitetónica matura, verificando-se um desenvolvimento urbano na zona oriental da cidade nas zonas da Graça e Olarias.



**Fig.2** (Pormenor) raunio Geroge, *Panorâmica de Lisboa*, c. 1572, BNP.

Panorâmica da zona do Restelo e Torre de Belém (b) onde se nota, à direita do Mosteiro dos Jerónimos (a) aquela que poderá ser a atual Calçada do Galvão (então *Estrada do Penedo*) e que fazia ligação da zona ribeirinha à ermida construída no alto da Nossa Senhora da Ajuda. À Esquerda do Paço Real de Santos encontram-se os primórdios daquele que viria a ser o atual Palácio de Belém (c).

No século XVI, Lisboa estendia-se então em doze novas freguesias para além das vinte e três estabelecidas no século XIII. Através dos registos panorâmicos de George Braunio ou Sebastian Munster podemos também afirmar que o urbanismo Olisiponense do século XVI define a cidade a nascente pela zona de Madre Deus e a poente pela zona dos Jerónimos, onde terá sido mandado erguer o Real Paço de Santos no reinado de D. Manuel I.<sup>4</sup>

Após o rei D. Manuel I (1469 – 1521) ordenar a construção do Mosteiro de Santa Maria de Belém – Mosteiro dos Jerónimos –, e sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, verifica-se a construção de algumas quintas e casas nobres na zona do Restelo. Situação plasmada no legado do Conde D. Manuel (1516 – 1606), descendente direto por varonia do primeiro Conde de Vimioso, que em 1559 determina a construção de um complexo arquitetónico composto por vários casarios – localizados a poente da *Rua Direita de Belém*, hoje Rua de Belém –, visando o aproveitamento paisagístico e o favorável abrigo do vento norte, propiciado pela elevação da colina da Ajuda.<sup>5</sup>

Entre os vários casarios e palácios nobres que começam a emergir nesta zona, estabelece-se o conjunto edificado que, ao abrigo de campanhas de obras posteriores, viria a tomar a forma do atual Palácio de Belém. Originalmente designado *Paço dos Bichos*<sup>6</sup>, este palácio pertencia aos condes de Vimioso e Aveiras e, durante séculos, destacou-se pela vista que detinha sobre o Tejo. O engrandecimento desta quinta efetua-se com a iniciativa do 3º conde de Aveiras (1648 – 1740), já no século XVII, ao anexar à área deste complexo – então designado *prazo de baixo* – outra que lhe era confinante – *prazo de cima*.<sup>7</sup> Esta anexação territorial que configura a atual área da designada Quinta de Belém, possibilitou a incorporação de cursos de água que viriam a ser imprescindíveis para o

---

<sup>4</sup> “Em meados do século (...) Lisboa contaria cerca de 80 mil habitantes, com 432 ruas e travessas, 89 becos, e 62 postos que viriam a evoluir do seu estatuto de meio rural para sítios e depois bairros (...)”. França, José-Agusto. Lisboa: Urbanismo e Arquitetura. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p.15.

<sup>5</sup> Santa-Clara, Ana Teresa, Gaspar, Diogo – *O Palácio de Belém*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 2009, pp.17 a 21.

<sup>6</sup> O *Paço dos Bichos* tem na sua génese toponímia o facto de albergar várias criaturas exóticas, muitas delas vindas do continente africano. Santa-Clara, Ana Teresa, Gaspar, Diogo – *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>7</sup> “*Prazo: Terra ou propriedade constituída em enfeiteuse. Transferência de um senhorio para outrem do domínio útil através de arrendamento anual (foro)*.” Abecasis, Maria – *A Real Barraca, A residência na Ajuda dos Reis de Portugal após o terramoto (1756-1794)*. Lisboa: Tribuna da História, 2009, p.182.

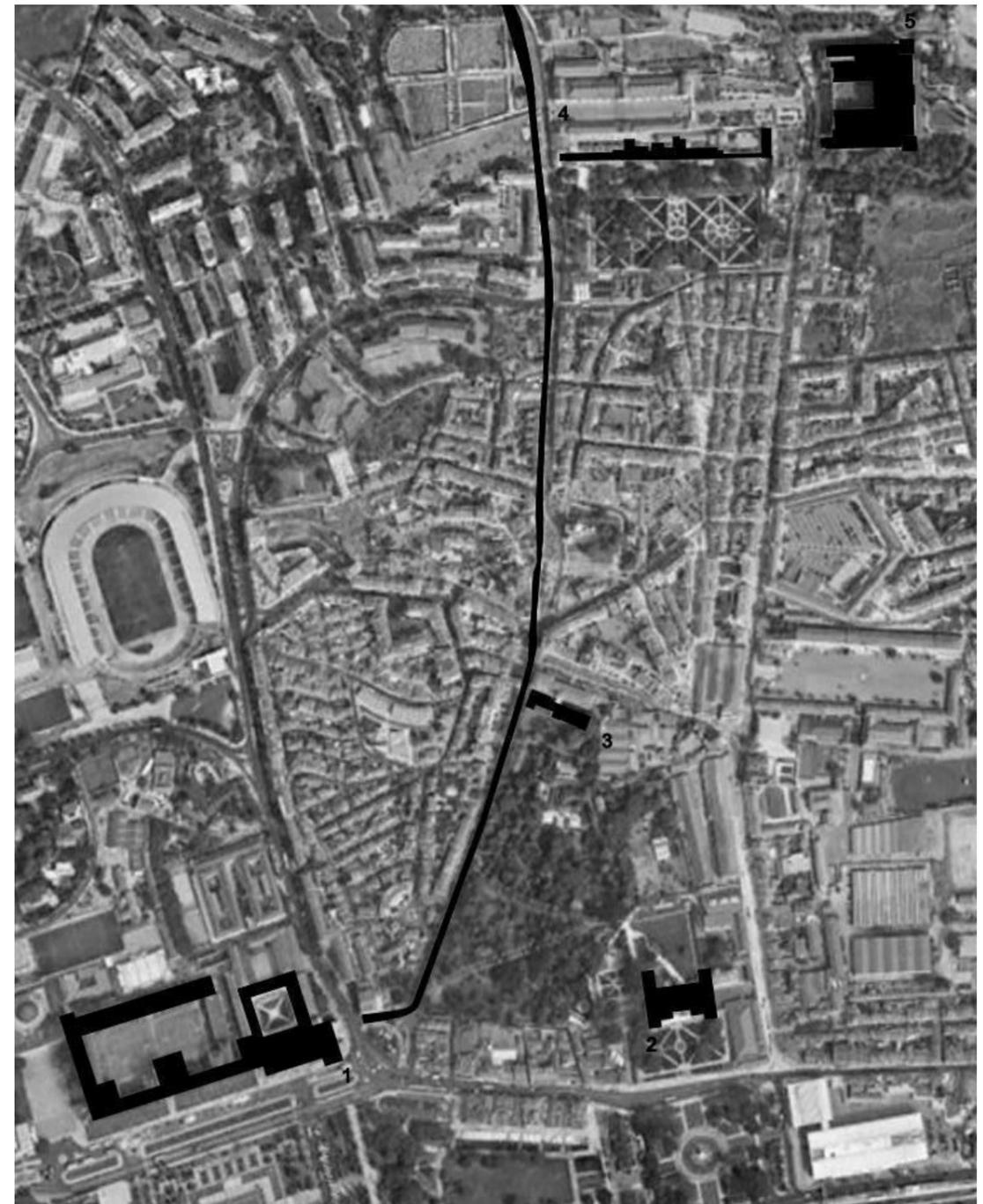
engrandecimento projetual futuro, empreendido por D. João V.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Santa-Clara, Ana Teresa, Gaspar, Diogo – *Op. Cit.*

De entre os vários complexos arquitetónicos existentes na zona que, tal como a Quinta de Belém, chamarão à atenção de D. João V, destaca-se o palácio dos Duques de Aveiro (Figura 3, legenda 2). O início da sua construção – cuja área era afeta aos terrenos dos frades jerónimos – remonta à primeira metade do século XVI e serviu, primitivamente, de habitação ao arquiteto João de Castilho. Só posteriormente, depois de o arquiteto partir para as obras do Convento de Cristo, em Tomar (1522), é que o edifício é adquirido por D. Jorge de Lencastre (1548 – 1578), 2º Duque de Aveiro.<sup>7</sup>

De assinalar, também, o Palácio do Conde de Óbidos (outra grande casa fidalga portuguesa), então designada *Quinta do Conde Meirinho-Mor*. Localizada mais a Este de Belém, a sua edificação remonta, também ela, à segunda metade do século XVI, tendo como primeiro proprietário, D. Fernando de Mascarenhas (1643 – 1719), 2º Conde de Óbidos e Meirinho-Mor do reino. Já no século XVII, e com o progressivo enobrecimento da encosta da Ajuda, os condes de Óbidos edificam um outro palácio que se manterá praticamente inalterado estruturalmente até aos dias de hoje (figura 3, legenda 4). Este edifício, como veremos, desempenhará um papel essencial como parte integrante do complexo da *Real Barraca da Ajuda*.



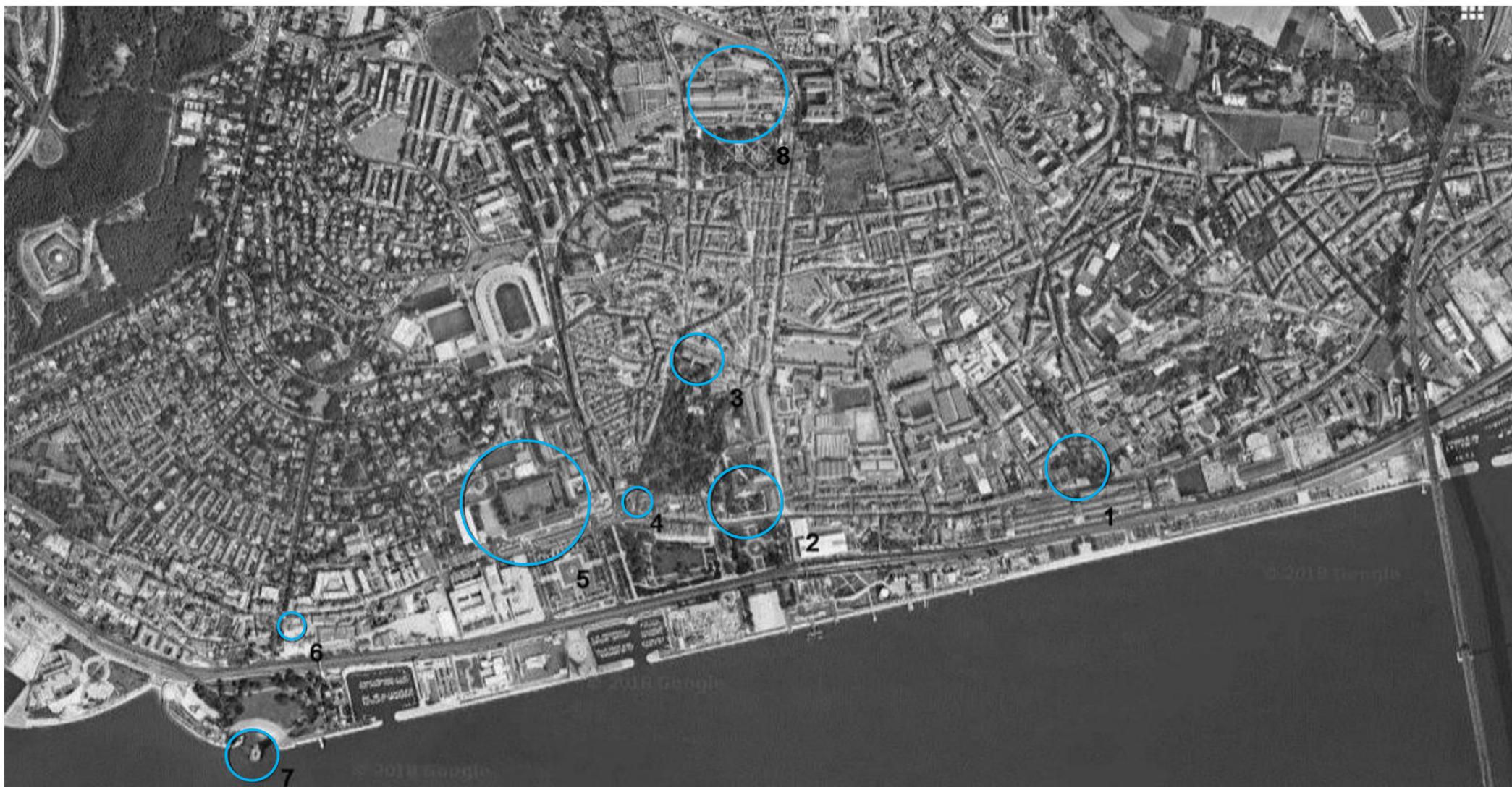
**Fig.3** Calçada do Galvão; sobreposição em imagem de satélite; 20-11-2018.

1. Mosteiro dos Jerónimos. 2. Palácio de Belém. 3. Palácio dos Condes da Calheta. 4. Palácio do Conde de Óbidos. 5. Atual Palácio da Ajuda.

[Virar a página](#)

<sup>7</sup> Paço D'Arcos, Isabel – “O sítio de Belém”. In *Vivências, Sítio e Iconografia do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da República e Fundação Oriente 2006; pp.79 a 85.





**Fig.4** Mapeamento dos terrenos pertencentes à realeza e nobreza, existentes desde o século XVI (sobreposição em imagem de satélite, 20-11-2018).

1 - Quinta das Águias. 2 - Quinta dos Condes de Aveiras (atual Palácio de Belém). 3 - Quinta dos Condes da Calheta. 4 - Quinta dos Duques de Aveiro. 5 - Mosteiro dos Jerónimos. 6 - Casa do Governador da Torre de Belém. 7 - Torre de Belém 8 - Palácio dos Condes de Óbidos.

## 1.2. A nobre Ajuda no reinado de D. João V

A premissa diplomática moderna – e, em geral, o *modus operandi* da cultura barroca – partia de ver e ser visto, de notar e ser notado. D. João V, imbuído desta retórica de aparato que, afinal, marcou a Idade Moderna, quis, como qualquer outro monarca do seu tempo, afirmar a importância da coroa portuguesa. Ambicionava, por isso, enquanto monarquia católica, participar do projeto imperial eclesiástico da Igreja Católica Romana<sup>9</sup>, dirigindo-se a construção da imagem de realeza digna, em particular, à Santa Sé. É precisamente alicerçado neste cenário que o monarca redirecionará todos os seus esforços para elevar a cidade aos moldes de arquitetura e urbanismo da Roma barroca.

No início do século XVIII, e sobretudo a partir de 1713, com o apaziguar dos conflitos da sucessão espanhola, Lisboa vive um período de prosperidade política externa que possibilitará expandir a cidade, urbanística e arquitetonicamente, para além do seu carácter defensivo e militar<sup>10</sup>. Efetivamente, durante os primeiros anos do seu governo, o monarca redefine a cidade urbanisticamente, começando por estabelecer um sistema de abastecimento de água e de vários projetos de gestão territorial. Paralelamente, a prática urbanística e arquitetónica portuguesa de toda a primeira metade do século XVIII, visará um paralelismo evidente com Roma, não só administrativamente – com a divisão da cidade em *Lisboa Ocidental* e *Lisboa Oriental*, num esquema de organização administrativo-urbano semelhante ao da cidade romana – como também a nível estético.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Na primeira metade do século XVIII, o Império Austríaco, Francês e Espanhol formavam um conjunto de potências europeias de *primeira grandeza* que contribuíam para a concretização do projeto de engrandecimento da religião católica romana.

<sup>10</sup> Rossa, Walter – *Além da Baixa. Índícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*

. Lisboa: IPAR, 1998, p.27.

<sup>11</sup> *Op. Cit.*, p. 24.



### **1.2.1. Portugal e as relações com a Santa Sé – o paradigma barroco na arquitetura portuguesa na primeira metade do século XVIII.**

No início do seu reinado, D. João V ambiciona, como vimos, fortalecer as relações com a Santa Sé. O rei pretende demonstrar ao chefe da Igreja Católica Romana que Portugal não desempenhava mais um papel subalterno, como acontecera um século antes com a dinastia Filipina. Não obstante, iniciam-se uma série de ações diplomáticas que reposicionam Portugal entre as demais potências católicas – dominantes na Europa do século XVIII, onde a bênção papal legitimava um estatuto de *primeira grandeza*.<sup>12</sup>

Com efeito, das relações diplomáticas estabelecidas entre D. João V e os Sumos Pontífices, resultaria uma série de privilégios atribuídos durante todo o seu reinado e que, especialmente, com a elevação da então Colegiada de S. Tomé a Catedral Metropolitana e Patriarcal em 1716, reposicionariam Portugal no plano externo. Esta pretendida dignificação da monarquia portuguesa e da sua imagem, consubstanciou-se, em particular, na grandiosidade do Palácio e Convento de Mafra, da Basílica Patriarcal e do Palácio da Ribeira, tanto quanto, em menor escala, na preciosidade e preciosismo da Capela de São João Batista da Igreja de São Roque.

O fortalecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé, com vista ao reconhecimento de Portugal como potência católica no plano externo, fará com que D. João V se concentre em demonstrar a sua lealdade e apreço aos Sumos Pontífices, praticamente ao longo de todo o seu reinado. As investidas diplomáticas estabelecidas entre o país e Roma iniciam-se poucos meses após a ascensão do monarca ao trono, em 1707, com as obras de redimensionamento e dignificação litúrgica da capela real do Paço da Ribeira. Em 1710, no decorrer das campanhas de engrandecimento no templo e da faustosa embaixada enviada a Roma em 1708, o Sumo Pontífice eleva a capela real a colegiada.<sup>13</sup>

O momento em que se confere a Portugal um dos mais altos estatutos no

---

<sup>12</sup> Saraiva, Anísio – Espaço, Poder e Memória. A Catedral de Lamego, sécs. XII a X. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2013, p. 158.

<sup>13</sup> Pimentel, António – O Núcleo do Museu Nacional de Arte Antiga: da Patriarcal à Capela Real de São João Batista. In A encomenda prodigiosa. Da Patriarcal à Capela Real de São João Batista. Museu Nacional de Arte Antiga, Museu de São Roque – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2013, p. 90.

panorama das monarquias católicas de primeira grandeza dá-se, finalmente, em 1716, aquando da adesão do país ao pedido de auxílio do Papa para o combate contra a ameaça Otomana. Alicerçada na decisiva participação de Portugal na defesa do território cristão, no mesmo ano, o então arcebispado de Lisboa é elevado a Patriarcado, sendo dividido em duas dioceses: a Oriental e a Ocidental. Um Patriarcado é, grosso modo, uma extensão da Santa Sé que outorga a essa circunscrição o estatuto de Igreja Fundacional da Religião Católica Romana. A Lisboa de setecentos é, por isso, um excecional caso em que se funda um Patriarcado séculos depois de serem consagradas as primeiras comunidades da Santa Igreja Católica, como disso são exemplo Veneza e, claro, Roma. Ao relacionar o império português com tão importante estatuto, a Santa Sé reconhecia a importância dos seus feitos evangelizadores, fundadores – e de imposição – da Igreja Católica Romana nos quatro cantos do mundo, o que, aliás, havia sido já reconhecido noutros pontificados mas obliterado com a perda da independência portuguesa.<sup>14</sup>

A partir de 1716, D. João V tornava-se, assim, o único rei católico a dispor de um patriarca como capelão pessoal nas suas cerimónias<sup>15</sup>, estatuto este que só ao Papa podia ser comparado. Além do Patriarca, D. João V dispunha, ainda, de uma espécie de corte eclesiástica, também ela baseada na lógica de espetáculo áulico existente na cúria romana.

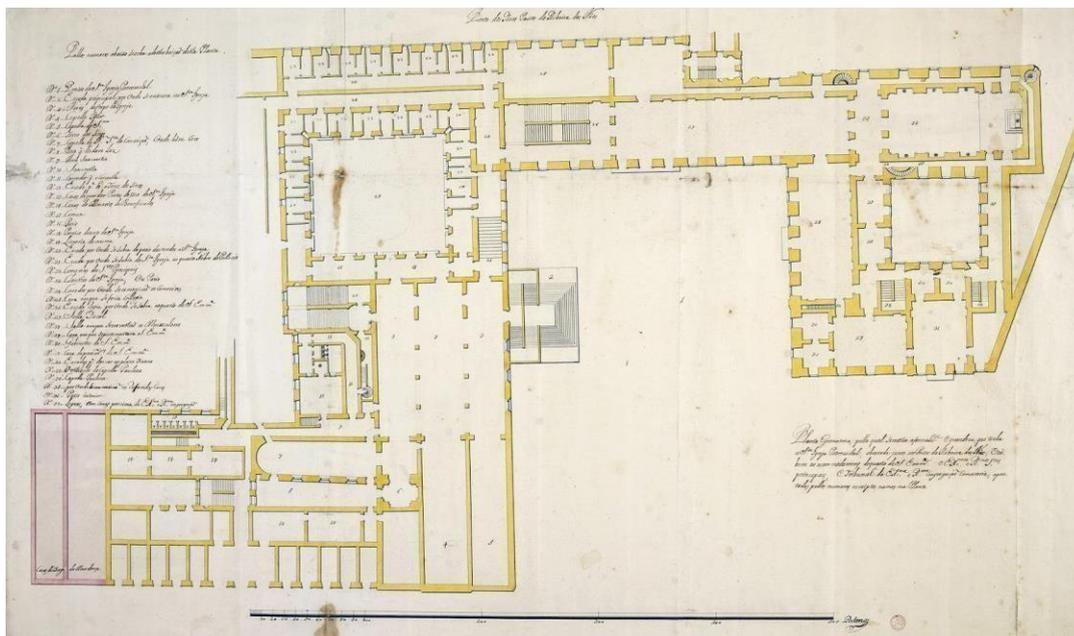
A legitimação do poder eclesiástico, conferida pela Santa Sé, a par da elevação da Capela Real a Basílica Patriarcal, desempenham um papel fundamental na produção e encomenda de obras de arte. Revelava-se, enfim, necessário reproduzir a cultura da Santa Sé no *modus vivendi* e *operandi* da sociedade joanina. A redefinição da Lisboa de D. João V assentava na dinamização de uma nova era de efervescente culto devocional: de um grande número de procissões e rituais que, ao partirem da Basílica Patriarcal, percorriam as ruas da capital para o deleite de todas as estruturas sociais.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> C.f. Coutinho, B. Xavier – *Um bispo do Porto primeiro "patriarca" de Lisboa (1716), D. Tomás de Almeida*. Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p.409.

<sup>15</sup> C.f. Saraiva, Anísio – *Espaço, Poder e Memória. A Catedral de Lamego, sécs. XII a X*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2013, p.168.

<sup>16</sup> Vale, Teresa Leonor M. – Entre castiçais, vasos, bustos de santos e estátuas de apóstolos: cerimonial e aparato barroco do altar da Patriarcal joanina. *In Cadernos do Arquivo Municipal vol.ser2 no.1*. Lisboa jun. (2014), p. 225.



**Fig.5** Autor desconhecido, *Planta da Patriarcal:Planta Geometrica palla qual se mostra a formalidade e grandeza, que tiha a S.ta Igreja Patriarchal, abrazada junto aos Passos da Ribeira das Naos, c.1755, BNP.*

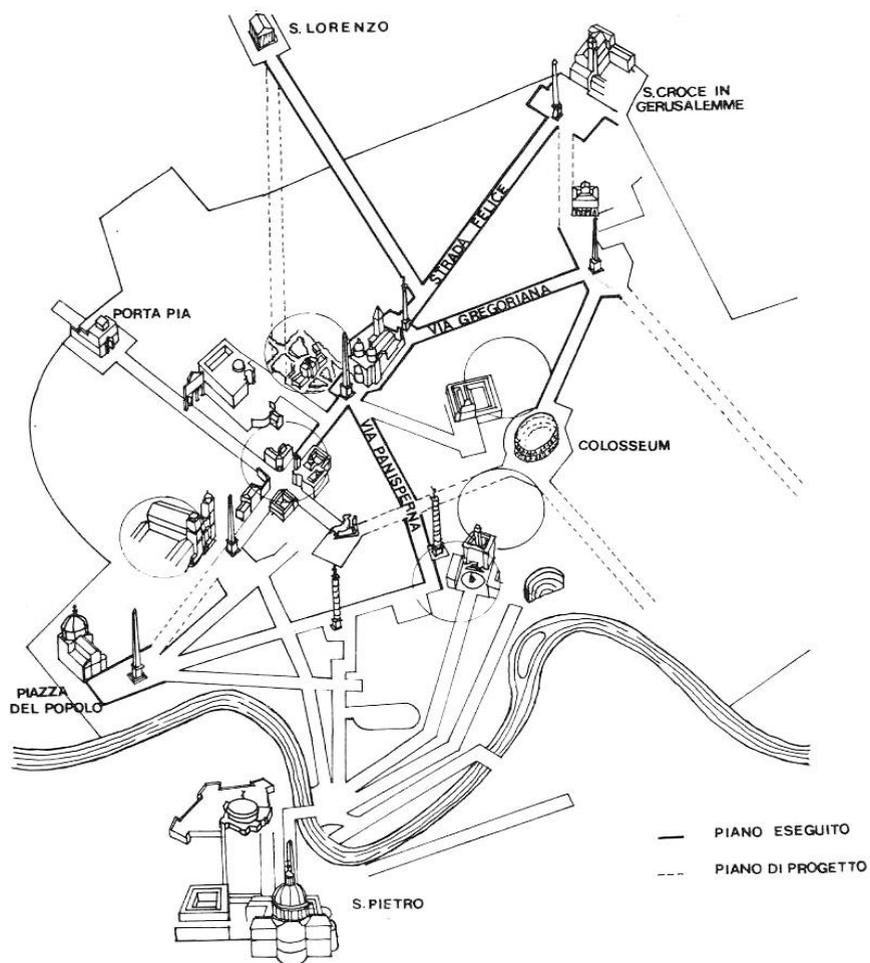
Refira-se, contudo, que Lisboa não oferecia as mesmas condições topográficas que Roma para a definição de grandes eixos que rasgam e definem praças monumentais, integradas num sistema urbanístico radicular e intercomunicante.<sup>17</sup>

Efetivamente, nos últimos anos da segunda metade do século XVI, o Papa Sisto V empreende um ambicioso projeto urbanístico que define, até hoje, Roma como uma das metrópoles barrocas mais cenográficas da Europa. Não obstante, a mando do Sumo Pontífice, além de se edificarem as infraestruturas necessárias ao abastecimento contínuo de água, repovoaram-se as colinas da cidade, integrando-se, num único sistema de ruas principais, os grandes legados arquitetónicos e escultóricos, designadamente templos sagrados e outras praças e edifícios emblemáticos da cidade, pontuados por obeliscos, colunas fúnebres, arcos triunfais, entre outros.

Arquitetonicamente, a praça de São Pedro no Vaticano, desenhada por Bernini, define precisamente a marca identitária do barroco Italiano, assumindo-se como um verdadeiro projeto escultórico cenográfico. O dinamismo patente na sua colunata de ordem dórica com quatro fiadas de colunas e três pórticos (dois nas pontas e um no meio), antevê e guia o olhar e percurso de quem, ao fundo, vislumbra a fachada da Basílica de São Pedro, executada por Maderno e valorizada por Bernini. O espaço, concebido com a unanimidade urbanística que integra o mais sagrado templo do catolicismo romano – a Basílica de São Pedro – define-se, paradoxalmente, pela sua grandiosidade simbólica e estrutural: um espaço preparado para receber os inúmeros fiéis que, até hoje, ali se deslocam para comungarem de cerimônias religiosas várias e para presenciarem o espírito do apóstolo Pedro.

---

<sup>17</sup> Berger, Francisco José Gentil – *Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa*. 1991, p.35. Dissertação de Doutoramento em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.



**Fig.6** Sigfried Giedion, *esquema do Plano de Sixto V para Roma*



**Fig.7** *Vedute di Roma. Tomo I, tav. 2 / Opere di Giovanni Battista Piranesi, Francesco Piranesi e d'altri. Firmin Didot Freres, Paris, 1835-1839. Tomo 16. PIMENTEL, António; Arquitetura e Poder, 2002.*

No plano português, os processos de emulação das cortes de maior projeção e prestígio e da Santa Sé fizeram, inclusivamente, com que nos primeiros anos de estabilidade após os conflitos da guerra da sucessão espanhola, D. João V projetasse um verdadeiro *grand tour* pela Europa, de forma a compreender o plano artístico e cultural do seu tempo<sup>18</sup>.

Assim, os primeiros anos da “efervescência joanina”<sup>19</sup> almejavam, como princípio, dotar a capital do reino de infraestruturas dignas – de traça italianizante, à imagem da corte pontifícia – como se comprova pelo pedido de contratação de 500 mestres e oficiais da região italiana de Como “tradicionalmente especializados na construção de palácios e igrejas régias e na escultura das ordens arquitetónicas”.<sup>20</sup>

Efetivamente, após a elevação de Lisboa a Patriarcado, D. João V concentrará todos os recursos em dignificar condignamente a colegiada real existente no Terreiro do Paço. Contudo, durante a fase projetual, foram considerados outros locais que não o Terreiro do Paço para a implantação de uma nova Basílica Patriarcal. Não obstante, em 1719, o rei acolhe como arquiteto responsável da obra o italiano Filipe Juvarra que, em parceria com um conjunto de notáveis da corte, médicos e do também arquiteto Frederico Ludovice, especulam sobre qual seria o melhor local para a implantação da nova Basílica Patriarcal.<sup>21</sup>

Inicialmente, considerou-se o sítio de *Buenos Aires* (figura 8), que hoje corresponde à zona da Lapa/Estrela, como o local mais apropriado à implantação da Basílica Patriarcal. Considerada como uma área salubre pelos médicos da corte, terá sido, também, indicada por Manuel da Maia como uma zona propícia ao aproveitamento paisagístico e ao estabelecimento de um polo urbano que permitia a sua extensão em sucessivos *parterres* ao longo de toda a sua colina.<sup>22</sup> Com efeito, Juvarra elabora vários esboços para a implantação do palácio e respetiva Basílica Patriarcal na colina de *Buenos Aires*. Topograficamente, o local possibilitava a construção de um complexo arquitetónico em forma de U, aberto para o rio, desenvolvido ao longo de toda a cota da colina (figuras 9 e 10). Contudo, o projeto acaba por ser abandonado e as obras de reformulação da colegiada real a Basílica Patriarcal avançam.<sup>23</sup>



Fig.8 Topografia de Lisboa, Colina de Buenos Aires

<sup>18</sup> Cf. Raggi, Giuseppina – À conquista da sabedoria: a pintura de quadratura e o programa iconográfico da Biblioteca Joanina in *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Vol. 48: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018, p. 67.

<sup>19</sup> Raggi, Giuseppina – *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>20</sup> Raggi, Giuseppina – *Op. Cit.*, p. 66.

<sup>21</sup> Rossa, Walter – *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>22</sup> Rossa, Walter – *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>23</sup> Rossa, Walter – *Op. Cit.*, p. 24.



**Fig.9** Filipe Juarra, *Esquiço da Patriarcal em Buenos Ayres*, 1719, MCT.



**Fig.10** Filipe Juarra, *Esquiço da Patriarcal em Buenos Ayres*, 1719, MCT

No processo de escolha para a implantação da Igreja Patriarcal e Palácio Real, admite-se, também, que a zona da Ajuda tenha sido considerada. Dado facto sustenta-se no especial interesse que D. João V desenvolve pelo local, talvez influenciado pelos conselhos do Marquês de Fontes<sup>24</sup> e pelos pareceres dos médicos da corte, que recomendavam a que o rei se expusesse aos ares das praias de Belém e Pedrouços<sup>26</sup>. Efetivamente, se compararmos as condicionantes da zona da encosta da Ajuda com o sítio de *Buenos Aires*, percebemos que esta encosta apresenta um terreno propício à definição de sucessivas plataformas que terminam na abertura de um grandioso cais, à imagem dos projetos executados por Juvarra.<sup>25</sup>

Contudo, e ainda que o Alto da Ajuda também tenha sido desconsiderado, como foi *Buenos Aires*, D. João V adquire, entre 1726 a 1728, todos os terrenos e palácios dispostos ao longo da colina da Ajuda. Este investimento inicia-se com a compra dos terrenos e edificado dos condes de Aveiras, Calheta e Óbidos (figura 3), sendo posteriormente designadas como as *Quintas de Baixo, do Meio e de Cima do rei*.

“No despontar do século XVIII, Belém usufruía, [...] de uma orgânica administrativa e económica própria à qual não era alheia a amplificação da sua orgânica social. A acrescentar aos já referidos, foram surgindo outros palácios e quintas na zona, na sua maioria casas de recreio da nobreza titular, inscritas numa nova dimensão social imposta pelo modelo barroco”

Os palácios pertencentes a estes titulares eram os seguintes: (1) Duques de Cadaval: palácio de Pedrouço (...). (2) Marqueses de Borba: situado do lado sul da Rua de Pedrouços, (...) demolido nos anos 60 do século XX. (3) Condes de Aveiras: palácio de Belém, ou quinta de baixo. (4) Condes da Calheta: palácio do Pátio das Vacas, ou quinta do meio. (5) Condes de Óbidos: palácio do Meirinho-mor ou quinta de cima. (6) Condes de S. Lourenço/ Sabugosa: quinta da Praia, no local onde hoje se encontra o Condes da Atalaia: casa do governador da torre. (8) Condes de Santa Cruz: casas que haviam sido de João de Castilho no local onde depois se ergueria o palácio do duque de Aveiro (...) no local onde hoje se encontra o padrão do chão salgado.”<sup>26</sup>

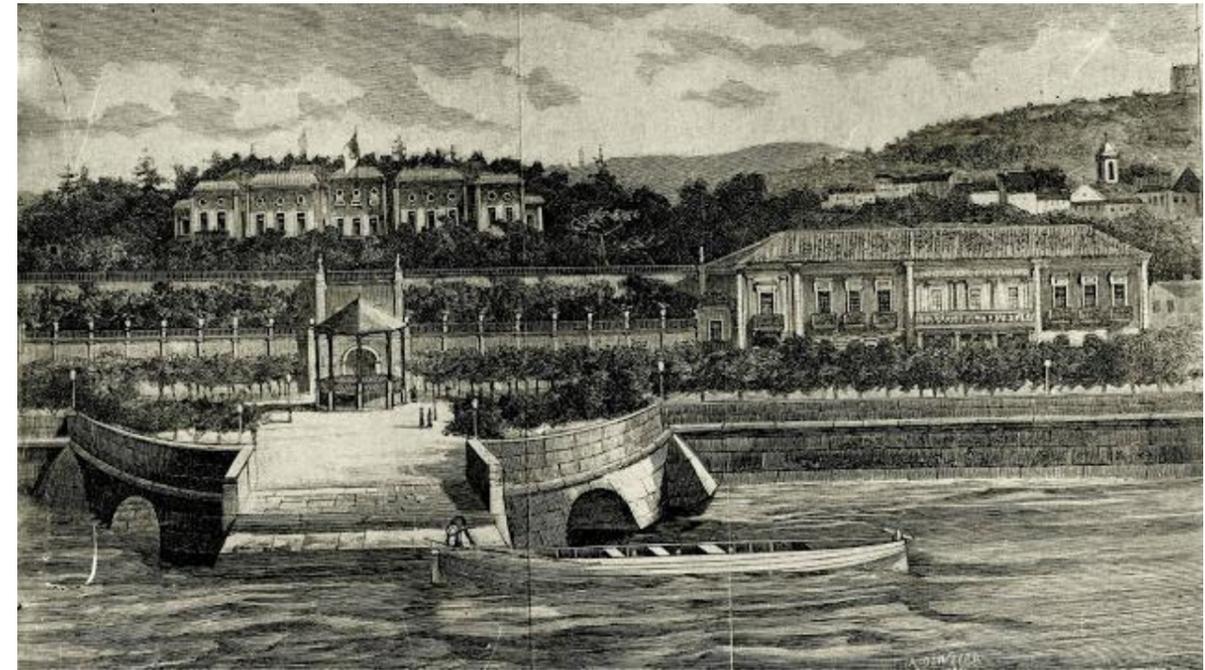


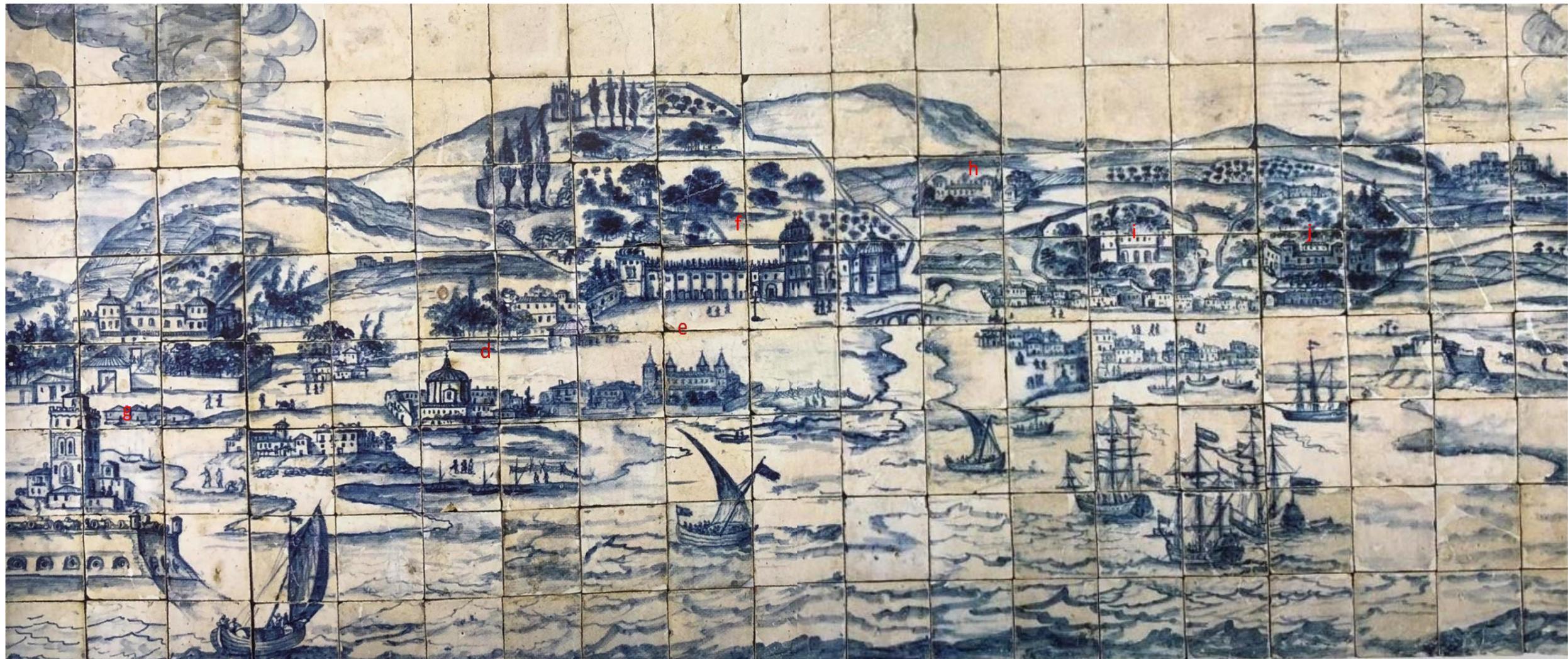
Fig.15 Palácio Real de Belém, desenho de Cazelhas, gravura de A.Oliveira, GEO,XIX.

Ao 3º Conde de Aveiras pertencia, ainda, “o salgado e a praia”, o que, em suma, correspondia a toda a extensão de terreno desde a sua propriedade até ao rio Tejo. Para reforçar a coesão de ligação pelo rio à quinta, em 1753, já no reinado de D. José I, constrói-se um cais que facilitava o aceso do centro de Lisboa a Belém.

<sup>24</sup> O Marquês de Fontes incentiva D. João V a materializar os seus planos fora das antigas muralhas da cidade, em locais elevados como as imediações de Alcântara/Belém. Rossa, Walter – *Op. Cit.*, p.26

<sup>25</sup> Santa-Clara, Ana Teresa, Gaspar, Diogo – *Op. Cit.*,43.

<sup>26</sup> Paço D’Arcos, Isabel – *Op. Cit.*, 87.



**Fig.12** (Pormenor) Gabriel del Barco, *Panorama de Lisboa*, c.1700-25, Museu do Azulejo, Lisboa

d) Convento da Nossa Senhora do Bom Sucesso

e) Palácio dos Duques de Aveiro

f) Mosteiro da Nossa Senhora de Belém

g) Torre de Belém

h) Palácio Calheta

i) Palácio dos Condes de Aveiras

j) Quinta das Águas ou da Condessa da Junqueira



## 2. A Real Barraca da Ajuda no Tempo e no Espaço.

### 2.1. Introdução

O palácio real construído no Alto da Ajuda, comumente designado como a *Real Barraca da Ajuda*, assume-se como uma tipologia arquitetónica concebida para albergar e garantir a segurança da família real das consequências nefastas produzidas pelo terramoto de 1755.

Feliz terá sido a decisão da família real em se estabelecer, desde Maio de 1755, no atual palácio de Belém. Escapando sem qualquer lesão ao terramoto do dia 1 de Novembro de 1755, a salvaguarda das *reais pessoas* dá-se, precisamente, por se encontrarem numa zona de menor incidência sísmica.

Nos primeiros dias após o terramoto, a família real instala-se em tendas improvisadas nos jardins do palácio de Belém. O receio constante das réplicas sísmicas e o terror que invade o monarca em habitar edificado construído em pedra levará a que sejam empreendidas obras de ampliação às estruturas construídas em lona. Projeto inicialmente dirigido por Giovanni Galli Bibiena e a sua equipa de arquitetos, cenógrafos, entalhadores, armadores, pedreiros<sup>27</sup>, sofrerá inúmeras campanhas de obras até ao reinado de D. Maria I sendo, faticamente, consumido por incêndio em 15 de novembro de 1794.

Efetivamente, a construção deste complexo arquitetónico assume-se como o momento chave de reformulação do pensamento arquitetónico régio, assente numa tipologia construtiva mais sensível a questões estruturais e de salvaguarda anti-sísmica, contrapondo a metodologia arquitetónica barroca explorada no período joanino através da aplicação de materiais e sistemas de construção que recusam a utilização hegemónica da pedra.

---

<sup>27</sup> "La dirección de la obra estuvo a cargo de Sicinio, con las valerosas colaboraciones de: João Pedro Ludovice como el «gestor» y representante del rey; Estevão Pinto de Moraes como Oficial Mayor da Secretaria de Estado dos Negócios do Ultramar; Petronio Mazzoni y Verissimo Jorge responsables por la contratación de los trabajadores y de los materiales de construcción; Félix Vicente de Almeida como maestro ebanista; Pedro Alexandrino Nunes como armador y decorador del palacio; Jorge de Abreu, Jorge Roiz de Carvalho y Roberto Da Costa como maestros albañiles." Januário, Pedro – *Teatro real de la Ópera del Tajo (1752- 1755) Investigación sobre un teatro de ópera a la italiana, para una posible reconstitución conjetural, basada en elementos iconográficos y fuentes documentales*. [s.n.], 2008, Dissertação de Doutoramento em Arquitetura, apresentada à Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad Politécnica de Madrid, p.35.



## 2.2. A Ajuda como morada régia

A zona da Ajuda desenvolve-se como um polo urbano a partir do reinado de D. João V e, particularmente, no reinado de D. José I, após o terramoto de 1755.

Como vimos, no reinado de D. João V, o monarca é fortemente influenciado pela cultura artística italiana, reconfigurando Lisboa aos moldes arquitetónicos da Santa Sé. Do mesmo modo, o rei prestará, também, especial atenção à cultura teatral e operática romana e, não obstante, na premissa de modernizar Lisboa culturalmente, D. João V encarregará Giovanni Carlo Sicinio Galli Bibiena da construção de um teatro de ópera na zona do Alto da Ajuda<sup>28</sup>. Dado facto, alicerçado às aquisições dos terrenos e edificados dos duques de Aveiras, condes Óbidos e Calheta, contribuirá para que se dinamize um polo de recreio régio no Alto da Ajuda.

É, no entanto, em pleno reinado de D. José I – após o terramoto de 1 de Novembro de 1755 e o estabelecimento da morada régia nos terrenos adquiridos pelo seu antecessor – que a zona da Ajuda evolui consideravelmente o seu plano e redimensionamento urbano. Os abalos sísmicos, mesmo após o terramoto de maior intensidade registada, mantiveram-se uma constante na cidade de Lisboa nos dias seguintes a 1 de Novembro, o que, naturalmente, conduziu à necessidade de serem traçadas soluções de emergência. Com a destruição do Paço da Ribeira e a determinante recusa de D. José I em fixar a morada régia em qualquer um dos palácios reais de pedra<sup>29</sup>, optar-se-á por salvaguardar as *reais pessoas* através da implantação, provisória, de tendas nos jardins da Quinta de Belém<sup>30</sup> – pois então uma das localidades de Lisboa na qual se registou das mais fracas intensidades sísmicas (figura 13). Com efeito, será só a partir de Junho de 1756 que a família real se muda para a recém-edificada *Real Barraca*, implantada a escassos metros a norte da Quinta de Belém, como mais à frente veremos.

---

<sup>28</sup> C.f. Januário, Pedro – *Op. Cit.*, pp.38 a 43.

<sup>29</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>30</sup> C.f. Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, pp.17 a 19.



**Fig.13** Intensidade sísmica em Lisboa

Efetivamente, é a partir do estabelecimento da morada régia na colina d'Ajuda que vários sítios da zona passam a desempenhar papéis essenciais ao cumprimento do *modus vivendi* e *operandi* régio. A atual praça de Belém – então designada Praça Afonso de Albuquerque<sup>31</sup> – e o seu grandioso cais semicircular, construído em 1753<sup>32</sup>, configuravam o palco de um enérgico porto de entrada e saída de navios. Nesta praça, decorreram acontecimentos que marcaram todo o reinado de D. José I, como a execução dos Duques de Aveiro e dos Marqueses de Távora, a expulsão dos Jesuítas, ou a transferência da família real para o Brasil, já no século XIX, durante a regência de D. João VI.

Em 1756, Belém dispunha, além de um plano estratégico de segurança que inspecionava passageiros e embarcações, de um meirinho, um médico e cirurgião, e de um escrivão da provedoria da Saúde. Estes serviços certificavam o cumprimento de todas as normas que permitiam a entrada de mercadoria e passageiros em Lisboa.<sup>33</sup>

Como em muitos outros sítios, a toponímia de determinada rua ou praça relaciona-se com personagens consideradas relevantes ou a certo marco histórico. Vejamos o caso da designada Travessa do Guarda Mor da Saúde, atualmente Travessa das Galinheiras (figura 14). Este espaço, originalmente pertencente ao terreno afeto ao palácio dos Duques de Aveiro, foi arrasado e salgado no decorrer de uma das penas imputadas à casa de Aveiro. Área compreendida pela Travessa das Galinhas e o Largo dos Jerónimos, contém o, ainda hoje existente, Beco do Chão Salgado, cujo pelourinho recorda o martírio das famílias Aveiro, Távora e Atouguia. Quando a provedoria de saúde se muda da Travessa do Guarda Mor da Saúde para a rua de Belém, os espaços desta travessa são reconfigurados a galinheiros: designação que se prolonga até hoje.<sup>36</sup>

A Calçada do Galvão (figura 14) – originalmente designada Estrada do Penedo – deve a sua denominação ao momento em que se atribuem, por foro real, dois pedaços de terra neste local a António José Galvão, funcionário da corte responsável pela inventariação e sequestro dos bens da casa de Aveiro<sup>34</sup>. Já a

---

<sup>31</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.91.

<sup>32</sup> Destruído nos finais do século XIX. *Idem, Ibidem.*

<sup>33</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>34</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.92.

Estrada de Pedro Teixeira (figura 14), deve a sua designação ao apreço que D. José I tinha por Pedro Teixeira, um dos mais próximos criados do rei, responsável pela escolta e proteção régia nas deslocações de D. José I. Assinale-se, também, que é precisamente no sítio onde se deu o atentado a D. José I que o monarca ordena a construção da Igreja da Nossa Senhora do Livramento (ou Igreja da Memória) (figura 14). A devoção prestada assinala, naturalmente, a intercessão divina que protegeu a vida do rei<sup>35</sup>.

O Jardim Botânico da Ajuda (figura 14), criado em 1768, situa-se no lado poente da Calçada da Ajuda e a sudoeste da *Real Barraca da Ajuda* – hoje o atual Palácio Nacional da Ajuda – e confere nome à Rua do Jardim Botânico. O jardim destinava-se ao ensino e recreio dos príncipes. Integra a área que pertencia à Quinta dos Condes de Óbidos, então adquirida por D. João V, fazendo, deste modo, frente à fachada sul do *Paço Velho* (antigo palácio dos Condes de Óbidos). Durante vários anos, até ao troço norte da Calçada da Ajuda ser desenvolvido, o Jardim Botânico e *Paço Velho* funcionavam como parte do complexo arquitetónico da *Real Barraca*, estabelecendo a comunicação entre ambos por passadiços<sup>36</sup>, como mais à frente veremos.

A Calçada Nova de Belém (figura 14) – renomeada Calçada da Ajuda só no reinado de D. José I – servia de eixo que estabelecia a ligação entre a zona ribeirinha e os terrenos e palácios do Alto da Ajuda adquiridos por D. João V, estendendo-se desde a Rua da Junqueira, perto do palácio de Belém (antiga Quinta dos Condes de Aveiras), passando pelo Pátio das Vacas<sup>37</sup> – *Quinta do Meio* – (hoje Jardim Museu Agrícola Tropical), terminando no antigo Palácio dos Condes de Óbidos – *Quinta de Cima*. Outros locais, como a Travessa dos Ferreiros datam do início do reinado de D. José I e comprovam, também, o desenvolvimento da malha urbana no Alto da Ajuda.<sup>38</sup>

---

<sup>35</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.93.

<sup>36</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.141.

<sup>37</sup> "Propriedad<sup>e</sup> de S.M. que consta de duas coxeiras, seis logeas e nove quartos de sobrado (...) As coxeiras servem para recolher as vacas de S.Mag<sup>e</sup>.", AHTC, Décima da Cidade, Arruamentos da freguesia da Ajuda, DC 5, AR, 1770.

<sup>38</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.92 a 95.

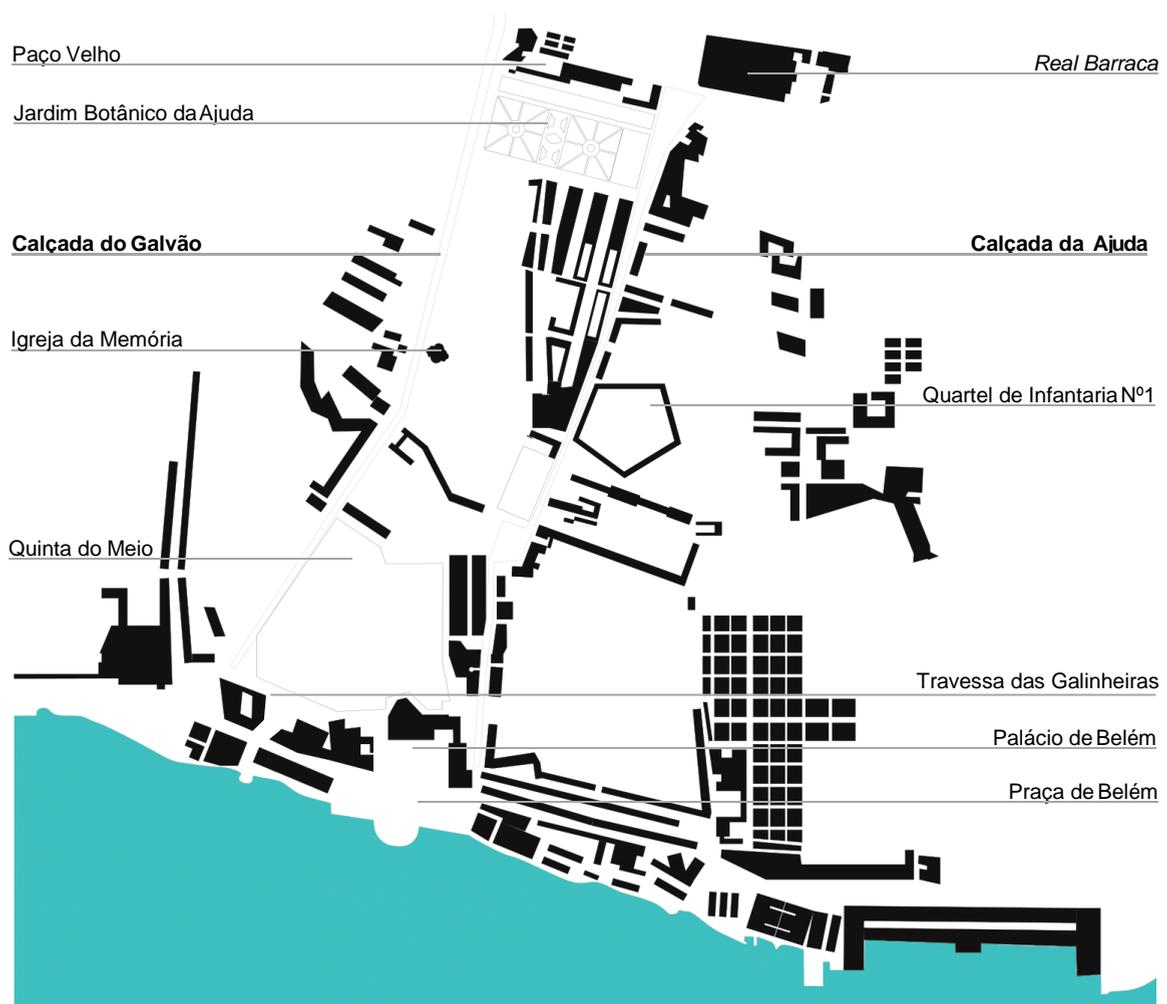


Fig.14 Zona da Ajuda no início do reinado de D. José I

### 2.2.1. *Barraca* ou palácio?

Além de *Paço da Nossa Senhora da Ajuda*, *Paço Real* ou *Palácio Real da Ajuda*, este edifício é, comumente, conhecido como a *Real Barraca*. Esta designação é, inclusivamente, empregue por estudiosos sobre o tema como Gustavo Matos Sequeira<sup>39</sup>, Armindo Ayres de Carvalho<sup>40</sup>, Isabel Godinho de Mendonça<sup>41</sup>, Pedro Januário<sup>42</sup> ou Aline Gallasch-Hall<sup>43</sup>.

Segundo Hall<sup>44</sup>, em terminologia do século XVIII, o termo “barraca” aludia a tenda. A partir desta premissa, a autora especula, em primeiro lugar, que o termo terá perdurado, precisamente, pelo facto de, logo após o terramoto, a família real se ter instalado em tendas improvisadas nos terrenos próximos àquela a que viria a ser a *Real Barraca*. Também neste sentido, poder-se-á admitir que o carácter efémero, mais “leve” e menos nobre dos materiais empregues na construção da *Real Barraca* – como a madeira ou o tijolo –, ao transmitirem a aparente perenidade e fragilidade das tendas abarracadas, contribuíram para predominância da utilização do termo barraca.

“Como foi construído o palácio em tijolo, madeira e pedra, e por fim rebocados, e não em alvenaria, estando a pedra à mostra, como os outros palácios, ficou-se com a impressão que não seria um palácio tão sólido como o anterior Paço, em Lisboa”<sup>45</sup>

A predominância da utilização da madeira, em detrimento da pedra, é, aliás, enunciada pela rainha D. Mariana Vitória que, em correspondência trocada com a sua mãe, refere:

---

<sup>39</sup> C.f. Sequeira, Gustavo – *O Palácio Nacional da Ajuda: resenha histórica*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, 1961.

<sup>40</sup> C.f. Carvalho, Ayres – *Os Três Arquitectos da Ajuda. Do Rocaille ao Neoclássico*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1979.

<sup>41</sup> C.f. Godinho Mendonça, Isabel – *António José Landi (1713-1791): um artista entre dois continentes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para Ciência e Tecnologia, 2003.

<sup>42</sup> C.f. Januário, Pedro – *Teatro real de la Ópera del Tajo (1752- 1755) Investigación sobre un teatro de ópera a la italiana, para una posible reconstruición conjetural, baseada en elementos iconográficos y fuentes documentales*. [s.n.], 2008, Dissertação de Doutoramento em Arquitetura, apresentada à Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad Politécnica de Madrid.

<sup>43</sup> Hall, Aline Gallasch – *A cenografia e a ópera em Portugal no século XVIII: teatros régios, 1750-1793*. [s.n.], 2012. Dissertação de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Évora.

<sup>44</sup> Hall, Aline Gallasch – *Op. Cit.*, p. 168.

<sup>45</sup> *Idem, Ibidem*.

“O Rei quer mandar construir um pequeno palácio de madeira próximo da nossa casa de Belém (...) Alguns dizem ao Rei para ir para Maфра mas ele não quer porque tem medo de se meter num edifício tão grande e tão alto...”<sup>46</sup>

Contudo, Hall, auxiliando-se de uma gravura da segunda metade do século XVIII que representa o alçado sul da *Real Barraca* e respetiva capela real (figura 15), reitera que a ideia corrente de que este palácio fora construído em madeira é falsa, já que o desenho da estereotomia das fachadas representadas não sugere tal materialidade:

“Não há qualquer indício de serem construções em madeira. Acrescente-se o facto de, em último plano, estar o edifício que ainda hoje subsiste, pertencente ao Arquivo Fotográfico, e onde se encontra a Sala dos Serenins. Como podemos comprovar, a construção não é em madeira, mas em pedra rebocada. Ou seja, o palácio da Ajuda, ao contrário do mito que se criou, não era em madeira.”<sup>47</sup>

Concordemos, de facto, que o desenho apresentado pela autora não sugere a utilização da madeira mas antes a de pedra rebocada (pese embora se deva questionar a validade da fonte como modelo auxiliar à historiografia). Porém, como veremos no próximo capítulo, se observarmos os diferentes tipos de espessura e desenho das paredes representadas em planta, podemos adiantar a hipótese de que a pedra e tijolo tenham sido aplicados na construção das paredes-mestras – como as fachadas ou cozinhas, cuja espessura é de, aproximadamente, 0.70cm – e de que a madeira ou tijolo – tabique<sup>48</sup> – tenham sido aplicados na construção da maioria das divisórias interiores – com aproximadamente 0.15cm de espessura.

---

<sup>46</sup> Arquivo Histórico Nacional de Madrid, legajo, 2312, Carta de Maria Ana Victória a sua mãe Isabel Farnésio. Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, 19.

<sup>47</sup> Hall, Aline Gallasch – *Op. Cit.*, p. 169.

<sup>48</sup> Esta tipologia construtiva ganhou especial relevância após o terramoto de 1755. Veja-se, sobre o tema, Vieira, Maria – *História das tipologias arquitetónicas de edifícios correntes de habitação, construídos na cidade de Lisboa desde o início do século XVIII até à década de 1930*, [s.n], 2018. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e contemporânea, apresentada ao Instituto Universitário de Lisboa.



**Fig.15** Anónimo, alçado Sul da Real Barraca da Ajuda, Sanches (1961, p.10) sec.XVIII (fonte: Sanches, José Dias – *Belém e arredores através dos tempos*. Lisboa: Livraria Universal – Editora, 1940).

Segundo Morais Silva, tabique é “uma parede delgada feita de tijolos, ao contrario da parede de frontal que he de tijolos e grossa.”, ou “parede feita de grades de madeira delgada, cheios os vãos de cal.”<sup>49</sup> Assinale-se, aliás, que este sistema de construção foi utilizado noutros edifícios régios josefinos, como a Capela Real do Palácio de Salvaterra de Magos:

“(…) segundo me consta a informação até á hora em que eu fui/ apenas poderaõ salvar-se a Real Ermida, e a Caza da Ópera. Eraõ déz horas do dia, quando esta desgraça chegou á minha notícia em Benavente/ (f.1v) Parti no mesmo momento para Salvaterra, fiz continuar com fervor no salvamento da Ermida ainda arriscada, pelo fogo que lavrava no tabique eminente á Tribuna”<sup>50</sup>

No mesmo sentido, assinale-se, ainda, que nos documentos legislativos decretados pelo ministério de D. José I vemos ser empregue, a partir de 1757, recorrentemente, a designação “Paço da Madeira” – alusivo ao Paço Real construído no alto d’Ajuda.<sup>51</sup>

Com efeito, podemos, desde logo, afirmar que a Real Barraca da Ajuda não foi construída integralmente em pedra. Por outro lado, seria impreciso afirmar que o palácio foi construído integralmente em madeira, ainda que tenha sido utilizado um sistema de construção em tabique na definição de grande parte dos seus interiores. Assim, parecer-nos-á mais seguro admitir que a *Real Barraca da Ajuda* configura uma tipologia arquitetónica híbrida que integra e combina a utilização da pedra ou tijolo como material infraestrutural e o tijolo e tabique na definição do seu programa interior.

Tentemos, agora, problematizar estas questões.

---

<sup>49</sup> Silva, António Moraes – *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Tomo 1, 1789, fol.438.

<sup>50</sup> ANTT, Ministério do Reino, CX 375, Maço 281, documento avulso. Hall, Aline Gallasch – *Op. Cit.*, pp. 63 a 64.

<sup>51</sup> “EU EL REY, Faço saber aos que este Alvará virem, que sendo-me presente, que na Meza do Paço da Madeira (...)”. Minstério de D. José I – *Collecao das leys, decretos, e alvaras, que comprehende o feliz reinado del rey fidelissimo d.Joze 1. nosso senhor ...* Tomo 1.-3: 1, Volume 1. Lisboa: na officina de Miguel Rodrigues, 1771, fol. 35.

## 2.2.2. Implantação, morfologia e materialidade.

Sabe-se que as obras da *Real Barraca da Ajuda* se iniciam com as encomendas de madeiras feitas no dia 21 de Janeiro de 1756<sup>52</sup>. A implantação do projeto faz-se, enfim, na Quinta de Cima, entre a Calçada da Ajuda e a Rua Dom Vasco, imediatamente a Este do antigo palácio do Conde de Óbidos, que, como já referido, fazia parte da vasta coleção de propriedades da coroa na zona de Belém/Ajuda. A família real, então recolhida em tendas improvisadas nos jardins do Palácio de Belém, muda-se, definitivamente, no final de mês de Junho de 1756, segundo uma carta do secretário de estado de D. José I<sup>53</sup>. Os escassos cinco meses que distam das primeiras obras de implantação do edifício – 21 de Janeiro de 1756 – até à mudança efetiva das reais pessoas – Junho do mesmo ano –, permitem-nos constatar, desde logo, o carácter efémero que, certamente, a estrutura edificada apresentava inicialmente.

Relativamente à implantação, com o auxílio da planta da *Real Barraca da Ajuda*, conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa (figura 16), da análise dos elementos arquitetónicos do palácio que persistem à ação do tempo e com o contributo de Pedro Januário (figura 18)<sup>54</sup>, podemos especular com relativa assertividade que a o edifício se situava onde, atualmente, se encontra o Palácio Nacional da Ajuda. A sua fachada principal era, aliás, orientada a Norte, como a do atual palácio (figura 17).

Sobre a planta conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa (figura 16), Abecasis afirma que a data presumível da sua execução compreende os anos entre 1767 a 1773<sup>55</sup>. Já Pedro Januário<sup>56</sup> e Ayres de Carvalho<sup>57</sup> apontam o ano de 1763. Determinar a data precisa de execução da planta torna-se importante para compreender o corpo multiforme deste complexo arquitetónico que, ao longo dos reinados de D. José I e de D. Maria I, foi alvo de vários acrescentos e modificações.

---

<sup>52</sup> “(...) Por avizo do d.º entreguey ao m.e Felix Vicente p.ª pagar as madeiras e lonas con tendas em quatro Rois juntos 5.613\$764 (...)” ANTT/AHMF, Casa Real, Cx.3095, Relação dos pagam.tos que se fazem por ordem de S. Mag.de, e principia em 21. de Janr.º de 1756, Januário, Pedro – *Op. Cit.*, p.435.

<sup>53</sup> “(...)“Suas Magestades e Altezas se mudaram hontem para a sua nova Barraca...” informa, em 23 de Julho de 1756 (...)”. Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.18.

<sup>54</sup> C.f. Januário, Pedro – *Op. Cit.*, p. 362.

<sup>55</sup> C.f. Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, 22.

<sup>56</sup> C.f. Januário, Pedro – *Op. Cit.*, p. 357.

<sup>57</sup> C.f. Carvalho, Ayres – *Os Três Arquitectos da Ajuda. Do Rocaille ao Neoclássico*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1979, p.14



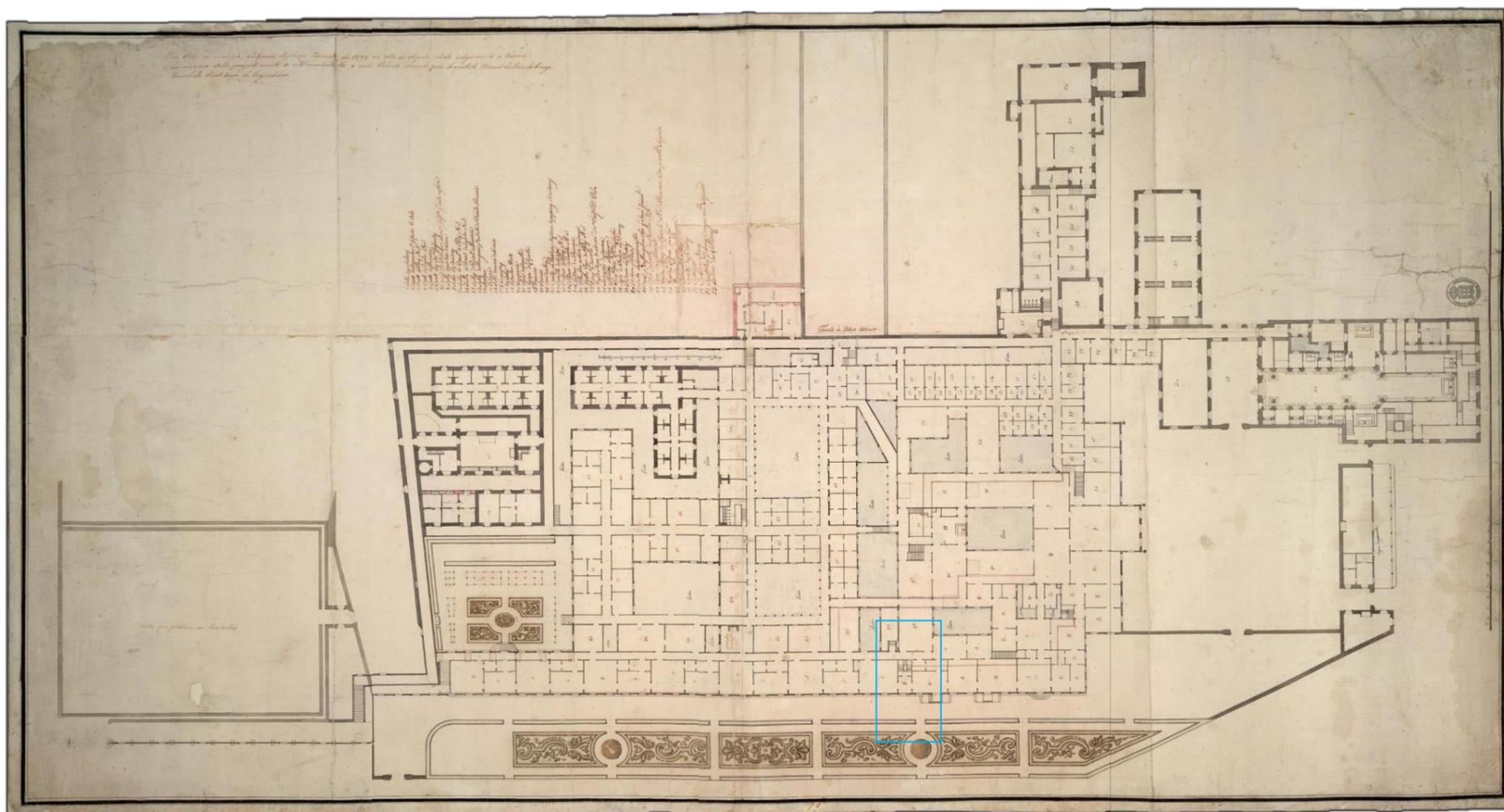
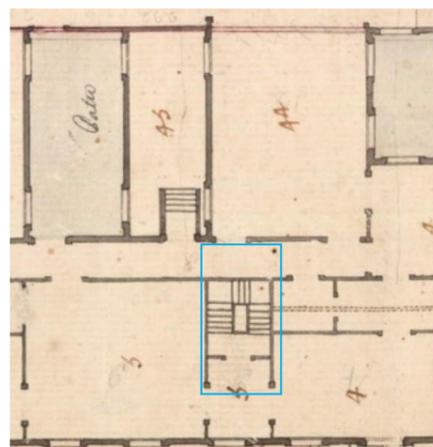
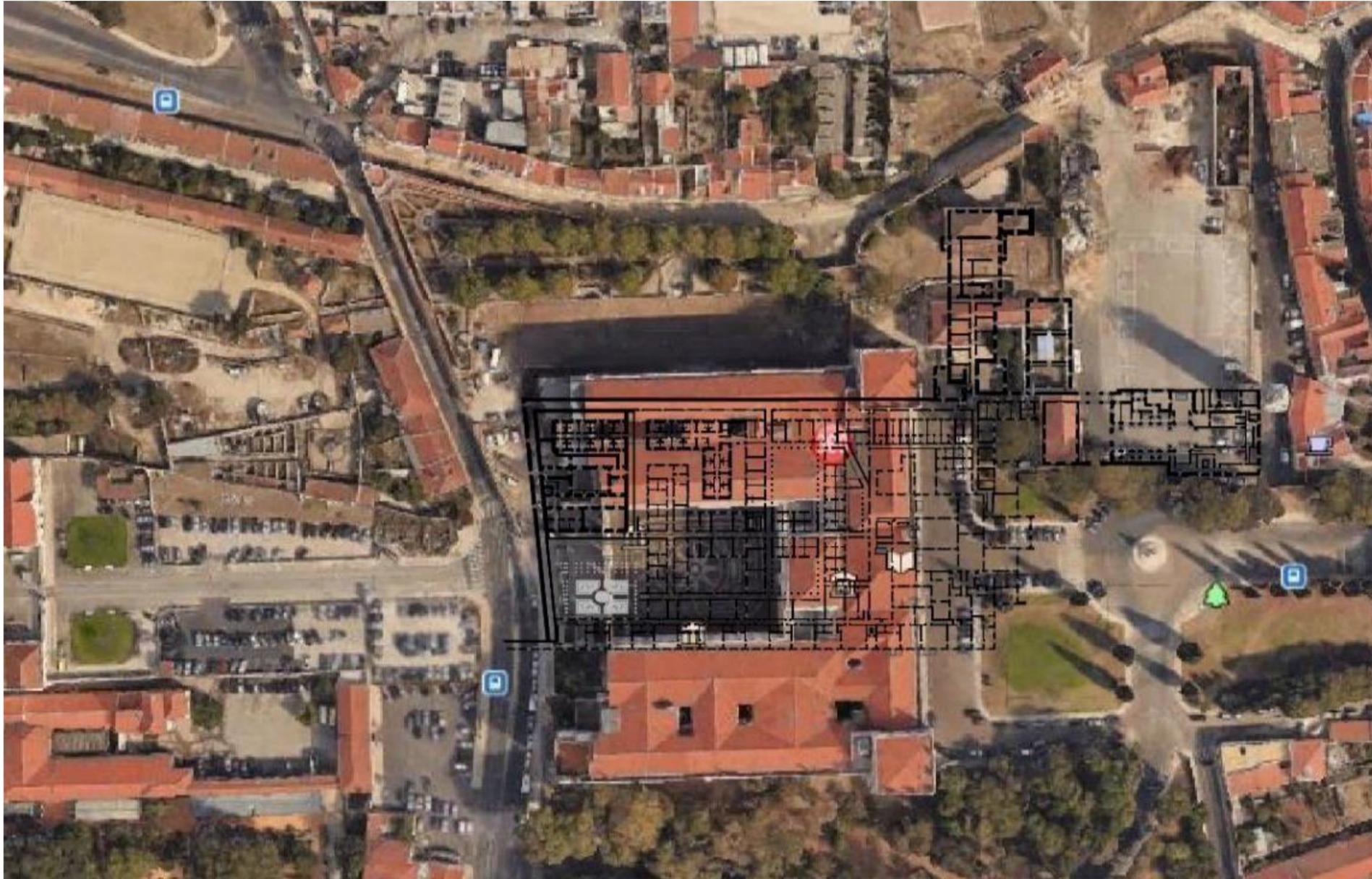


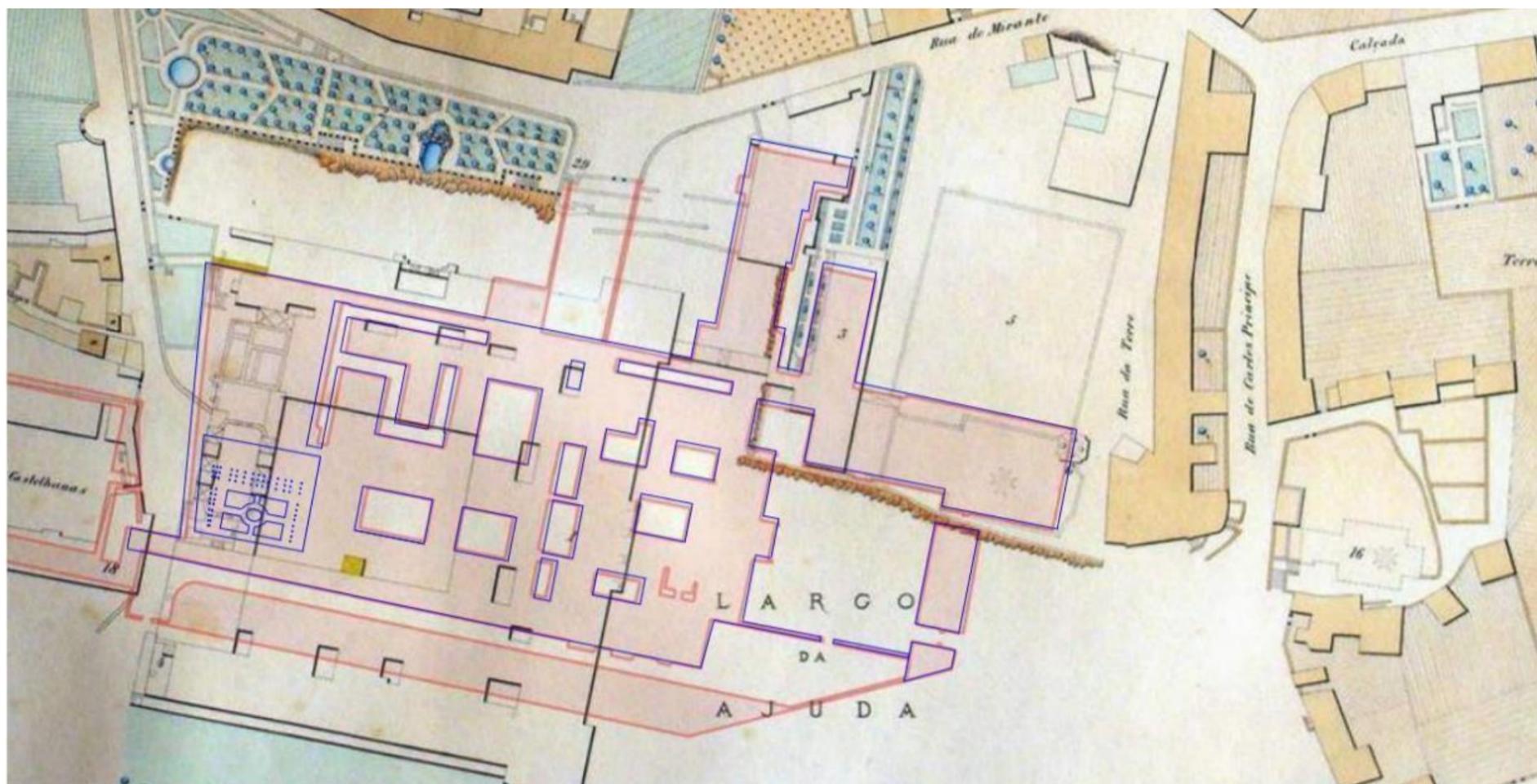
Fig.16 Autor desconhecido, *Paso Real incendiado edificado depois do Terramoto de 1755 no Alto da Ajuda dito vulgarmente a Baraca*, BNP [S.d.]



(Pormenor) vão de escadas representado nos quartos da Princesa e Rainha



**Fig.17** Sobreposição da planta *Paso Real* incendiado edificado depois do *Terramoto de 1755* no *Alto da Ajuda* dito vulgarmente a *Baraca*; BNP; [S.d] sobre imagem de satélite; 10-10-2018.



**Fig.18** Sobreposição do estudo de implantação da Real Barraca da Ajuda (a azul) sobre o contributo de Januário (2008, p.362) que representa, a vermelho, de igual forma, o seu estudo de implantação do palácio.

Assinale-se, contudo, que as datações atribuídas por Pedro Januário e Ayres de Carvalho poderão ser desajustadas. Atentemos na descrição do italiano Giuseppe Gorani, produzida entre 1765 e 1767:

”Durante a minha estadia em Portugal a corte habitava o Palácio de Belém que não merecia este nome porque consistia apenas num grande andar térreo em madeira e que não tinha beleza nenhuma.”<sup>58</sup>

A contradição constata-se ao analisar que, em planta (figura 16), se encontram representados vãos de escada que, seguramente, levariam a várias divisões de um piso superior. Em suma, tendo como base a relação das descrições de Giuseppe Gorani – elaboradas entre 1765-1767 – e a data sugerida por Pedro Januário e Ayres de Carvalho – 1763 – parece tornar-se evidente que a planta terá sido representada, no limite, depois de 1765. Atentemos, de igual forma, no reparo “*e que não tinha beleza nenhuma.*”, que poderá definir, porventura, a parca ornamentação arquitetónica exterior, como mais à frente especularemos.

Neste sentido, assumimos que, numa das primeiras fases de construção – seguramente entre 1756 a 1765/1767 – o edifício tinha apenas um piso, sendo posteriormente acrescentado um outro. Partindo desta diferenciação tipológica, Hall estabelece duas fases de construção distintas: a primeira, compreendida entre os anos de 1755 e 1760 – estrutural e da autoria de Bibiena – e uma outra, que equaciona ter terminado entre 1783 e 1784 e sobre a qual não se detém relativamente ao seu início.<sup>59</sup>

Assim, não poderemos deixar de atentar que se revela provável que a segunda fase identificada pela autora possa ter decorrido nos anos seguintes após a morte do rei D. José I, sendo, precisamente, a partir desse momento, que a *Real Barraca* passa a ter dois pisos. Hipótese, corroborada

---

<sup>58</sup> Goraini, Giuseppei – *Portugal A corte e o País de 1765 a 1767*. Lisboa, Lisóptima Edições, 1989, p. 140.

<sup>59</sup> “Neste estudo passaremos a especificar esse palácio através de duas designações. (...) o edifício sofreu, (...) duas grandes fases de obras, até ser consumido quase na sua totalidade por um incêndio (...). Ou seja, o palácio da autoria de Bibiena, cuja feitura terá ocorrido entre 1755 e 1760, passará a ser designado por *Real Barraca I*. Em relação ao edifício pertencente à segunda fase de obras conhecida, em que alguns dos espaços foram adaptados e modificados, chamaremos *Real Barraca II* (...) Sabemos, sim, que essa fase de obras [segunda fase] terá terminado entre os anos de 1783 e 1784.” Hall, Aline Gallasch – *Op. Cit.*, p.169.

por Abecasis através da descoberta de correspondência datada de 3 de Julho de 1777, onde se requer que sejam executadas as providências necessárias para realização de obras no paço real.<sup>60</sup>

A autora afirma, ainda, que, após a morte de D. José I, foram construídas instalações distribuídas por dois pisos para a rainha viúva D. Mariana Vitória e filha, futura rainha D. Maria I<sup>61</sup>. Esta informação permite-nos, pois, sugerir que a planta foi desenhada só após 1777, contrariando as datações atribuídas por Pedro Januário e Ayres de Carvalho – 1767 – e Maria Isabel Abecasis – 1767 a 1773 –, já que, relembre-se, é possível identificar na planta a representação de vãos de escada nos quartos *da Princesa e Rainha* – espaços identificados e legendados com o número 5 (figura 16).

Ainda que Hall<sup>62</sup> refira, pertinentemente, que a *Barraca da Ajuda* passa por duas fases de construção essenciais à sua diferenciação morfológica, é possível incluir-se uma outra.

Alicerçado em documentação de época, Januário refere que “*En mayo de 1756 se han fijado las lonas en la cubierta del palácio*”<sup>63</sup>. De facto, alguns autores mencionam a lona como parte constituinte do edifício. Partindo desta indicação e da análise, ampliada, de um desenho (não datado) onde é representado o palácio (figura 19), não nos poderá ser alheia a peculiar representação da sua cobertura, sobretudo quando comparada às suas contíguas, como a do *Paço Velho* (figura 19). Efetivamente, a representação da cobertura do edifício parece materializar a lona armada em 1756.

Esta primeira fase da construção é sustentada, também, nas fontes utilizadas por Giuseppina Raggi<sup>64</sup>, que atestam o envio de um grande volume de encomendas de lona e madeira para o Alto da Ajuda em Dezembro de 1755. No mesmo sentido, a autora acrescenta, ainda, que o edifício passa por duas fases de construção marcantes entre os anos de 1755 e 1760, sublinhando que, até 1760, se

---

<sup>60</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.156.

<sup>61</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.66.

<sup>62</sup> Hall, Aline Gallasch – *Op. Cit.*, p.169.

<sup>63</sup> Januário, Pedro – *Op. Cit.*, 356.

<sup>64</sup> Raggi, Giuseppina – *Architetture dell'inganno: il lungo cammino dell'illusione. L'influenza emiliana nella pittura di quadratura luso-brasiliana del XVIII secolo, Università degli Studi di Bologna*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Università degli Studi di Bologna, 2004, p. 711.

concebeu a morada régia como uma estrutura verdadeiramente efémera e temporária.

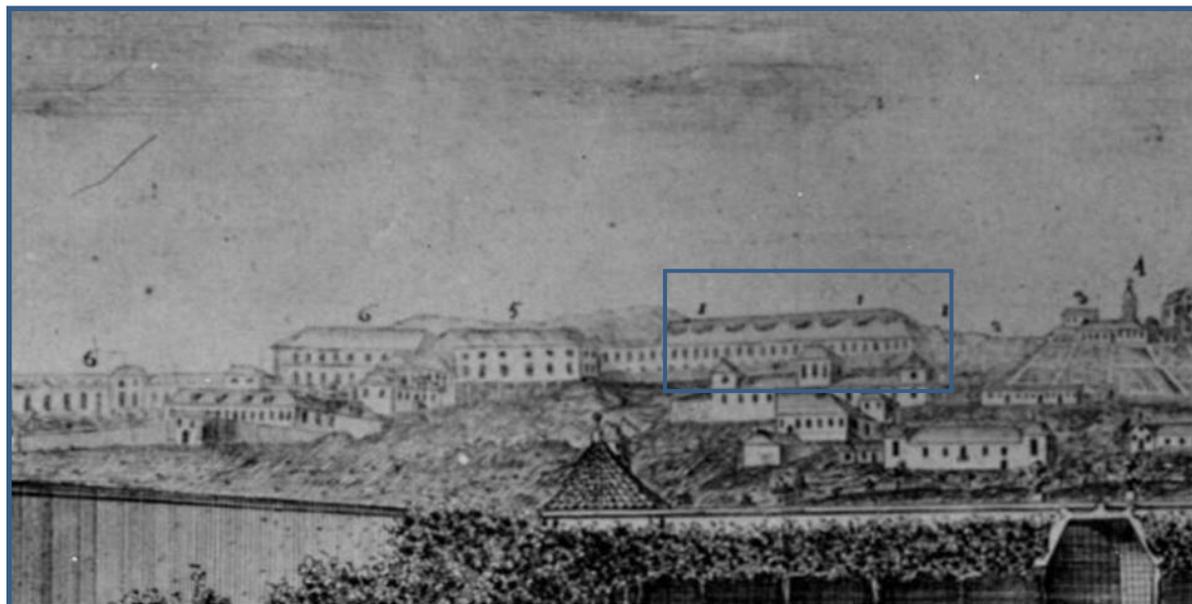
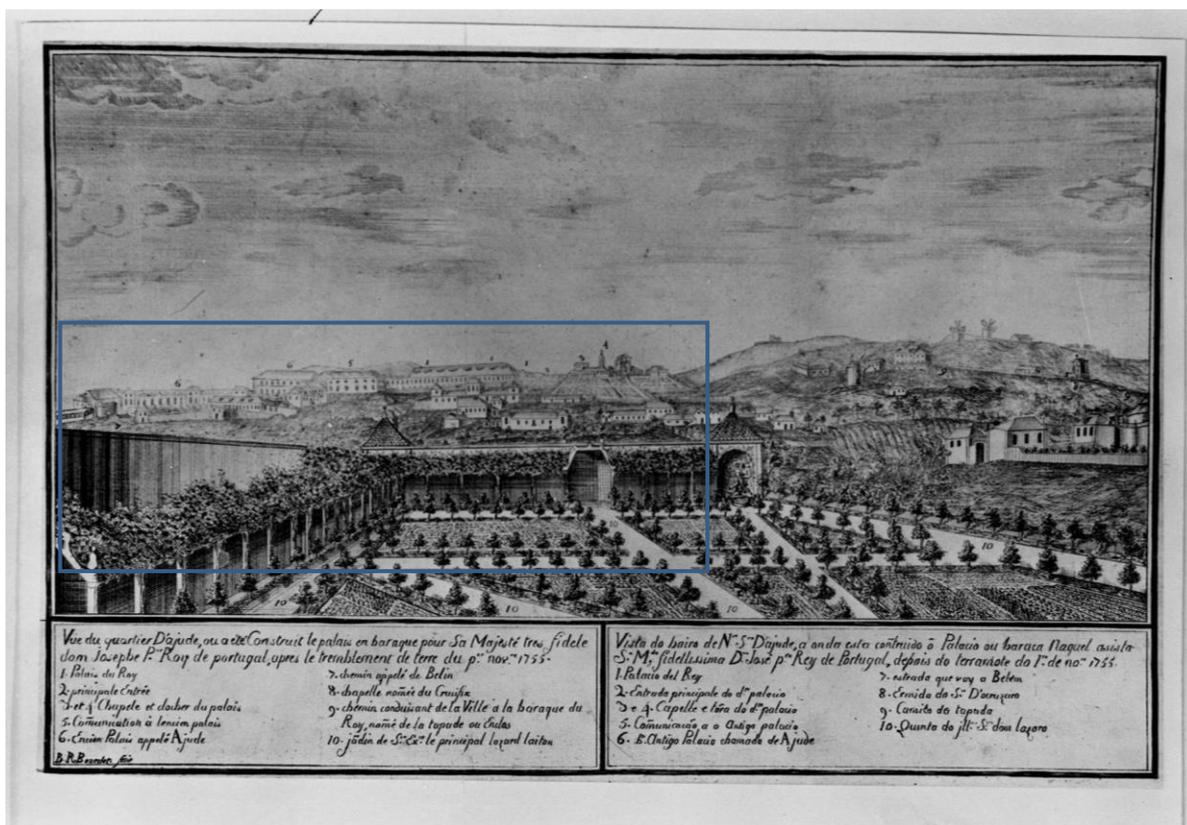
Tal situação é, ainda, sustentada pelo embargo da construção do Palácio Real de Campo de Ourique: um arrojado projeto urbanístico lançado segundo as orientação de D. José I que, em 1759, decreta a conceção de um “*palácio naquelle novo bairro e pela Nobreza e Pessoas ocupadas no meu real serviço devem fazer nas vizinhanças delle*” (figura 20).<sup>65</sup>

Malogradamente, além de a nobreza e alta burguesia se encontrarem depauperadas devido às consequências do terramoto<sup>48</sup>, a vontade régia em permanecer, definitivamente, no Alto da Ajuda, acaba por inviabilizar a aquisição dos terrenos e a construção das propriedades ali a erigir.<sup>66</sup>

---

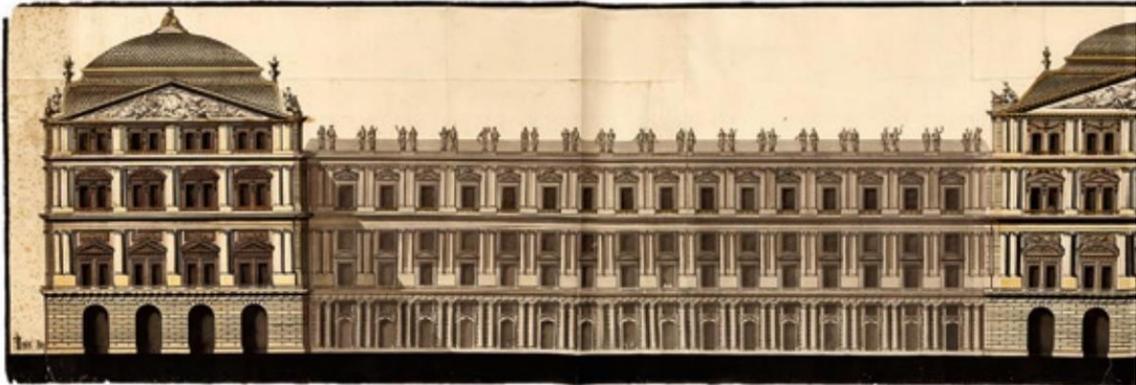
<sup>65</sup> Rossa, Walter – *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>66</sup> Rossa, Walter – *Op. Cit.*, p. 46.

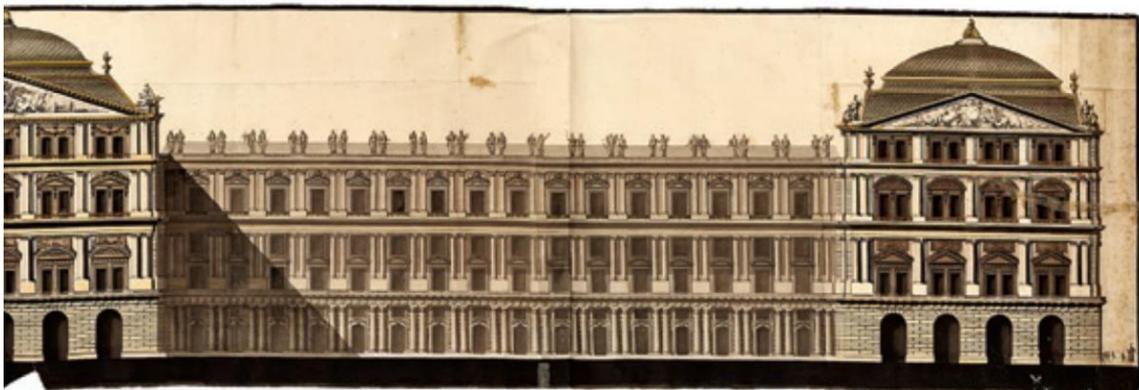


**Fig.19** Vista da Real Barraca da Ajuda e dependências contíguas; Vista do bairro de Nª Srª D'ajuda, a onde esta cõntruido o Palacio ou baraca Naquel assiste Sª Mª fidelissima D. José p. Rey de Portugal, depois do terramoto de 1º de noº 175; Panorâmica do Bairro da Ajuda, em primeiro plano vê-se o jardim de Lázaro Leitão, e ao fundo a "Real barraca da Ajuda", residência do rei após o terramoto de 1 de Novembro de 1755; gravura; AML; [s.d.]

De notar a então Torre do Galo e Capela Real (3 e 4), o corpo que faz a transição do Real Paço da Ajuda ao Paço Velho (5) e respetivo Paço Velho (6)



**Fig. 20** Dionizio, S., Alçado do Palácio Real a construir em Campo de Ourique, 1760, Academia das Ciências de Lisboa.



**Fig. 20** Dionizio, S., Alçado do Palácio Real a construir em Campo de Ourique, 1760, Academia das Ciências de Lisboa

Em suma, e tendo em conta os aspetos mencionados, torna-se possível determinar as seguintes fases de construção:

A primeira, na qual se acomoda a família real de forma presumivelmente temporária, entre 1755 e 1760. A segunda, entre a década de 1760 e 1777, em que terão sido empregues campanhas de obras no sentido de tornar a morada régia numa tipologia arquitetónica de habitação permanente. Durante esta fase, ter-se-á substituído a cobertura de lona por telha e empregue um sistema de construção em tabique e madeira para a definição de espaços interiores e utilizado pedra/tijolo para a construção de paredes-mestras e fachadas. A terceira fase, já no reinado de D. Maria I, é marcada pela construção de um corpo edificado superior e por outras campanhas que redefiniram jardins e espaços de recreio, como mais à frente veremos.

Comparemos, agora, a planta supramencionada com uma outra, também alusiva à Barraca da Ajuda, conservada na Biblioteca da Academia de Belas Artes (figura 21) e que Hall data do início da década de 1760.<sup>67</sup>

Alguns autores referem que o Paço Velho (antigo palácio dos Condes de Óbidos) fazia parte das dependências arquitetónicas que serviam os habitantes da corte, mais particularmente o pessoal de serviço<sup>68</sup>. A comunicação entre os dois corpos era garantida através de uma espécie de corredor/passadiço.

Ao observarmos as plantas apresentadas e uma planta do Paço Velho apresentada por Abecasis (figura 24), parece ser notório que o corpo edificado que estabelecia a conexão entre ambos os edifícios se implantou a Norte do pátio do Paço Velho, hoje Pátio das instalações da Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE) Grupo de Segurança (GS). Hipótese também avançada por Abecasis, alicerçada numa fotografia de 1939 (figura 23), a partir da qual identifica, precisamente, o corredor/passadiço (figura 24). Refira-se, contudo, que a edificação desta comunicação parece ter sido executada numa fase posterior de acrescentos, já que não se encontra identificada nem tão pouco desenhada na planta existente na Biblioteca da Academia de Belas Artes (figura 21).

Assinale-se, ainda, que a planta (figura 21) viabiliza uma clara leitura do carácter urbano do Alto da Ajuda e do palácio, implantado entre as atuais Calçada da Ajuda e Rua D. Vasco (figura 22). Note-se, também, que alguns dos espaços desenhados e identificados na planta conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa (figura 16), como a *Sala dos Serenis*, *Livraria*, *sala do Tesouro*, *Casa de Cera* e os *Quartos de porteiros da cana*, *varredores* e *reposteiros* não se encontram representados na figura 21, o que nos leva a supor que tenham sido acrescentados numa campanha de obras posterior, porventura, após 1777, como de seguida veremos.

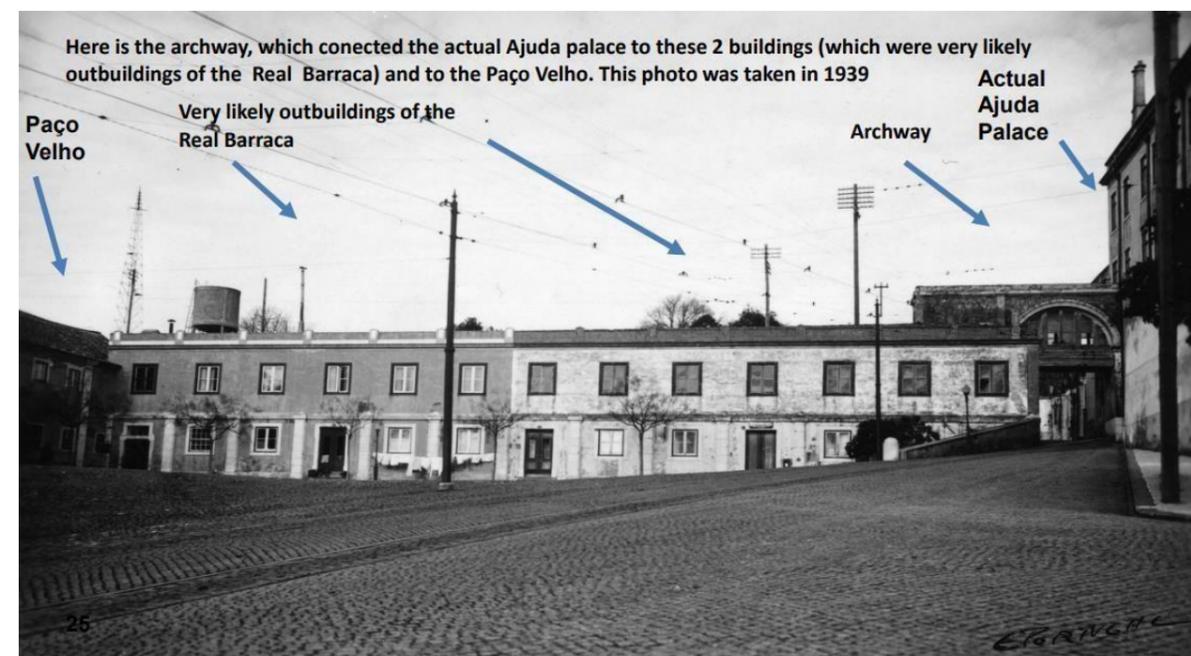
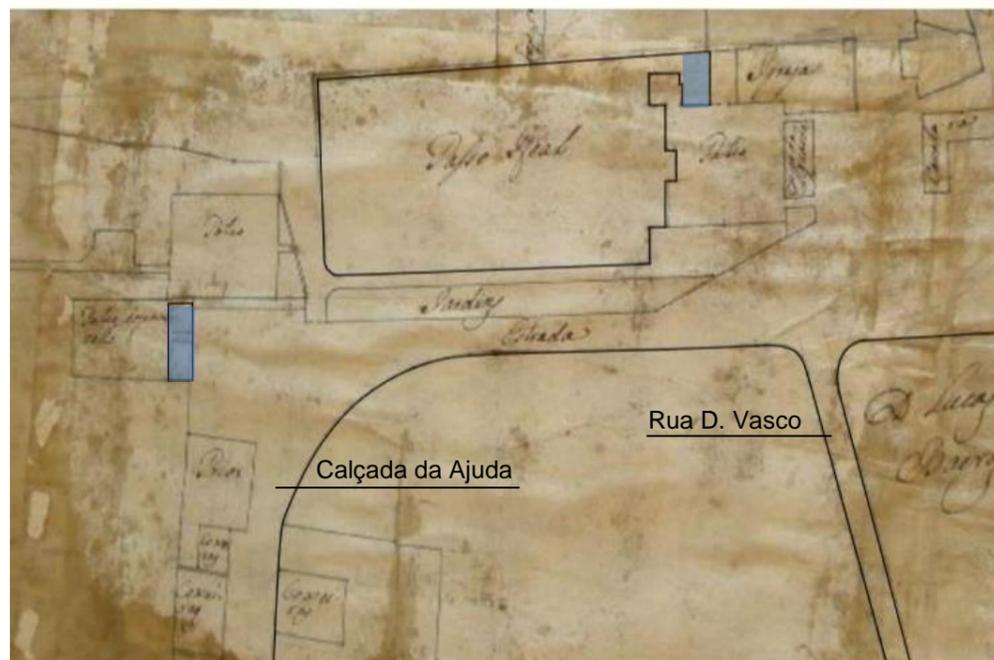
---

<sup>67</sup> Hall, Aline Gallasch – *Op. Cit.*, p.167.

<sup>68</sup> Coelho, Ana Cristina *et Al.* – p.61.

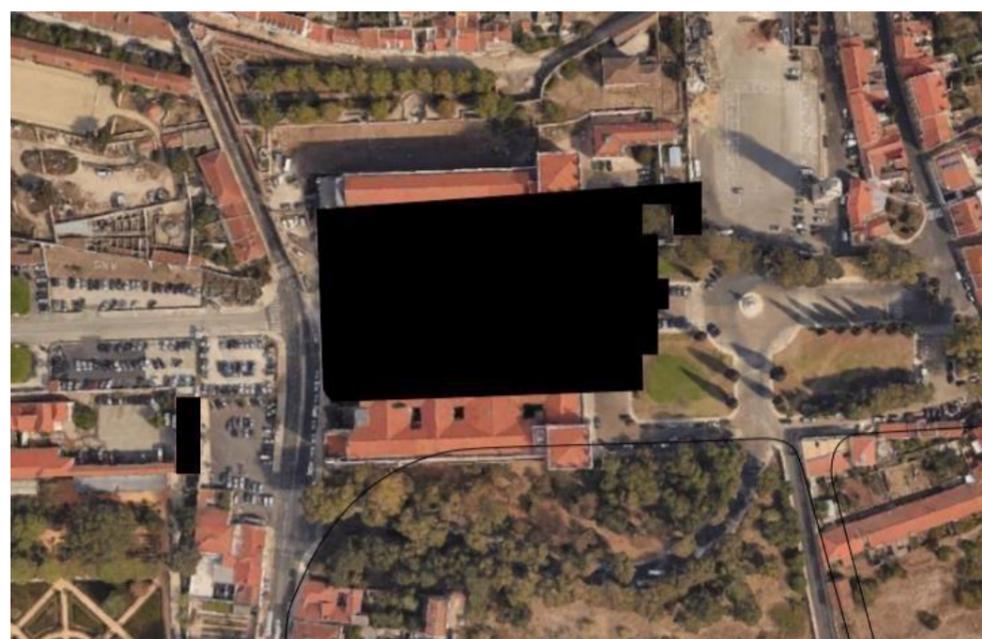




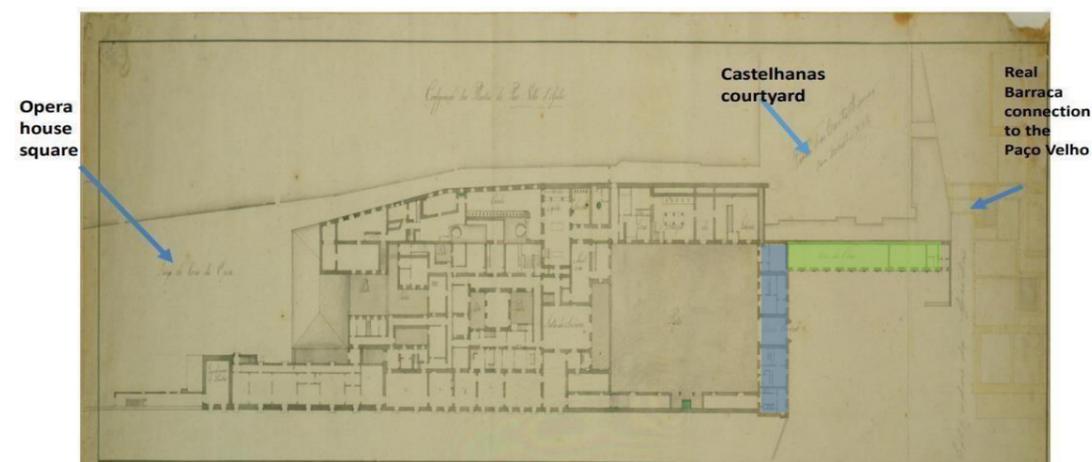


**Fig.23** Corpo de ligação entre *Paço Velho* e *Real Barraca da Ajuda*, fotografia retirada de Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.25

“A fotografia (...) apresenta estas dependências do paço bem como o arco que as ligava ao actual palácio(...) Mantiveram-se até à década de 50 do século passado, altura em que foram demolidas.” (p.147)



**Fig 22** Sobreposição da planta da *Real Barraca da Ajuda* sobre imagem de satélite, 10-10-2018. Embora a Rua D. Vasco se apresente, na sobreposição das imagens, um pouco desfasada do representado em planta, conseguimos, uma vez mais, definir a implantação da *Real Barraca da Ajuda* através das pré-existências assinaladas a azul: o edifício de entrada para o pátio das instalações da GNR - correspondendo ao antigo *Paço Velho*- e o Lar de Santa Isabel da Casa Pia e Lisboa- antiga sala da *Tapeçaria da Real Barraca*.



**Fig.24** Planta do *Paço Velho*, fotografia retirada de Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.33.

Representação do *Paço Velho* (antigo palácio do Conde de Óbidos), do qual persistem, até hoje, grande parte das suas dependências, como a referida entrada de acesso principal, a azul identificada. A verde assinala-se o corpo que fazia ligação entre o *Paço Velho* e a *Real Barraca*, acima fotografado.





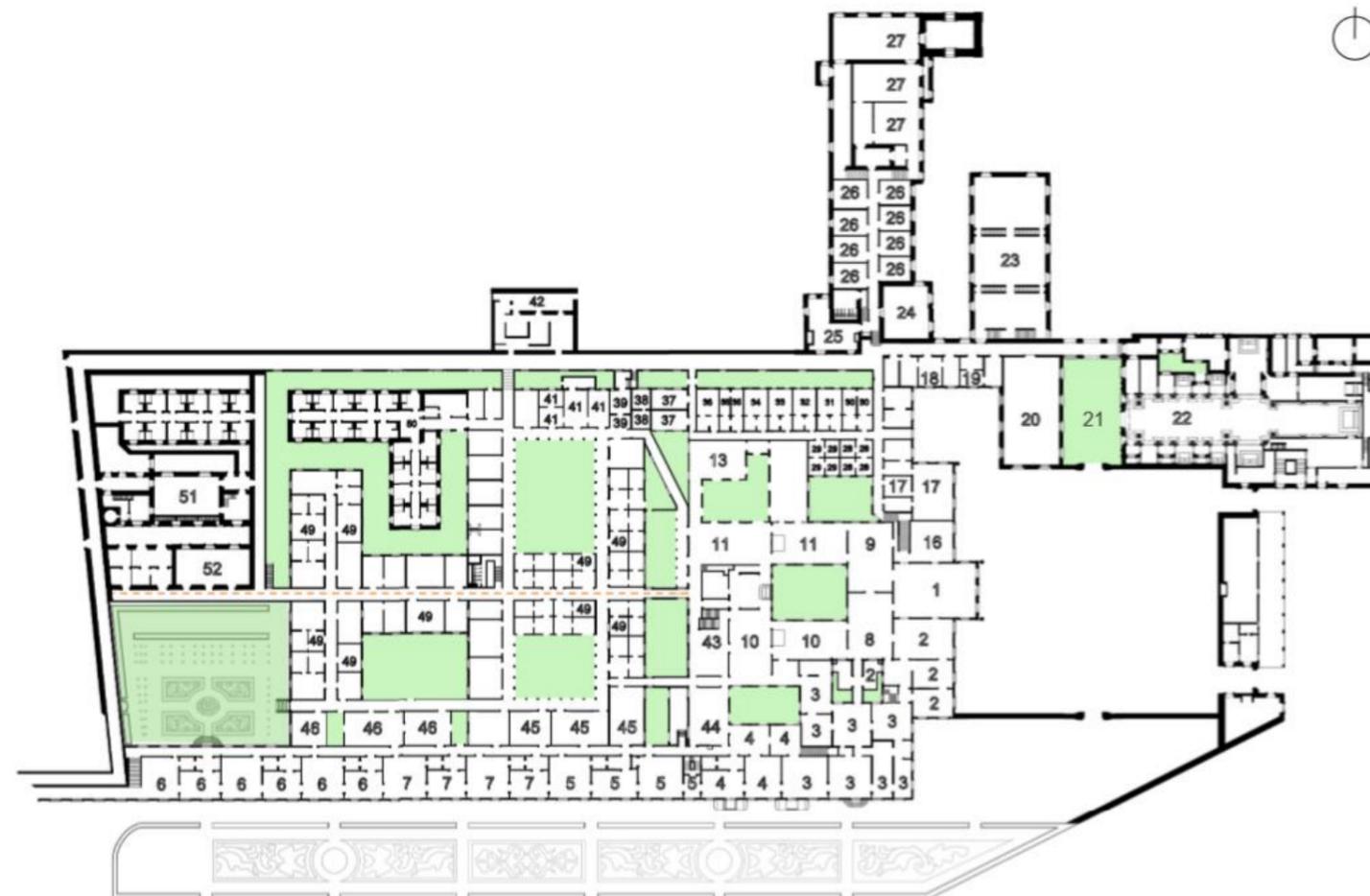
### 2.3. Tipologia arquitetônica

A *Real Barraca* tinha a sua fachada principal orientada a Nascente, estendendo-se o corpo do edifício para Poente. Segundo Januário e como se pôde comprovar nos desenhos produzidos e apresentados, especula-se que as medidas de implantação do paço real seriam, aproximadamente, 275,90 m por 125,40 m<sup>69</sup>.

Como se pode observar, o programa arquitetônico do edifício distribuía-se por 53 espaços (figura 25). Concetualmente, o paço é marcado por dois eixos estruturais que definem o seu programa. Ortogonalmente dispostos entre si, estas duas linhas de força criam uma simetria que reitera, muito concretamente, a forma e função dos espaços com a vivência do palácio. O eixo principal (figura 25) – que orienta o corpo do palácio para Oeste – irrompe da esfera mais “pública” e cerimonial do edifício, e marca, essencialmente, aqueles que são os espaços que desempenham um papel menos relevante e até nulo no *modus vivendi* da família real, designadamente as *cozinhas* ou *quarto dos criados*, situados nas “traseiras” do paço. Este eixo define, em suma, um evidente corte, sensivelmente a meio do edifício, entre o espaço de serviço – organizado, ortogonalmente, de forma a permitir o circuito simples e pragmático do pessoal de serviço – e o espaço da realeza e nobreza – organizado de forma complexa: labiríntico na definição do seu programa, composto por uma série de câmaras e antecâmaras que dificultam o acesso aos espaços de maior nobreza. Por sua vez, o espaço régio é também social e hierarquicamente organizado tendo em conta dois fatores essenciais: a esfera pública – cerimonial e de aparato – e esfera privada – de recato e maior privacidade.

Os corredores e sucessivas ligações a determinados espaços do palácio são conceptualizados segundo a condição social de quem habita/serve no paço. Um percurso projetado para usufruto régio não é concebido com o mesmo propósito de um outro, de “trânsito interior” – mais discreto e visceral – concebido para facilitar o serviço de apoio à realeza e aristocracia, assumindo, maioritariamente, posição ortogonal ao eixo principal, servindo inúmeras vezes para “agrupar” os *quartos dos criados*. É justamente a distinção entre os espaços do usufruto da corte e de serviço/apoio ao palácio que, em síntese, divide o palácio na ala Este – Pública e Privada, maioritariamente destinada às classes mais altas – e ala Oeste – que agrupa quartos de *criados*, *cozinhas* e outros espaços.

<sup>69</sup> Januário, Pedro – *Op. Cit.*, 357.



**Fig. 25** Planta da *Real Barraca da Ajuda*. A verde, representam-se os pátios internos. A laranja, um dos eixos estruturais do projeto

1.Sala dos Arquivos; 2.Quarto do infante D. Pedro; 3.Quarto do Rei; 4.Quarto da Rainha; 5.Quarto da Princesa; 6.Quarto das Infantas; 7.Quarto do Príncipe e do infante que está no Seu; 8.Sala do porteiro de Cana; 9. Sala dos Viadores; 10. Sala do docel do rei; 11.Sala de docel da rainha; 12. Sala de Docel da princesa; 13. Sala de passagem para a sala de docel da princesa; 14.Oratório; 15.Tribuna; 16.Sala da mesa de Estado; 17.Camaristas; 18.Viadores; 19.Estevão Pinto; 20.Tapeçaria; 21.Adro da Igreja; 22.Igreja da capela; 23.Livraria; 24.Tesouro; 25.Casa de Cera; 26 Quartos de porteiros da cana, varredores e reposteiros; 27. Conselho de Estado; 28. Confessor do Rei; 29. Confessor da Rainha 33.Domingos Carvalho; 34 Guarda-roupa do infante D.Pedro; 35.Cirurgiões da Câmara; 36.Médicos da Câmara; 37.Sargento-mor Fernando da Cunha; 38.Casa do Porteiro das Damas; 39.Portaria das Damas; 40.Portaria Alta; 41.Quarto da Camareira-mor; 42. Casas para Marquesa aia que se não fizeram; 43.Casa da espera da Rainha; 44. Casa da Música; 45.Guarda roupa da Rainha e princesa com pavimento superior; 46. Guarda roupa das Senhoras; 47. Guarda roupa da Princesa; 48.Camareira-mor; 49.Quarto dos criados; 50.Cozinhas; 51. Cozinhas novas; 52. Quarto das Damas com pavimento superior; 53. Jardim da Senhora.

### 2.3.1. A esfera pública

O acesso ao palácio fazia-se pela *Sala dos Arceiros* (1). Este espaço desempenha um carácter inevitavelmente cerimonial, estando nele presentes os *arceiros*, responsáveis por assegurarem a segurança e escolta do rei e família real. Distribuída, simetricamente, num eixo vertical (a Sul), desenvolve-se a esfera pública, localizada no centro da ala Este do palácio (figura 26).

Destes espaços de aparato fazem parte as *Salas de Dossel* dos monarcas (figura 26, legendas 10 e 11) e de alguns membros da família real (figura 26, legendas 12 e 13), nomeadamente dos herdeiros da coroa e respetivos cônjuges<sup>70</sup>. Aqui, decorriam, maioritariamente, as audiências quotidianas da família real, existindo, também, registos que nos dão conta da prática de determinados rituais e cultos religiosos seculares, como algumas celebrações fúnebres ou a cerimónia do lava-pés<sup>71</sup>. Verdadeiros atos de demonstração do *modus vivendi* da realeza, anteriormente executados no destruído Paço da Ribeira, atestam desde logo, a importância que este palácio desempenhava no cumprimento da demonstração do poder régio.

O *Oratório* (figura 26, 14) contribui, de igual modo, para a comemoração de variadas cerimónias e cultos religiosos da família real. Acrescem, também, os eventos que integram os membros da corte, como os *recebimentos*<sup>72</sup> e que reforçam a dicotomia estabelecida entre as *Reais Pessoas* e cortesãos na usufruição do espaço como um ambiente de cerimónia. Eventos de sociabilidade como os *recebimentos* respondiam a códigos de conduta, protocolo e etiqueta muito específicos, explanados em manuais de civilidade que orientavam a distribuição dos corpos nos espaços<sup>73</sup>.

Existem referências que aludem a vários oratórios distribuídos pelo Paço.<sup>74</sup> É, no entanto, no espaço central que se encontra aquele que nos parece ser o oratório principal e de aparato (14), dispondo, inclusivamente, de uma *tribuna* (15) onde, como em muitos outros casos, os membros da família real assistiriam aos préstitos.

---

<sup>70</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p. 29.

<sup>71</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p. 35. Relembre-se que a cerimónia do lava-pés decorreu, ao longo do reinado de D. João V, na Sala dos Tudescos do Paço da Ribeira.

<sup>72</sup> O ato de se anunciarem os noivos.

<sup>73</sup> “Como esclareceu Nobert Elias,” *Na sociedade da corte do antigo regime, a precisão no estabelecimento de um cerimonial, o rigor na definição de gestos sujeitos à etiqueta, o cuidado com que o valor em prestígio de cada ato é ponderado, estão na medida da importância vital que se atribui à etiqueta e, de um modo geral, à maneira como as pessoas se tratam umas às outras* (...); “Os tratados de civilidade tinham o objectivo pedagógico de expor em detalhes as regras de comportamentos sociáveis.”; Algranti, Leila – *Notas sobre a mesa da casa Real Portuguesa no reinado de D. José*. 2010, p.88

<sup>74</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p. 32.



Os Viadores – funcionários superiores, da mais alta aristocracia, ao serviço da rainha e dos infantes – além de beneficiarem dos seus próprios aposentos no Paço (18) e serem presença assídua nos vários acontecimentos da corte, serviam-se da *Sala dos Viadores* (9) para a organização de comitivas ou cortejos que acompanhavam membros da família real a certas atividades.

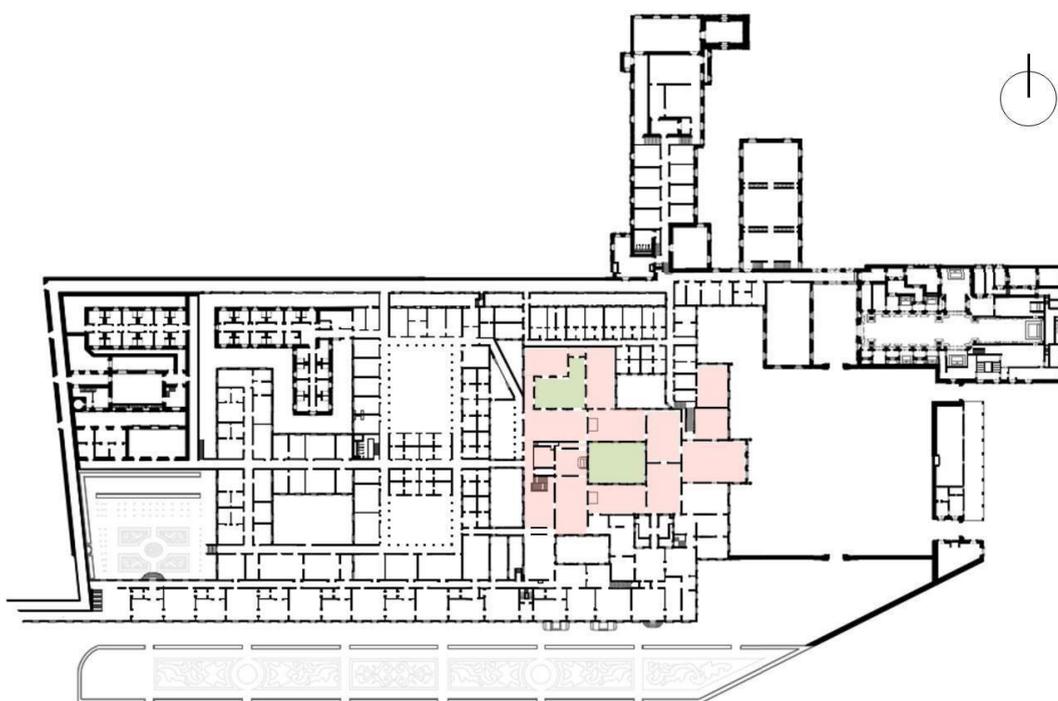
A *Sala dos Porteiros de Cana* (8) serve, maioritariamente, como antecâmara de segurança que atesta e certifica quem e sob que condições podem entrar em contacto com as *Reais Pessoas* e, mais precisamente, com o rei, quer através dos seus aposentos mais privados, quer através da sua *Sala de Dossel*.<sup>75</sup>

Das referências à *Sala da Mesa de Estado* (16), aferimos que era neste espaço que decorriam as refeições que reuniam vários membros da corte, particularmente no decorrer de momentos de celebração régias. Esta sala, onde “se fazia mesa”<sup>76</sup> era, frequentemente, armada com ricas tapeçarias, cortinados e todo o tipo de têxteis e passamanaria dignos de um palácio real.

---

<sup>75</sup> Silva, António – *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações*, 2009, p. 225.

<sup>76</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p. 64.



**Fig. 26** Planta da *Real Barraca da Ajuda*, esfera pública da família real e corte palaciana.

Os diferentes espaços onde a maioria das atividades públicas funcionam (rosa) capitalizam, formalmente, o núcleo central da ala Este do palácio.

### 2.3.1. A esfera privada

Imediatamente a Sul da *Sala dos Archeiros* e ao longo da fachada Sul, distribuem-se todos os “quartos” dos membros da família real – a esfera privada. Entenda-se que a designação *quarto*, no contexto habitacional oitocentista, alude a um conjunto câmaras/divisões que apoiam as necessidades de cada membro dos habitantes do paço. O número de divisões que estes espaços apresentam dependia, naturalmente, da hierarquia estabelecida entre a realeza e nobreza.

” O número de divisões varia consoante o prestígio e poder do seu ocupante: o monarca dispõe de 10 divisões (...), enquanto seu irmão o infante D. Pedro apenas de 5(...). Já a rainha D. Mariana Vitória habita em 5 divisões (...).<sup>77</sup>

A ala Oeste do palácio agrupa, maioritariamente, os *Quartos dos criados* (49). Estas divisões dão-nos conta da considerável quantidade de membros que constituía o pessoal de serviço do paço. Junto destes, funcionam as *Cozinhas* (50) e *Cozinhas Novas* (51).

Dentro desta lógica de organização, particulariza-se o caso do quarto da *Camareira Mor* (48) que tinha como função “o governo interno do paço, estando-lhe sujeitas todas as damas e elementos femininos da corte.”<sup>78</sup> Esta divisão situa-se entre a zona dos *Quartos dos Criados* (49) e perto dos quartos dos *Guarda roupa das Senhoras* (46). Refira-se que a *Camareira Mor* gozava de uma posição privilegiada na corte, respondendo apenas à rainha<sup>79</sup>. Ainda assim, não deixa de ser curioso que esta divisão se encontre na mesma orla dos circuitos da classe mais baixa que servia e dava apoio no paço.

Da esfera mais privada das figuras de relevo da corte, tal como o *Quarto da Camareira-Mor* (41), fazem parte a maioria dos aposentos privados dos nobres e figuras de considerável cargo no palácio, situando-se estes aposentos a Norte da ala Este, próximos do núcleo central público.

---

<sup>77</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p. 173.

<sup>78</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p. 59.

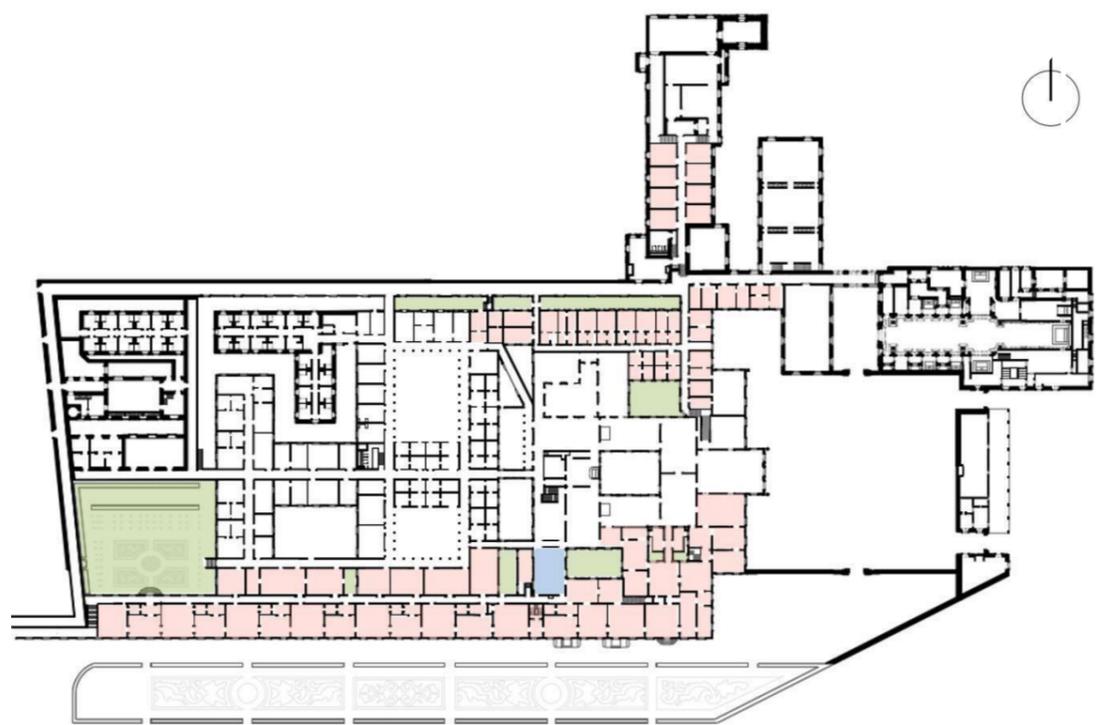
<sup>79</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p. 60.



Existe ainda, pese embora a presente categorização entre espaço público/privado, uma sala que poderá ser interpretada como um espaço híbrido e de confluência entre ambas duas esferas: note-se a *Casa da Música* (44), que, ao promover, frequentemente, o convívio entre nobreza e realeza, se localizava precisamente entre a esfera pública e privada da família real. Aline Hall considera que este espaço adquire um carácter eminentemente privado, ao estar rodeado de grande parte dos aposentos privados da família real e por, em descrições de época, ser entendida como um dos aposentos privados da rainha.<sup>62</sup>

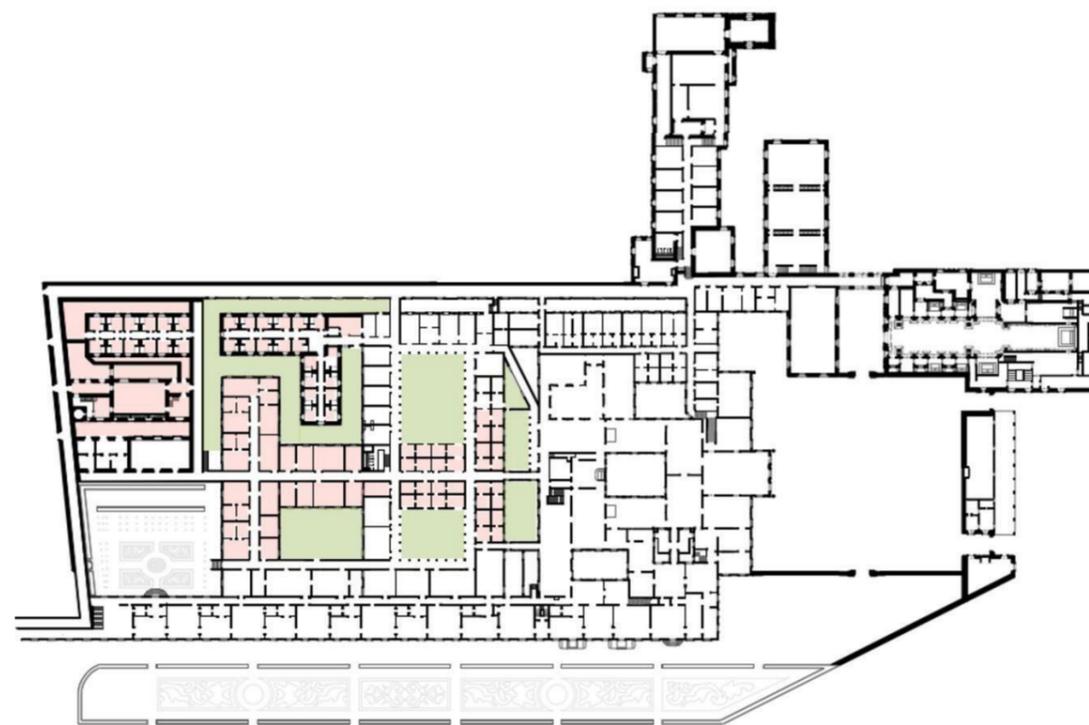
---

<sup>62</sup> “A Sala de Música ocupava um lugar de relevo na vida da família real. Desde já, pela sua localização privilegiada. Pelo que é dado a ver na já mencionada planta, ousamos interpretar a sua posição como estando centralmente dentro da esfera privada do rei e da rainha. Embora se pudesse aceder a esta sala pelo eixo cerimonial de audiências, (desde a sala dos archeiros, passando pela do porteiro da Cana e, em seguida, pela sala do docel do rei, local por excelência do poder e prestígio do paço), era na parte privada dos aposentos reais que a mesma se encontrava. Aliás, pelas referências da época, poderemos perceber que era considerada parte integrante dos aposentos da Rainha. Por isso é que a sala de espera da Rainha fazia a ligação final entre a Sala da Música e o eixo cerimonial das audiências. As restantes salas que rodeavam esse espaço musical eram as mais privadas da família real.” Hall, Aline Gallasch – *Op. Cit.*, p.167.



**Fig.27** Planta da *Real Barraca da Ajuda*, esfera privada da família real e da corte palaciana.

Os quartos dos membros da família real, a rosa, localizados imediatamente a sul da *Sala dos Arquivos* agrupam-se segundo uma lógica maioritariamente modelar, com os guarda-roupas localizados simetricamente em relação aos seus aposentos, sendo que os únicos que dispõem de pátios interiores (a verde) de acesso direto são os do Rei D. José I e do seu Irmão Infante D. Pedro III. Os aposentos da corte situam-se na ponta norte da ala Este. A azul encontra-se representada a *Casa da Música*.



**Fig.28** Planta da *Real Barraca da Ajuda*, cozinhas e quartos do pessoal de serviço/apoio (*criados*).

Do eixo central de comunicação do palácio fazem parte maioritariamente as instalações das hierarquias mais baixas e das cozinhas. Estes espaços são projetados, mais do que qualquer outro dentro deste complexo, usando a simetria como metodologia de organização de espaço.

Da referida versatilidade dos espaços, coerente será deduzir que a decoração e lógicas de usufruto de vários ambientes seriam constantemente mutáveis. Pedro Alexandrino Nunes será o principal responsável por *armar*, ou seja, equipar e cuidar dos espaços interiores do paço.

No mesmo sentido, reforçando a ideia de que o sistema de construção das paredes interiores terá sido concebido em tabique e não em pedra, alia-se o facto de o palácio ser revestido por tapeçarias, panos de armar e vários outros têxteis que funcionavam como adorno e que poderão ter substituído o aparato das trabalhadas paredes marmoreadas ou de pedra, não descorando, ainda assim, a utilização de estucados<sup>80</sup>. Refiram-se, ainda, os vários registos onde se dá conta da necessidade de se desarmar e armar tecidos que cobriam paredes com o propósito de tapar ou disfarçar buracos feitos por roedores<sup>81</sup>.

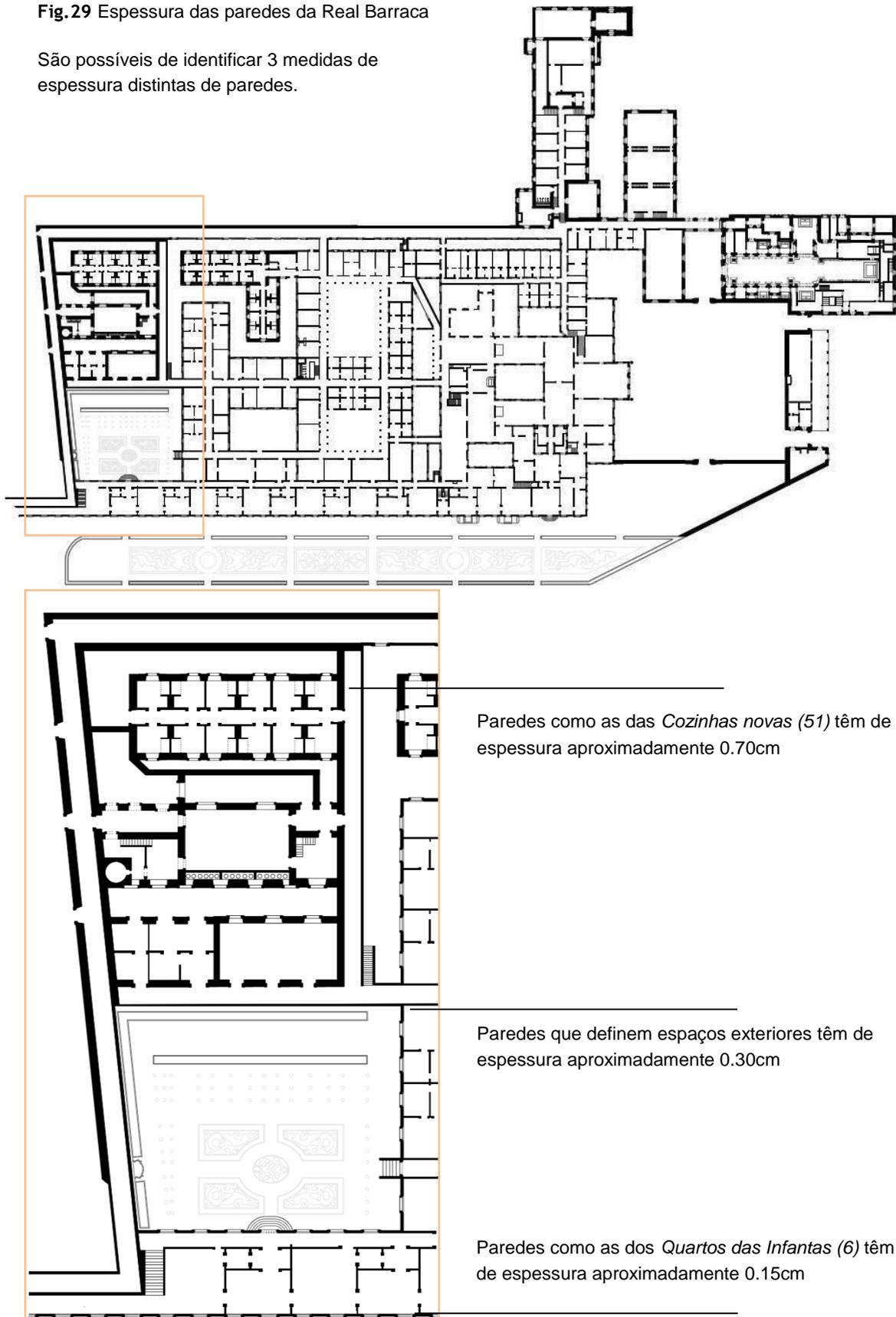
---

<sup>80</sup> “[As Salas de Dossel] Eram ainda revestidas de numerosas tapeçarias, pesados panejamentos(...)”, Abecasis, Maria – Op. Cit, p.27. “O mestre-armador Pedro Alexandrino Nunes dirigiu durante um longo período os trabalhos de armação do paço de madeira que consistiam na montagem de tapeçarias, colocação de cortinas, reposteiros, instalação de camas e de toda a espécie de tecidos, chegando a encarregar-se também da colocação dos móveis.”, Abecasis, Maria – Op. Cit, p. 155; “ (...) Despesas de 1764 referem-se aos panos de parede da Sala de Dossel da rainha.”, *Ibidem*, p.156; “The courtrooms of the royal family, areas of glamour”. Abecasis, Maria – Op. Cit, p.15; “Bien como, cuanto al lujo y elegancia con que habían sido ornamentado, habiéndose recogido a tapicerías de la Quinta de Baixo o a las del palacio de la Ribeira, que habían sobrevivido al terremoto e incendio. Consecuentemente Rimondini y Samoglia han referido que «la “materia prima” de los arquitectos escenógrafos como los Bibiena siempre fue el uso de la madera, estuque y decoración pictórica, el que les permitía una “posibilidad expresiva inmediata”, a pesar de que eran materiales pobres”, Januário, Pedro – Op.Cit,p.359.

<sup>81</sup> Abecasis, Maria – Op. Cit, p.51.

Fig.29 Espessura das paredes da Real Barraca

São possíveis de identificar 3 medidas de espessura distintas de paredes.



### **3. Reconstituição do complexo arquitetónico da *Real Barraca da Ajuda***

Este subcapítulo trata de expressar visualmente a morfologia de algumas das dependências do desaparecido palácio. Deste modo, recorrendo a representações bidimensionais e tridimensionais, será dividido em 3 grupos:

Em primeiro lugar, serão explanados e representados, bi e tridimensionalmente, os vestígios arqueológicos que possibilitam confirmar a existência de algumas das partes integrantes do complexo arquitetónico em estudo – **Vestígios vivos do palácio**.

Num outro plano, alicerçado a documentação textual e iconográfica, focaremos no estudo das parcelas desaparecidas da *Real Barraca* que possibilitam a sua corelação com os vestígios vivos do palácio – **Vestígios documentados do palácio**.

Por fim, num momento de reflexão que integra os anteriores, especularemos, ainda, sobre algumas das parcelas que, hoje, não nos permitem reconstituir, com certeza, várias das parcelas do palácio, dada a sua integral extinção e desconhecimento de registos textuais e iconográficos – **Reflexão sobre algumas das suas extintas parcelas**.



### 3.1 Vestígios vivos do palácio

A análise dos seguintes vestígios arqueológicos é, naturalmente, a que constitui matéria de estudo mais consistente à investigação. Como outrora referido, existem elementos arquitetónicos *in loco* que nos permitem especular a implantação da *Real Barraca da Ajuda*. Estes vestígios, além de contribuírem para corroborar a implantação do edifício, possibilitam uma categorização arquitetónica que contribui para a busca de uma definição tipológica e morfológica daquelas que são, até então, as parcelas irrecuperáveis do extinto palácio. Destes vestígios, integram as salas do *Concelho de Estado* e *Tapeçaria* e a torre sineira da Ajuda, pertencente à extinta capela real do paço.

A sala do *Concelho de Estado* é vulgarmente conhecida como *Sala dos Serenins*. Aline Hall afirma que este espaço se revela um dos pouquíssimos vestígios relacionados com o projeto de Giovanni Galli Bibiena:

“No caso da Sala dos Serenins não há grande margem para dúvidas. A Real Barraca I foi acabada muito antes (1756) da morte de Bibiena (1760), logo, o que chegou até nós daquela época foi erguido sob direcção do próprio.”<sup>82</sup>

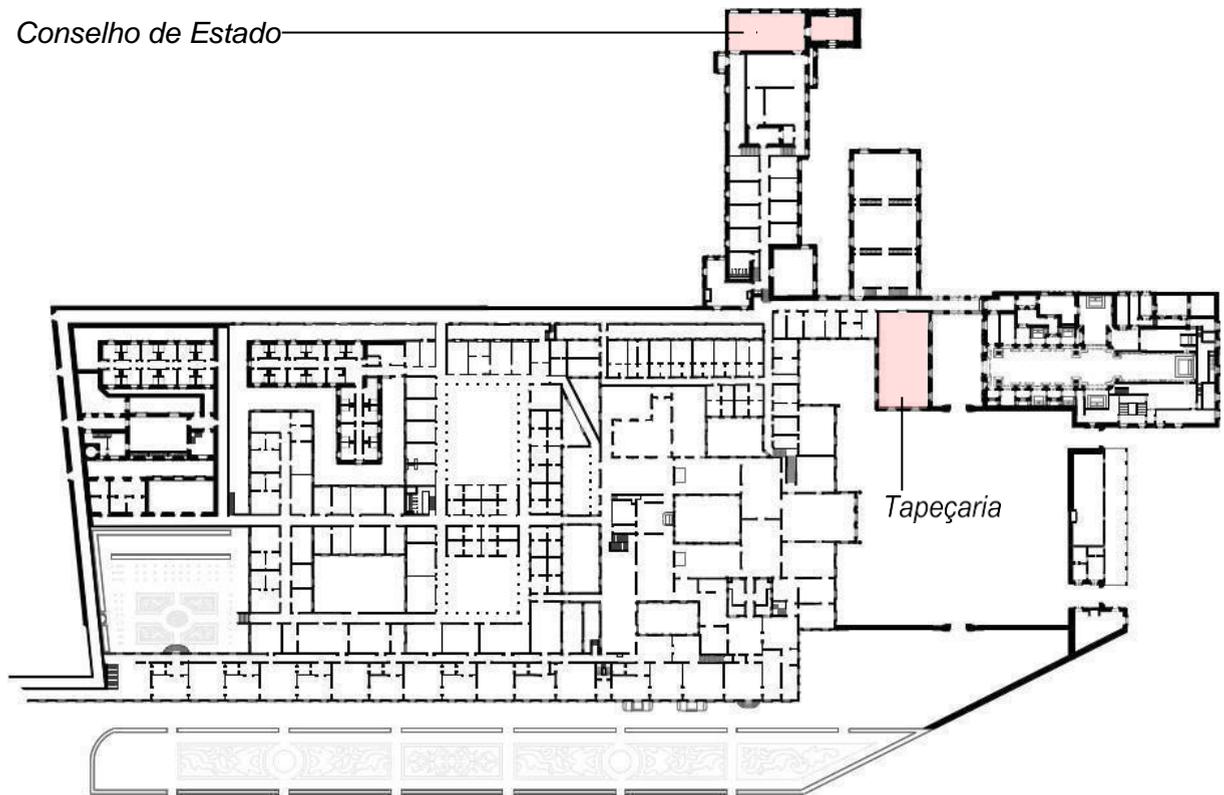
Refira-se, contudo, que devemos questionar a assunção de que, em 1756, o palácio incluía a referida sala – anteriormente denominada sala do *Conselho de Estado* –, já que a mesma não se encontra referida nem tão pouco representada na planta mais antiga (figura 26), e que a autora especula datar da década de 60 do século XVIII<sup>83</sup>. Não obstante, dever-se-á questionar até que ponto este vestígio foi concebido segundo a direção de Bibiena. Como já referido, presume-se que o arquiteto italiano foi responsável por conceber as fases primeira – edifício armado em lona – e segunda – quando se assume morada régia definitiva, em 1759-1760 – fases que julgamos serem representadas na planta mais antiga (figura 26). Note-se que a planta não contempla os vários espaços em análise, sendo estes unicamente representados na planta mais recente (figura 20).

---

<sup>82</sup> Hall, Aline Gallasch – *Op. Cit.*, p.167.

<sup>83</sup> Hall, Aline Gallasch – *Op. Cit.*, p.188.

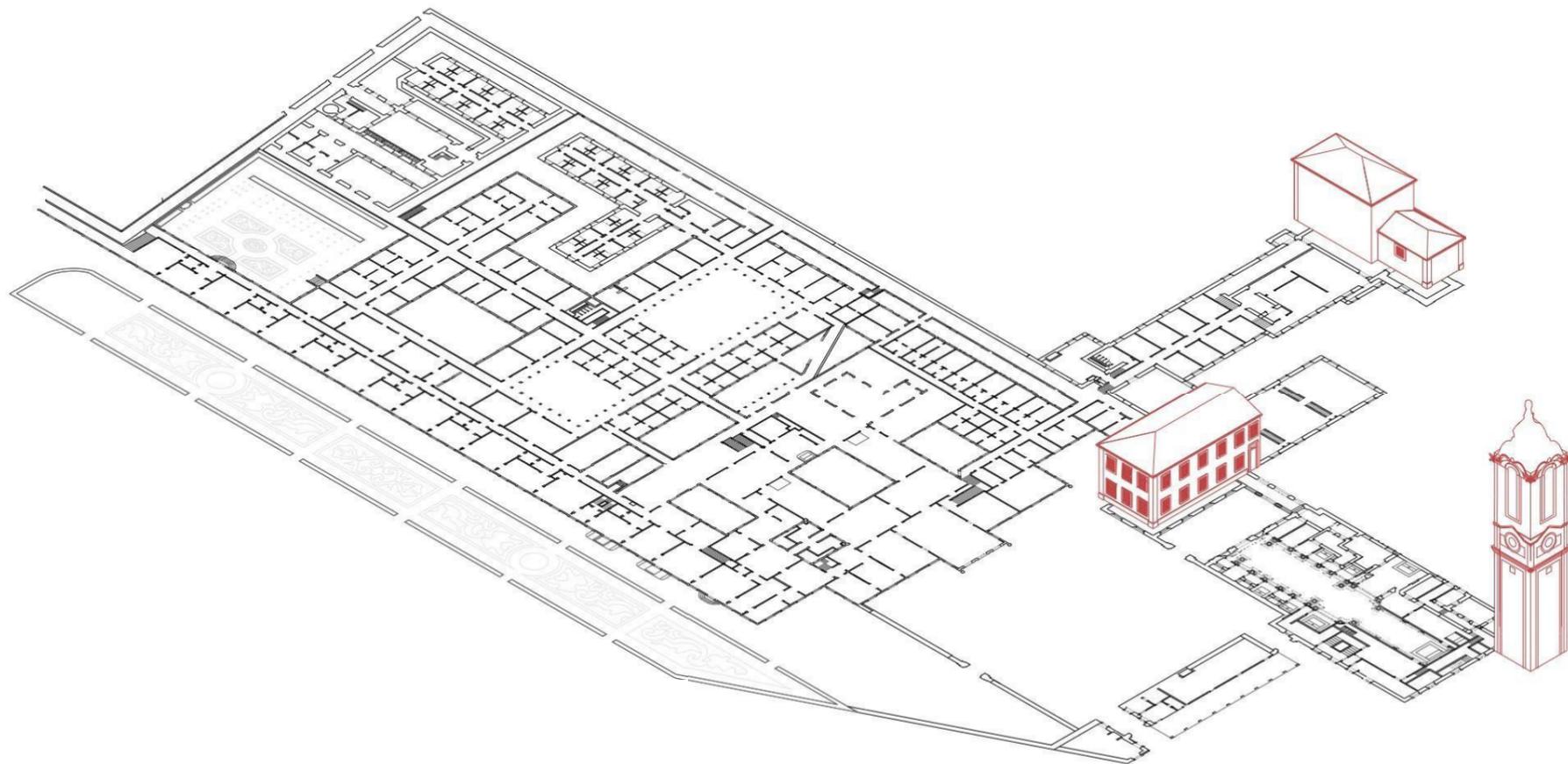
*Conselho de Estado*



**Fig.30** Vestígios vivos, existentes, da *Real Barraca da Ajuda*



**Fig.31** Imagem de satélite, 10-11-2018; a vermelho salienta-se, do primeiro plano para o último: *Torre sineira*, *Tapeçaria*, *Sala dos Serenins*.



**Fig.32** Reconstituição tridimensional dos vestígios vivos da *Real Barraca da Ajuda*: Torre sineira, Tapeçaria, Sala dos Serenins.

A *Sala dos Serenins* – hoje Divisão de Documentação Fotográfica do Instituto dos Museus e da Conservação – viria a substituir a sala do *Conselho de Estado*.

Na *Sala do Conselho de Estado*, reuniam-se “ [como refere Bluteau] as maiores dignidades eclesiásticas e seculares para tratarem “as cousas mais importantes do governo do reyno”<sup>84</sup>. Contudo:

“Esta afirmação datada do início de setecentos já não correspondia à realidade da segunda metade do século. Há muito que o Conselho de Estado perdera as suas funções de «principal centro de decisão política». Encontrava-se agora esvaziado de poder. As secretarias de estado tinham-se tornado definitivamente os centros do «governo»”<sup>85</sup>

Efetivamente, no final do reinado de D. José I e no início do reinado de D. Maria I, a *Sala do Conselho de Estado* era já um espaço obsoleto, sendo precisamente no início da década de 80 que se realizam obras de vulto para a sua reabilitação. Assim nasce a *Sala dos Serenins*.

A reconfiguração deste espaço deve-se a Petroni Mazzoni em colaboração com os arquitetos Giacomo Azzolini e Francisco José, com o entalhador Silvestre Faria Lobo e com o armador da casa real, Pedro Alexandrino Nunes<sup>86</sup>.

---

<sup>84</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.83.

<sup>85</sup> *Idem, Ibidem.*

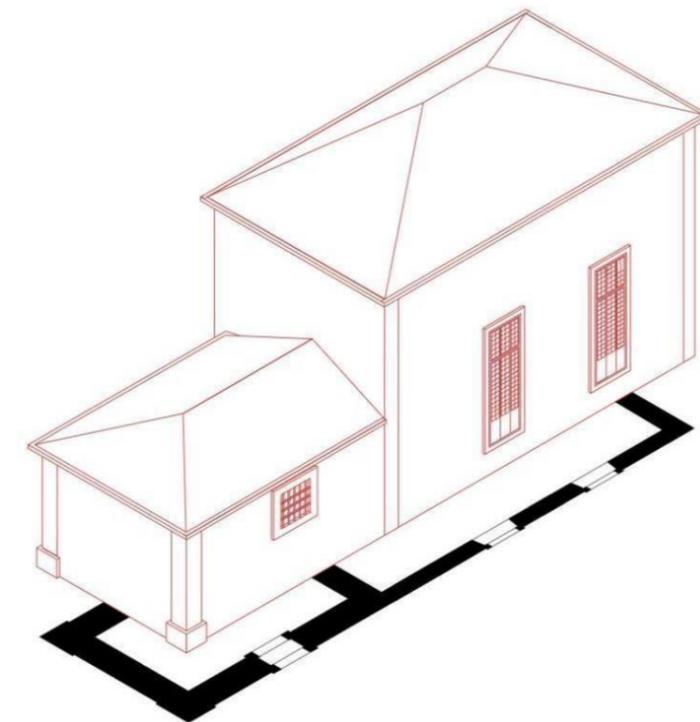
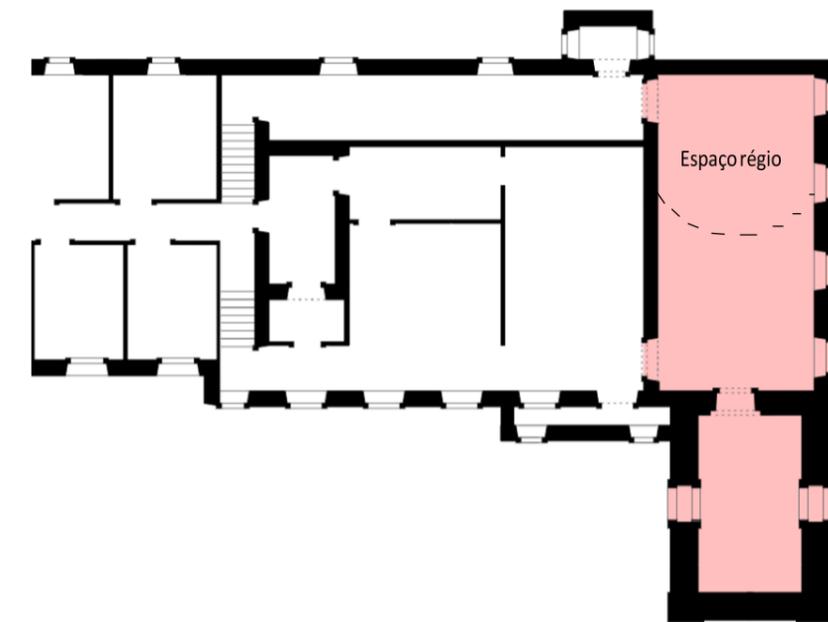
<sup>86</sup> Hall, Aline Gallasch – *Op. Cit.*,p.173. Despesas e detalhes da obra: ANTT, AHMF, CR, Cx.3127, *Despesas de Julho de 1783*, 3128, 3129, 3130.



Com efeito, entre 1783 a 1784, a antiga sala do *Conselho de Estado* é reconfigurada a *Sala dos Serenins*. Serenim tem por definição “saraus em que cantavam pessoas reais; serenata feita por altas personagens da corte”. Esta designação aparece referida numa planta de 1817<sup>87</sup>. Em 1783, é designada em documentos das obras realizadas como *Nova Casa da Música*.<sup>88</sup>

Petroni Mazzoni – arquiteto e maquinista teatral – reaproveita a estrutura proveniente do reinado de D. José I<sup>89</sup> e redimensiona os quatro vãos de janelas existentes para dois, preservando totalmente o aspeto e estrutura da antecâmara que lhe é contígua. Em suma, o paradigma altera-se e a antiga *Sala do Conselho de Estado* adquire contornos lúdicos, passando a ser um dos espaços, por excelência, onde decorriam os saraus musicais da corte e família real.

O programa decorativo interior marca, notoriamente, uma dissonância entre a aparência exterior do edificado – mais depurada – e o seu interior, abundantemente ornado com estucados e pinturas de fingimento alusivas a mármore preciosos.



**Fig.33** Reconstituição da transição da sala do *Conselho de Estado*, em planta, para *Sala dos Serenins*, modelo tridimensional.

De notar o redimensionamento dos 4 vãos da *Sala do Conselho de Estado* para os 2 da *Sala dos Serenins*.

<sup>87</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p 40.

<sup>88</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p 175.

<sup>89</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p 173.

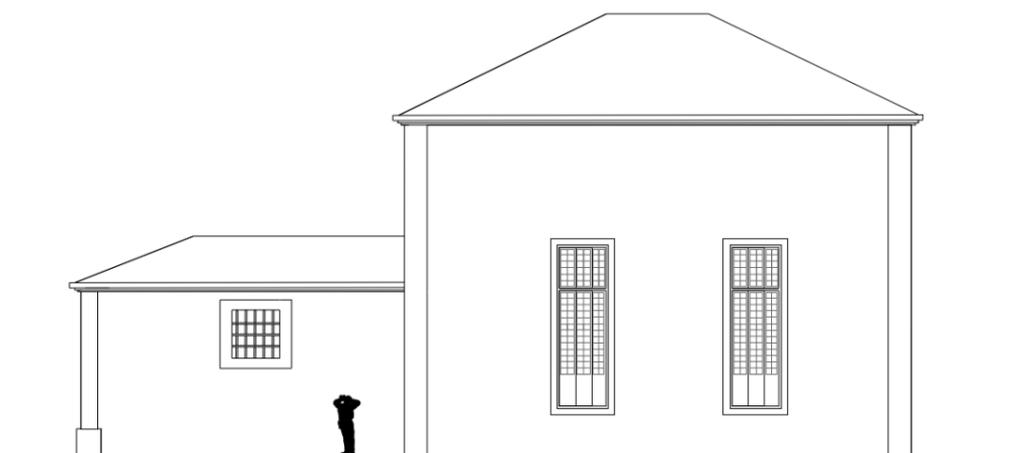




**Fig.34** Exterior da *Sala dos Serenins*; fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.



**Fig.36** Exterior da *Sala dos Serenins*; fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.



**Fig.35** Alçado Norte da *Sala dos Serenins*.



**Fig.37** Interior da *Sala dos Serenins*; fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.

Atualmente, o acesso à *Sala dos Serenins* faz-se através de um vão aberto na referida antecâmara. Este espaço – de reduzidas dimensões e acesso limitado – poderá, porventura, ter servido de sala de arrumo para instrumentos musicais. Refira-se, contudo, que não deixa de ser curioso que a respetiva porta de acesso entre sala dos serenins e a mesma apresente o mesmo programa decorativo – estucados que irradiam raios de luz – empregues na parede que lhe é oposta e onde se instalou um baldaquino que marcava a área reservada às reais pessoas.

No mesmo sentido, torna-se bastante evidente que a reabilitação da *Sala dos Serenins* denota uma organização espacial que segrega o espaço de usufruto régio da corte, artistas e músicos. Se observarmos, por exemplo, o *trompe-l'oeil* presente no teto da sala – e que em muito lembra os cenários produzidos pela família Bibiena – percebemos facilmente que este foi concebido para ser contemplado a partir do local onde se situava a realeza. De um outro campo de visão, como o do espaço reservado aos artistas e músicos, este efeito cenográfico parecer-nos-á distorcido. Em suma, o espaço é concebido conforme normas de sociabilidade restritas que, além de posicionarem os intérpretes do espetáculo de frente para o espaço régio, estabeleciam que a corte assistisse aos entretenimentos posicionando-se por detrás das *reais pessoas*, permanecendo de pé durante todo o espetáculo<sup>90</sup>.

Note-se, também, os motivos fitomórficos e de instrumentos musicais em estuque que compõem o programa decorativo utilizado nas estruturas parietais da sala, na pintura de fingimento que mimetiza mármore preciosos e nas composições geométricas empregues no chão, e que poderão também ter feito parte de muitas outras divisões do palácio desde o reinado de D. José I.

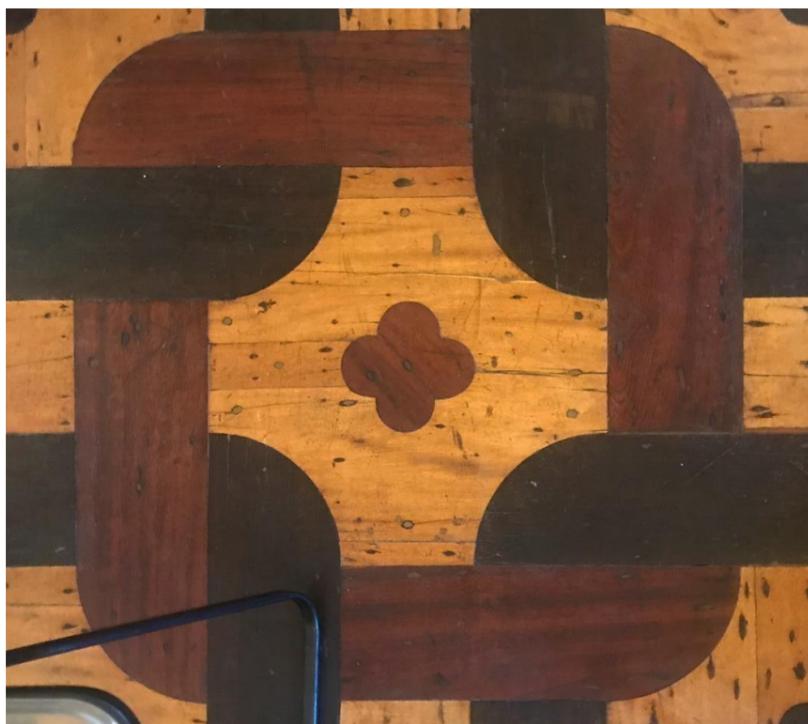
[Virar a página](#)

---

<sup>90</sup> Hall, Aline Gallasch – *Op. Cit.*, p.174.



**Fig.38** Interior da *Sala dos Serenins*, fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.



**Fig.39** Chão de época em madeiras exóticas da *Sala dos Serenins*, fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.



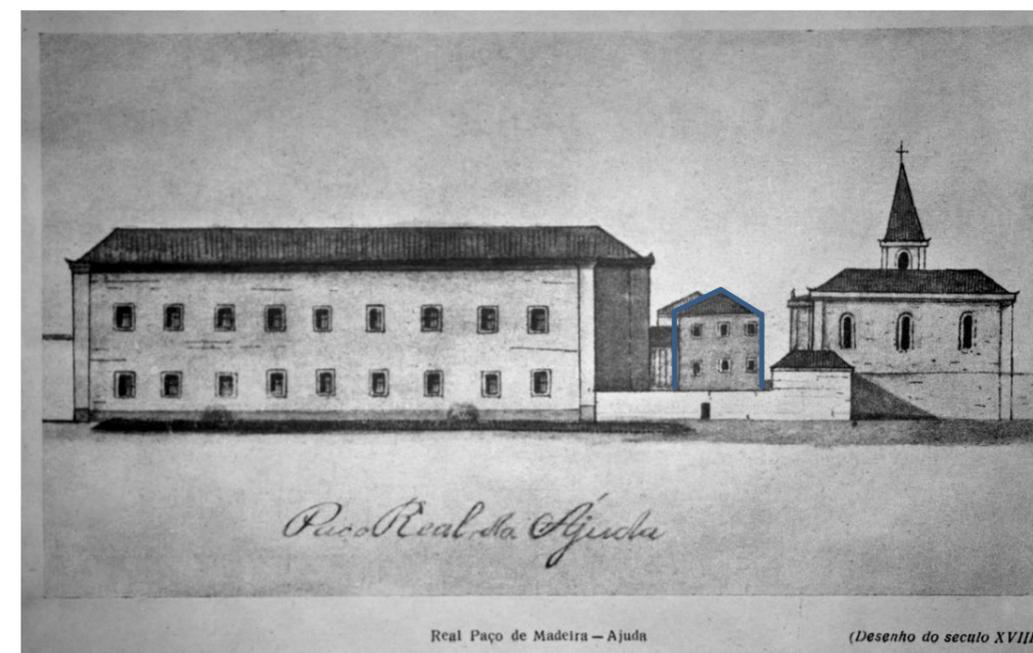
**Fig.40** *Trompe-l'oeil* ; Interior da *Sala dos Serenins*, fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.

A sala da *Tapeçaria* tinha como função armazenar as diversas armações que revestiam as várias salas do paço.

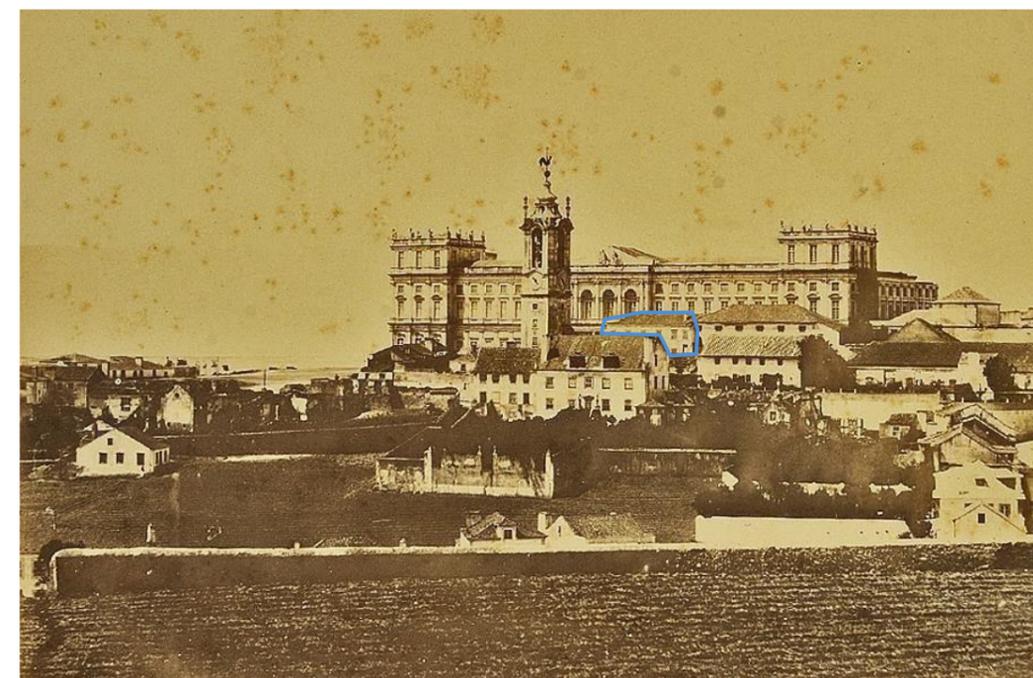
Espaço que resiste à ação nefasta ao incêndio de 1794, será reabilitado em 1839 e posto ao dispor de Alexandre Herculano como habitação, resultado da sua nomeação a bibliotecário do governo vigente. Esta parcela edificada era contígua à extinta *Livraria* da Barraca da Ajuda – da qual Alexandre Herculano será responsável até 1877.

Se atentarmos, uma vez mais, no alçado Sul da *Real Barraca* (figura 41), percebemos que a sala da *Tapeçaria* se encontra representada. A partir do desenho podemos, desde logo, especular que o alçado Sul da *Real Barraca* – representado com dois pisos – foi produzido numa fase de obras/acrescentos posterior ao desenho da planta (figura 16), que, como já especulado, a situa por volta de 1777, ano em que se tomaram providências para se iniciarem obras de vulto no palácio.

No mesmo sentido, se em planta (figura 47) se encontram representados apenas dois vãos e no alçado *in loco* existem três (figuras 43 e 44), avançamos que a sala da *Tapeçaria* terá sido intervencionada e redimensionada após 1777, aquando da nomeação do encargo régio atribuído a Alexandre Herculano.



**Fig.41** Anónimo; Real Paço de Madeira- Ajuda; sec.XVIII ; Sanches (1940); p.149. A azul representado o alçado Sul da *Sala da Tapeçaria*.



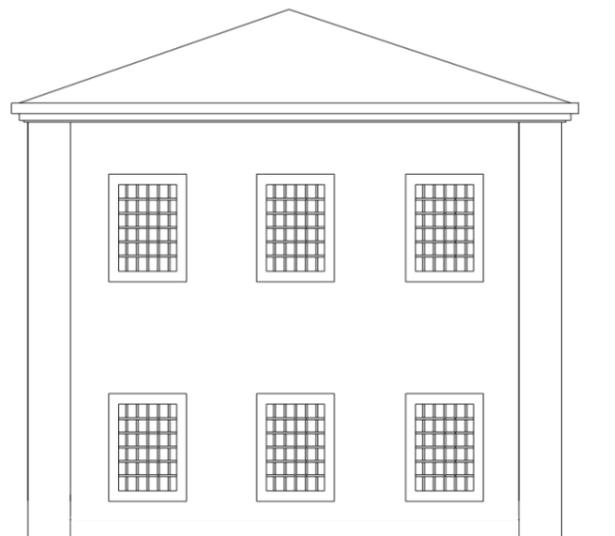
**Fig.42** Palácio Nacional da Ajuda e casa Alexandre Herculano, a azul, ; BNP; c.1868



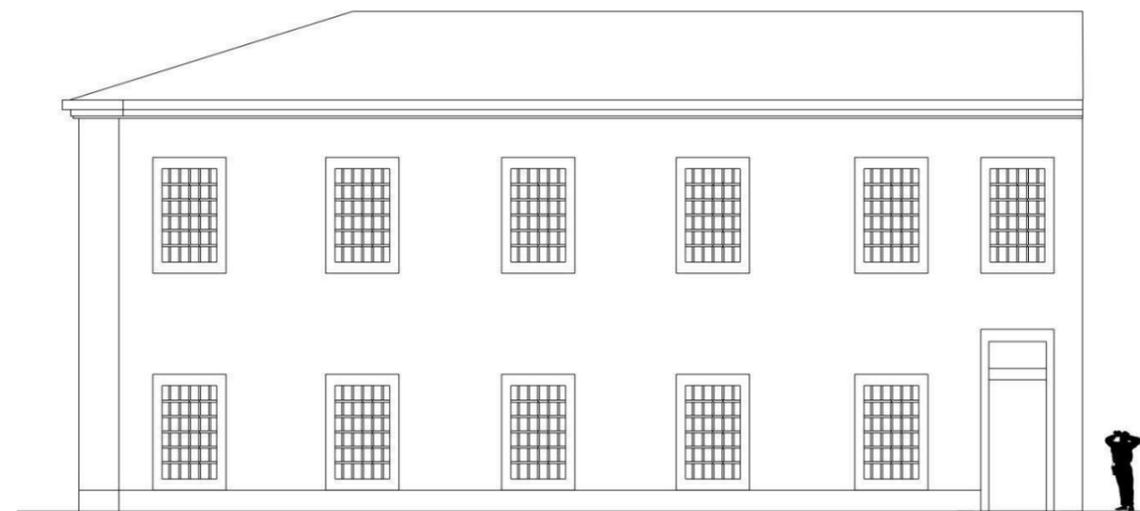
**Fig.43** Exterior da sala da *Tapeçaria*, fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.



**Fig.45** Exterior da sala da *Tapeçaria*, fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.

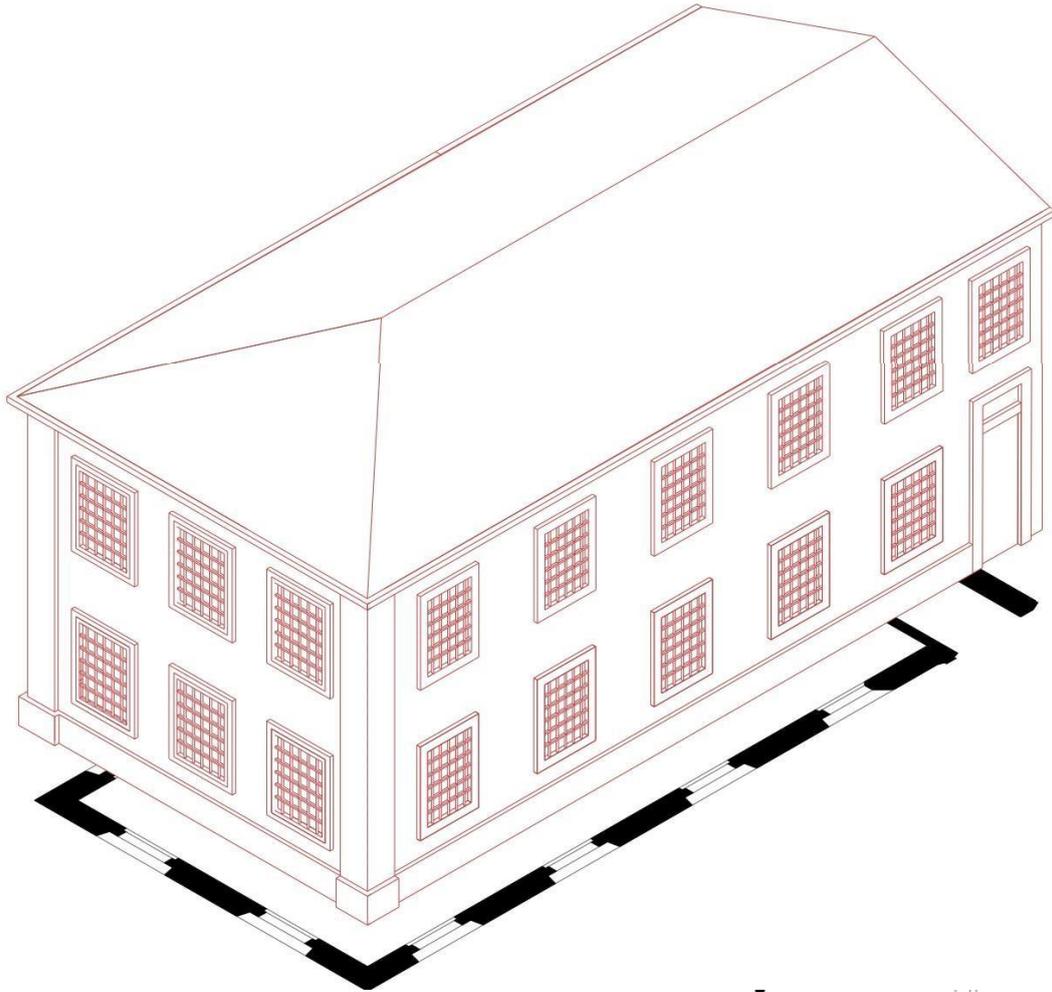


**Fig.44** Alçado Sul da sala da *Tapeçaria*.



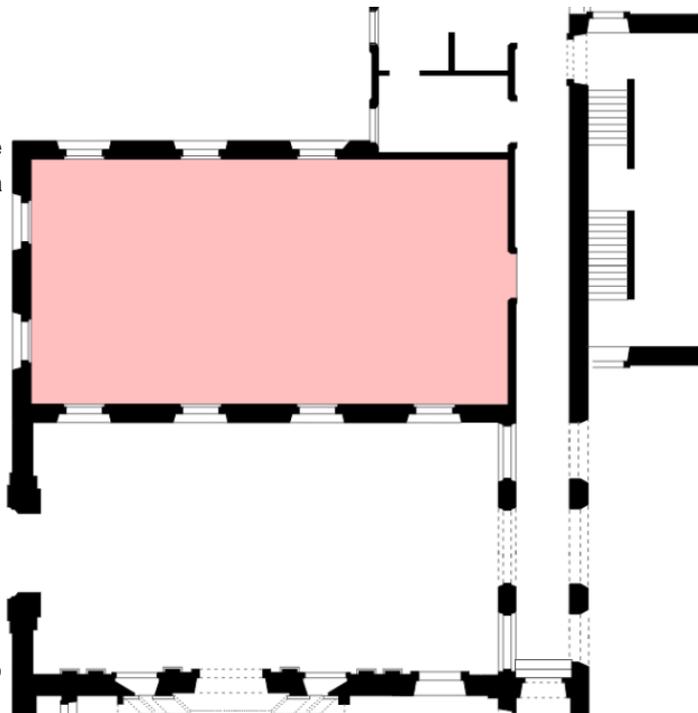
**Fig.46** Alçado Este da sala da *Tapeçaria*.





**Fig.47** Reconstituição bi e tridimensional da Sala da Tapeçaria.

Segundo a planta do século XVIII, a sala da *Tapeçaria* teria entrada a meio e comunicava com o resto do palácio por um longo corredor que terminava dando acesso à capela real. A reabilitação desta sala far-se-á, provavelmente, a partir de 1839, redimensionando-se o alçado Este a fachada principal. De notar os apenas dois vãos de janelas comparativamente aos três representados no modelo tridimensional



O *Jardim das Damas*, embora não se encontre representado nas plantas existentes da *Real Barraca* (figura 20 e 26), é, ainda hoje, um espaço contemporâneo da *Barraca da Ajuda*.

Este espaço ajardinado foi construído no reinado de D. Maria I e funcionou como zona de recreio da corte e família real. Tal como o edifício da *Real Barraca da Ajuda*, o jardim passou por várias fases que o caracterizaram especialmente. A sua construção foi, muito provavelmente, iniciada aquando das obras realizadas à sala do *Conselho de Estado*<sup>91</sup>. Segundo uma carta tipográfica de 1807 (figura 48), torna-se perceptível que, inicialmente, e contrariamente ao Jardim Botânico da Ajuda, o plano para este espaço carecia de uma lógica de aparato e dimensões típicas da centúria dos setecentos. Observe-se, aliás, que a grande cascata que marca, atualmente, o jardim, não contemplou o projeto inicial das obras, aparecendo só representada numa planta datada de 1817.

O jardim organiza-se em dois patamares apoiados em muros de suporte. O patamar principal desenvolve-se à mesma cota do piso térreo do atual Palácio da Ajuda.

Na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, o jardim desenvolvia-se em 6 porções de áreas ajardinadas que corresponderiam ao conjunto de jardins, hortas e pomares que envolviam o palácio<sup>92</sup>. Além de o jardim se assumir a uma cota superior ao palácio e não o inverso – contrariamente aos grandes jardins franceses da época – o conjunto de estatuária existente não corresponde às usuais tipologias clássicas de temática mitológica ou alegórica. Mais, torna-se bastante evidente que o conjunto escultórico existente se revela distinto do que pontua o Jardim Botânico da Ajuda, sendo, sobretudo, alheio à qualidade e tipologia da Escola de Escultura de Mafra<sup>77</sup> – de temática marcadamente mitológica e alegórica, concebida segundo cânones franceses e italianos. Não obstante, o conjunto escultórico do Jardim das Damas caracteriza-se pela sua matriz naturalista: de golfinhos, cavalos-marinhos, peixes, répteis e algumas aves<sup>93</sup>.

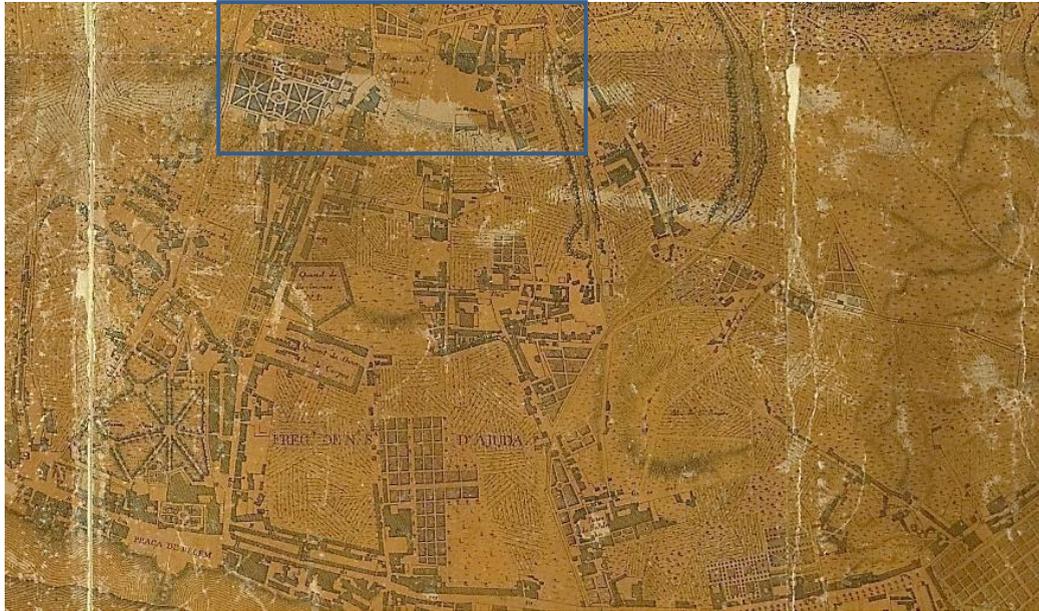
Embora tivesse sido contemplado o seu arrasamento nos projetos referentes à construção do atual Palácio da Ajuda, o *Jardim das Damas* persiste até aos dias de hoje, com pontuais mudanças.

---

<sup>91</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p 86.

<sup>92</sup> Informação retirada de: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/App\\_PagesUser/Sipa.aspx?id=](http://www.monumentos.gov.pt/Site/App_PagesUser/Sipa.aspx?id=), acedida em 05- 12-2019.

<sup>93</sup> Mendonça, Isabel – *O Real Jardim Botânico da Ajuda entre o Barroco e o Iluminismo*.



**Fig.48** Pormenor de uma carta topográfica relativa à zona da Ajuda, 1807; *Carta topographica de Lisboa e seus suburbios comprehendendo na sua maior extensão desde o Convento dos Religiozos Barbadinhos Italianos athé a Bateria do Bom Successo e na maior largura desde o Terreiro do Paço athé o Campo Pequeno / levantada no Anno de 1807 debaixo da direcção do Cappm. Engenheiro Duarte José Fava ; Reduzida, e desenhada na Caza do Risco das Obras Publicas no Anno de 1826: Sendo Intendente o Cappm. Engenheiro Jozé Bento de Souza Fava ; lithografada pelos praticantes da mesma Caza do Risco no anno de 1831, por Ordem do Fiscal das Obras Publicas, O Conselheiro Jozé Francisco Braâmcamp de Almeida Castelo BrancoDuarte; José Fava; BNP; 1807.*



Pormenor, *Jardins das Damas*.

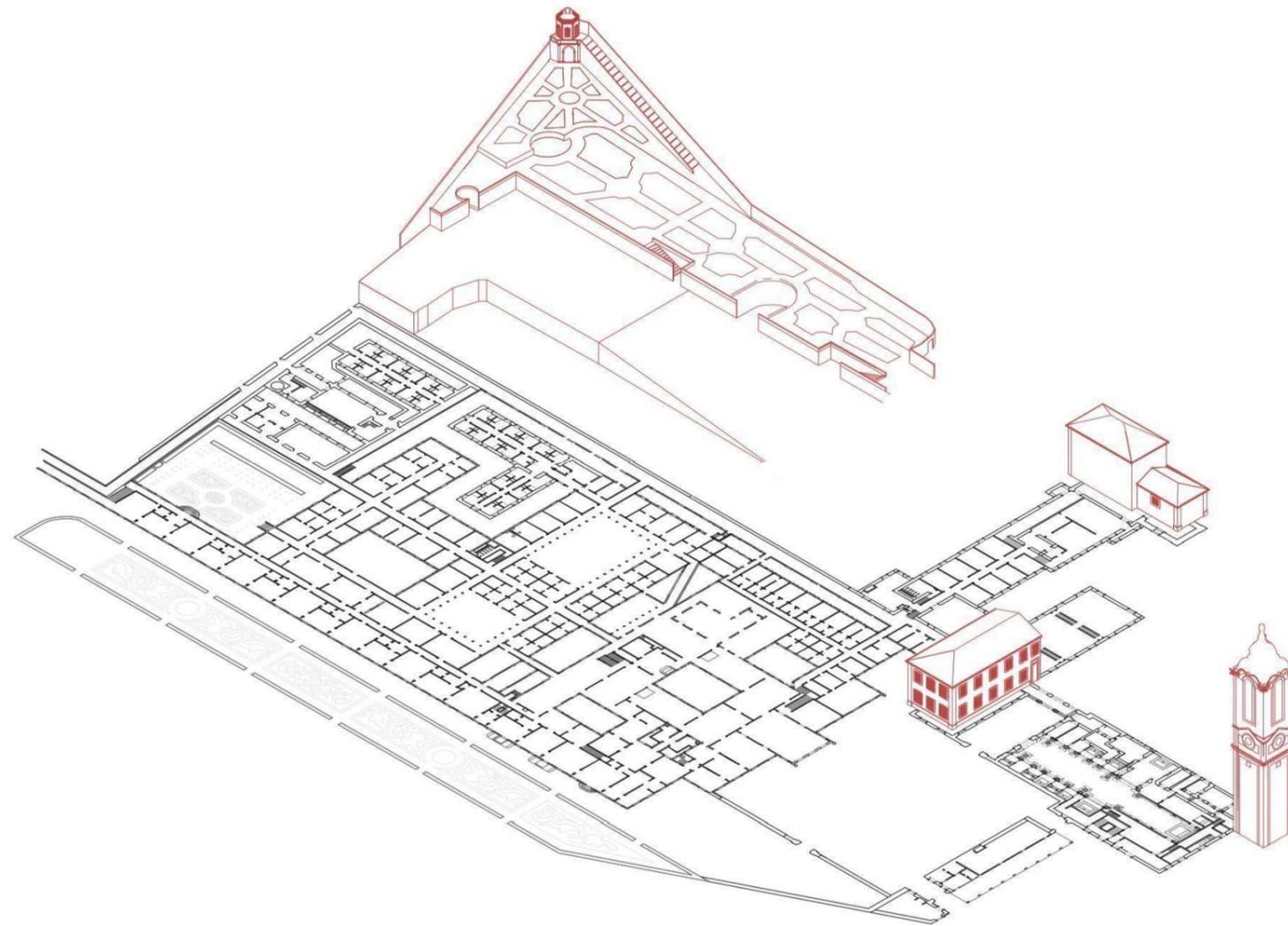
Apesar de o seu desenho estrutural perdurar, seguramente de 1807 até aos dias de hoje, o jardim passa por uma fase de obras que o caracterizam especialmente. Este momento dá-se aquando da decisão por parte da família real para voltar a fixar morada no atual Palácio da Ajuda, em 1862, sendo o então jardim remodelado e adaptado a pomar. A morfologia dos sucessivos canteiros que, hoje, definem o jardim, estabeleceu-se no reinado de D. Luís I, nos anos 60 do século XIX.

Com efeito, do reinado de D. Maria I, contemporâneo da *Real Barraca*, subsistem a fonte com chafariz do tabuleiro superior, ornada com 5 bicas em forma de peixe e quatro bicas em forma de cara humana, os espelhos de água do tabuleiro inferior, as jaulas de animais exóticos e o mirante, também representado na carta topográfica de 1807<sup>94</sup> (figuras 49 a 56)

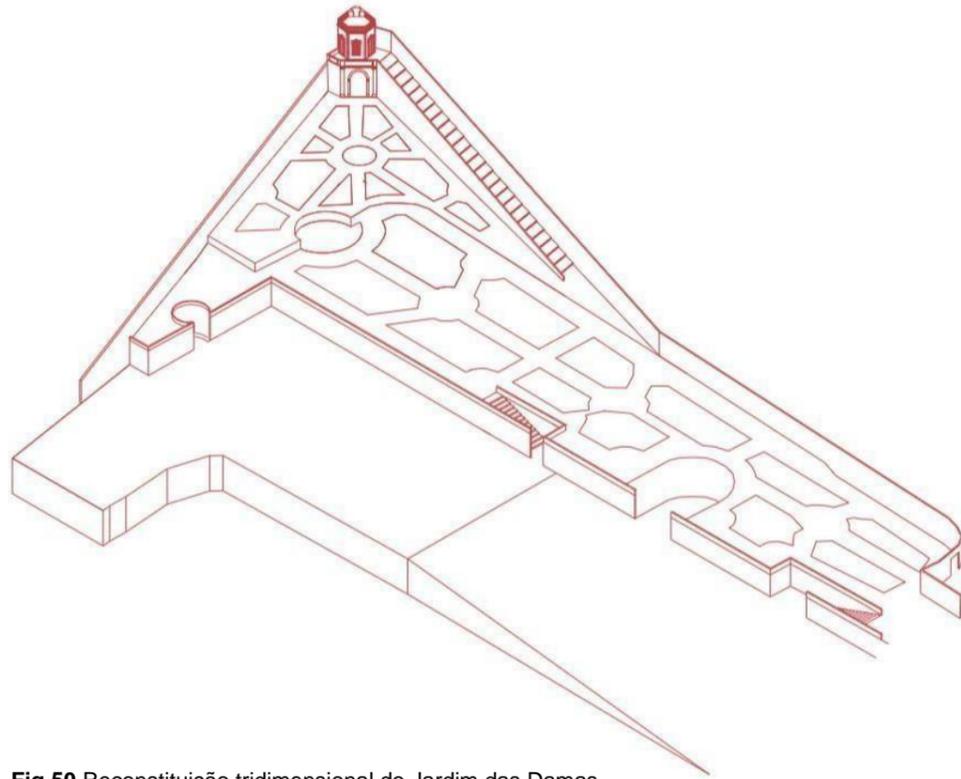
A partir de 1910, com o advento da Implantação da República, este espaço será remetido, uma vez mais, ao abandono, chegando mesmo a servir de oficina, estaleiro e depósito de materiais diversos.

---

<sup>94</sup> Basto, Ana Rita – *Da inventariação à salvaguarda do património paisagístico*, 2015, pp.285 a 289.



**Fig.49** Reconstituição tridimensional do *Jardim das Damas*.



**Fig.50** Reconstituição tridimensional do Jardim das Damas.



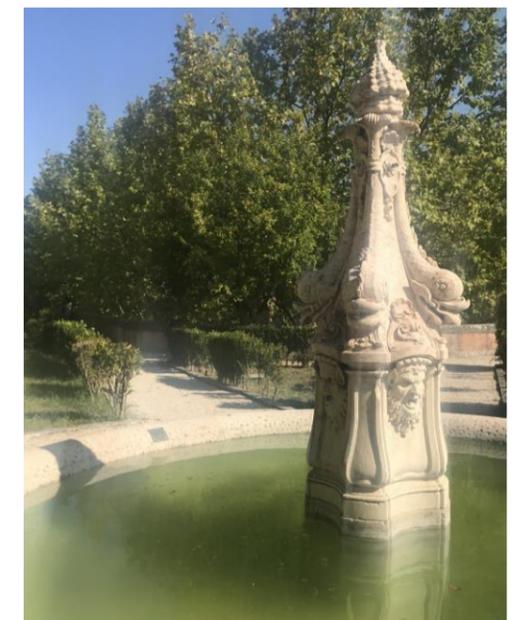
**Fig.51** Jardim das Damas visto do mirante, fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.



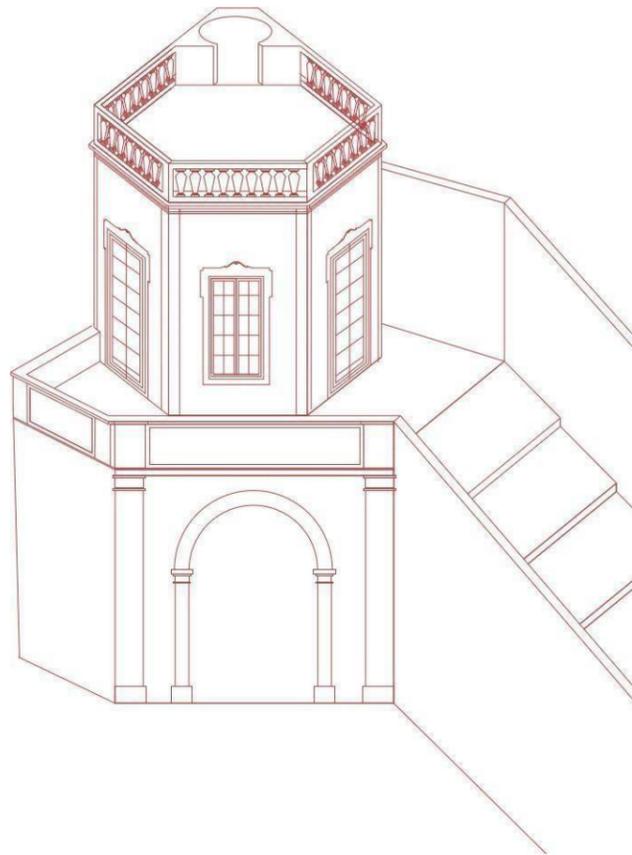
**Fig.52** Jardim das Damas, tabuleiro superior; fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.



**Fig.53** Jardim das Damas, Jaula; fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.



**Fig.54** Jardim das Damas, fonte, fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.



**Fig.55** Representação tridimensional do mirante construído no reinado de D.Maria I.



**Fig.56** Jardim das Damas; fotografia de Diogo Lemos; 29-09- 2018



**Fig.57** Jardim das Damas, tabuleiro superior; fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.



**Fig.58** Jardim das Damas, cascata central; fotografia de Diogo Lemos; 29-09-2018.

### 3.2. Vestígios documentados do palácio

Pese embora grande parte dos vestígios deste complexo arquitetónico tenham desaparecido com a ação dos tempos, existem alguns elementos documentados que nos permitem traçar, historiográfica e arquitetonicamente, o caso de estudo.

Destes vestígios fazem parte a *Livraria* e outros elementos não referidos em planta.

Segundo Abecasis, D. José I ordena que se crie “junto do paço uma Bibliotheca de Bellas Letras (...) para instrucção e recreio dos descendentes da sua Real Dynastia.”<sup>95</sup>

Este espaço, operacional em 1760<sup>96</sup>, é legendado na planta conservada na Biblioteca da Academia de Belas Artes (figura 20) e poderá ser, precisamente, um dos vestígios da direção de obra de Bibiena. Com a destruição da biblioteca existente no Paço da Ribeira, esta área do palácio serviria, a partir do reinado de D. José I, de nova biblioteca real. Espaço que perdurará intacto mesmo após o fatídico incendio de 1794, mantendo as suas funções, pelo menos, até 1807. Com a partida da família real para o Brasil, a *Livraria* é praticamente despojada e o seu espólio transportado.

---

<sup>95</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p 66. ANNT, Ministério do Reino, Mç. 444, Cx.555, *Cartas de Avelar Brotero e Filipe Ferreira de Araújo e Castro*, Museu Jardim Botânico, 16 Novembro de 1822.

<sup>96</sup> *Idem, Ibidem*. ANTT, AHMF, Casa Real, Cx.3097, *Despesas do ano de 1760 a 1761*.



Ainda que em 1824 seja considerada uma “*pequena livraria*”<sup>97</sup> existe a preocupação de se conectar o novo Palácio da Ajuda com a dita. Numa planta datada de 1817<sup>83</sup> é perceptível a criação de um novo corredor/passadiço que, embora possa sugerir tratar-se de uma outra parcela do perdido palácio, ao compararmos com as plantas respetivas da *Real Barraca*, percebemos ser um acrescento pós 1794.

Apesar de em 1817 existir uma ligação do palácio à *Livraria*, será só com a nomeação de Alexandre Herculano em 1839 que a então biblioteca ganha novamente relevo. Em 1857 a biblioteca é descrita pelo padre Vicente Ferreira de Sousa Brandão como um espaço onde:

“3 salas se achão guarnecidas de Estantes, e varandas, ao gosto antigo, sim, porem bem arranjas, e bem pintas e invernisadas, e por isso decentes e aproveitáveis (...) He certo que a *Livraria* actual não tem entada decente...: hum estreito e sujo corredor, (de inverno sempre alagado) conduz à porta principal, aberta a qual, huns poucos de degraos conduzem a hum pequeno patamar com o tecto sobre a cabeça de quem entre na *Livraria*; e desta mesma dimensão he a porta principal, que dá entrada p<sup>a</sup>. A 1<sup>a</sup> Sala, que he algum tanto escura e he a mais pequena das três.”<sup>98</sup>

A velha *Livraria* viria a ser transferida em 1880 para o espaço correspondente à atual biblioteca do Palácio da Ajuda, não só por ser impraticável conservar e acumular todo o acervo reunido até então, mas também por ser descrita como:

“Um modesto edifício, que se torna notável tão somente pela ausência completa de estylo e de character architectonico, que não é na realidade senão um grande armazém formado de quatro paredes rasgadas de algumas aberturas para dar entrada, luz e ar...”<sup>99</sup>.



Fig.59 Fotografia do Palácio da Ajuda e da Sala da *Tapeçaria* - Casa Alexandre Herculano-; 1893; AML.

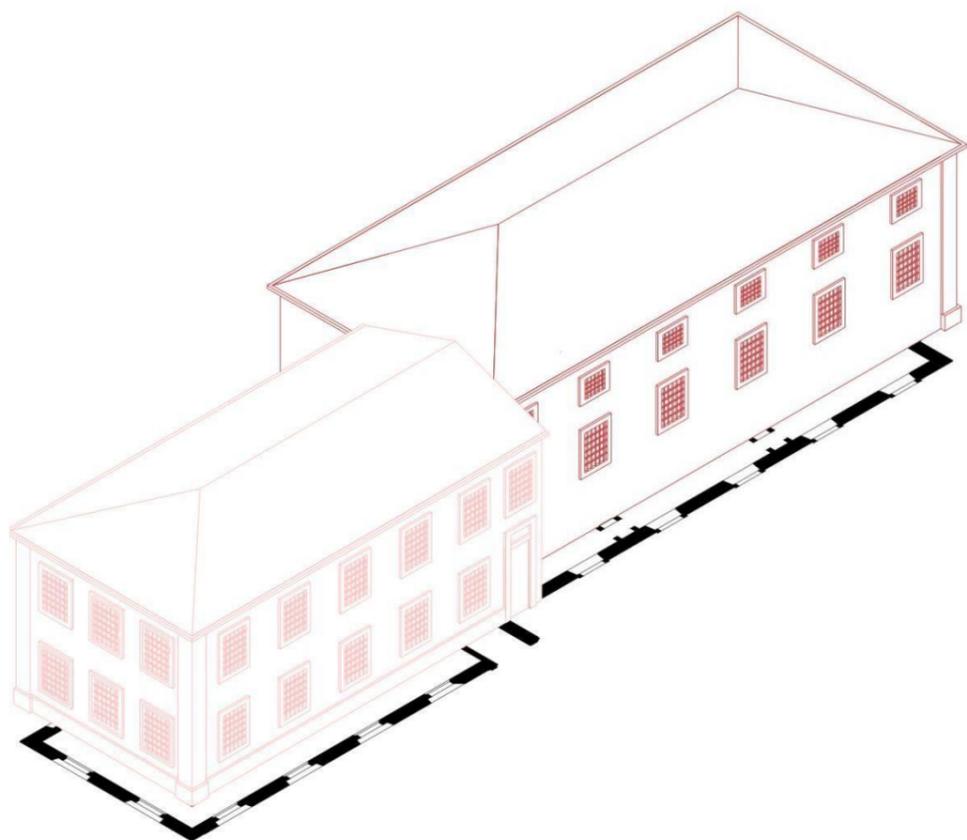


Fig.60 Fotografia da sala da *Tapeçaria* - Casa Alexandre Herculano- e antiga *Livraria*; 1893; AML.

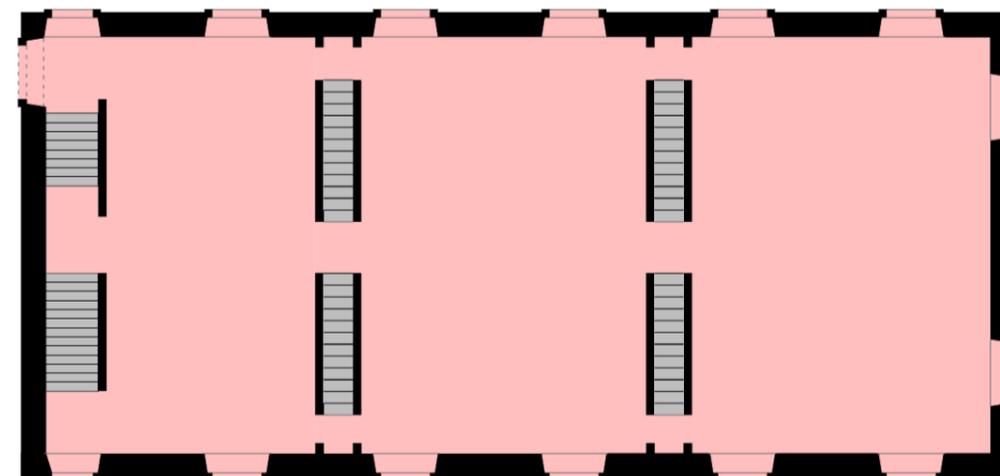
<sup>97</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p 57.

<sup>98</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p 58.

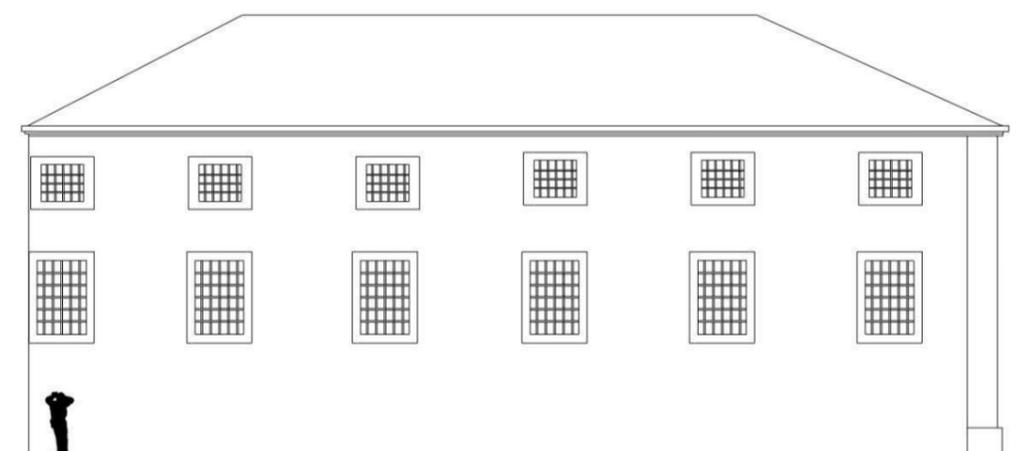
<sup>99</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p 59.



**Fig. 61** Reconstituição tridimensional da desaparecida *Livraria*, a vermelho, contígua à sala da *Tapeçaria*, a rosa.



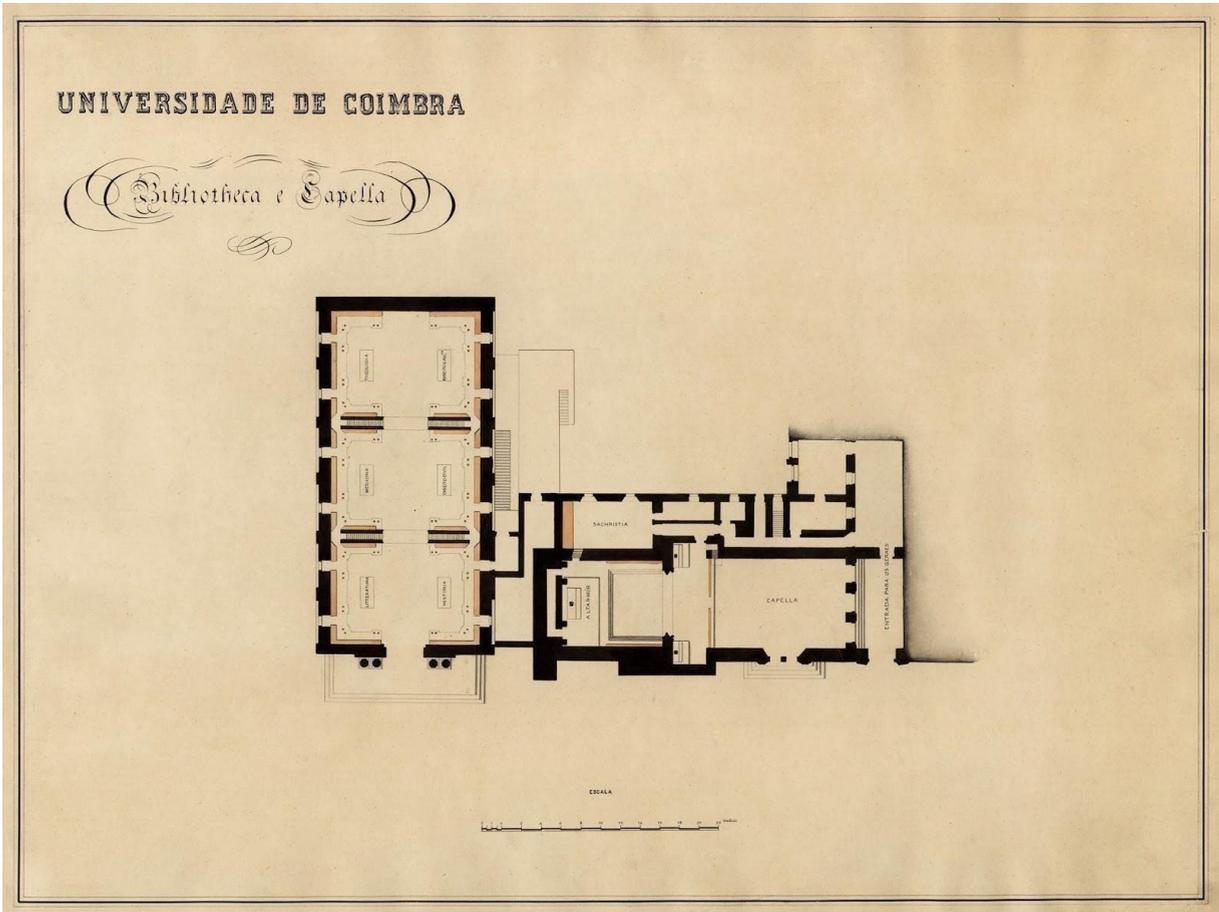
**Fig. 62** Reconstituição bidimensional do alçado Este da *Livraria*



**Fig. 63** Representação bidimensional da planta *Livraria*.

O acesso à então biblioteca real do tempo de Alexandre Herculano far-se-ia pela primitiva entrada da *Livraria*. Esta transição de espaços realizava-se através do já referido corredor que reforçava o contacto entre palácio e biblioteca.

Note-se o evidente paralelismo entre a biblioteca de Coimbra – construída no reinado de D. João V – e a do presente estudo: a biblioteca Joanina, ainda que idealizada num período de franca propriedade económica, relacionando-se, mais concretamente, com lógicas de aparato barrocas, é, estruturalmente, tal como a *Livraria*, organizada em três salas que comunicam entre si. Refiram-se, ainda, as estantes que revestem as salas, pintadas com motivos orientais, tal como acontece com a biblioteca do Paço das Escolas e como, aliás, refere o padre Vicente Ferreira de Sousa Brandão na sua alusão aos trabalhos lacados à *maneira oriental*. A diferença entre estes dois edifícios reside, contudo, no aparato exterior e no detalhe primoroso dos pormenores arquitetónicos.



**Fig.64** Planta biblioteca Joanina,; Coleção da Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra; XIX.

Se nos concentrarmos em analisar as imediações da então destruída *Real Barraca* e o plano de implantação do atual Palácio da Ajuda – sagrado em 1795 com o lançamento da primeira pedra – facilmente conseguimos perceber que não se encontram representadas quaisquer comunicações entre o novo palácio e alguns dos vestígios do incendiado paço.

Este detalhe poderá parecer redundante mas torna-se bastante elucidativo ao indiciar que qualquer vestígio documental alusivo à ligação entre *Livraria*-palácio, ou qualquer outro vestígio arqueológico que seja morfológica e plasticamente dissonante do atual palácio da Ajuda – como na figura 65 –, não corresponde a parcelas edificadas da desaparecida da *Real Barraca* mas, antes, a acrescentos feitos posteriormente.

De outro modo, além de se revelar um documento precioso para a reconstituição do *Jardim das Damas*, a carta topográfica de 1807 (figura 59) revela-se preciosa a outros níveis. Desde logo, se compararmos a planta da *Real Barraca* (figura 16) com o plano de implantação do atual palácio da Ajuda (figuras 67, 68 e 69), torna-se possível identificar outros vestígios de edificado sobrevivente à ação destruidora do incêndio de 1794, para além das já referidas sala do *Conselho de Estado*, sala da *Tapeçaria* e *Livraria*. Note-se, portanto, que a sala do *Tesouro*, alguns dos *Quartos de porteiros de cana, varredores e reposteiros* e todas as divisões que integravam a sala do *Conselho de Estado* – existentes desde o reinado de D. José I – se encontram representadas na carta topográfica de 1807 (figura 69).

Malgradamente, em 1817, a sala do *Tesouro* e o edificado correspondente ao *Quartos de porteiros de cana, varredores e reposteiros*, haviam já sido arrasados<sup>100</sup>, resistindo apenas, pelo menos, até 1862<sup>101</sup>, as dependências da sala do *Conselho de Estado*.

Na carta topográfica de 1807 é, ainda, representada a área correspondente ao edifício da antiga *Basílica Patriarcal do Paço da Ajuda* (figuras 68 e 69). Templo edificado em 1792, foi implantado imediatamente a norte da capela real, afirmando-se como um “soberbo edifício e Magestoso Templo”<sup>102</sup>.



Fig.65 Fotografia Palácio Nacional da Ajuda; BNP; 1868.



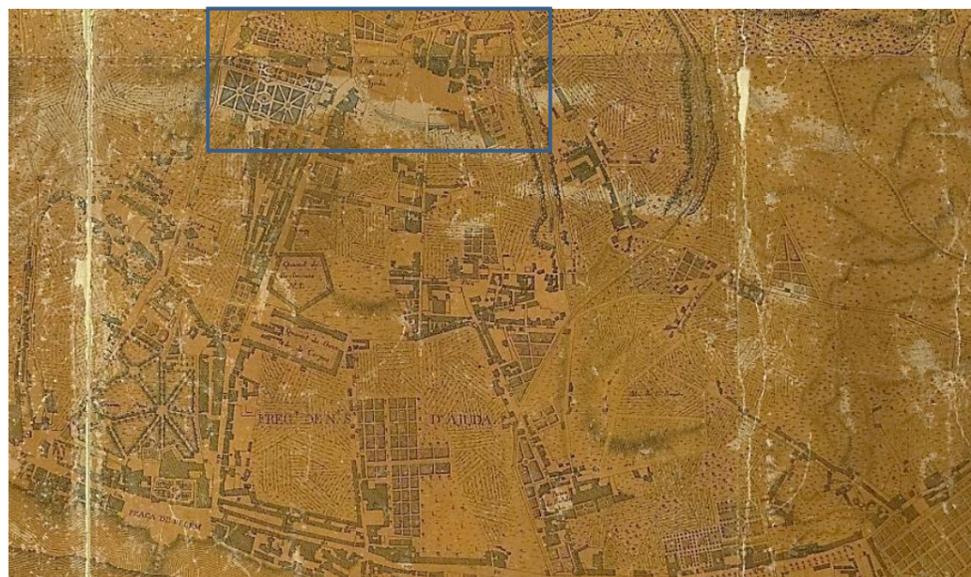
Fig.66 Pormenor relativo ao acesso de comunicação à biblioteca real. De notar que estes complexos arquitetónicos venciam uma cota de mais de 2 metros que ligavam ao grande patamar onde se situavam a casa de Alexandre Herculano e *Livraria*.

<sup>100</sup> Conforme se pode observar na planta apresentada por Maria Isabel Abecasis. Abecasis, Maria – *Op.Cit.*, 47.

<sup>101</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>102</sup> Abecasis, Maria – *Op.Cit.*, 169.

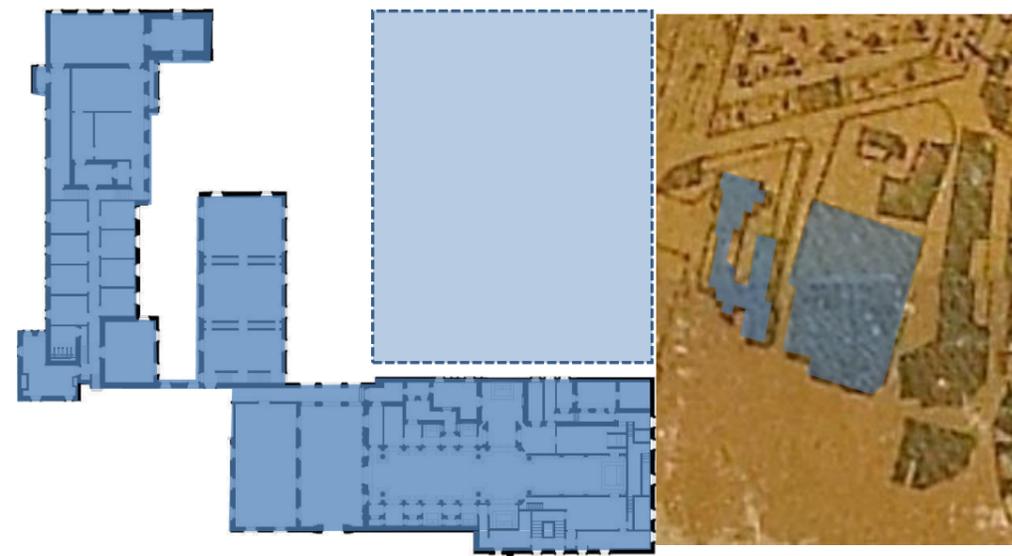




**Fig.67** Pormenor de uma carta topográfica relativa à zona da Ajuda, 1807; *Carta topographica de Lisboa e seus suburbios comprehendendo na sua maior extensão desde o Convento dos Religiozos Barbadinhos Italianos athé a Bateria do Bom Successo e na maior largura desde o Terreiro do Paço athé o Campo Pequeno / levantada no Anno de 1807 debaixo da direcção do Cappm. Engenheiro Duarte José Fava ; Reduzida, e desenhada na Caza do Risco das Obras Publicas no Anno de 1826: Sendo Intendente o Cappm. Engenheiro Jozé Bento de Souza Fava ; lithografada pelos praticantes da mesma Caza do Risco no anno de 1831, por Ordem do Fiscal das Obras Publicas, O Conselheiro Jozé Francisco Braâmcamp de Almeida Castelo BrancoDuarte; José Fava; BNP; 1807.*



**Fig.68** Pormenor do *Jardins das Damas* e das parcelas sobreviventes ao incêndio de 1794.



**Fig.69** Sobreposição das parcelas sobreviventes ao incêndio da *Real Barraca da Ajuda* até, pelo menos, 1807.

Além das já referidas sala *Conselho de Estado*, sala da *Tapeçaria* e *Livraria*, nesta análise, é possível afirmar que, até 1807, persistiam a sala do *Tesouro*, alguns dos *Quartos de porteiros de cana*, *varredores* e *reposteiros* e todas as divisões que integravam a sala do *Conselho de Estado*. Representado a traço interrompido estaria implantada a *Basilica Patriarcal*.

### **3.3. Reflexão sobre algumas das suas extintas parcelas**



As *Cozinhas da Real Barraca da Ajuda* têm sido consideradas por alguns autores como os vestígios arqueológicos que, até 2018, persistiram à ação do tempo.

De facto, como também referem Abecasis e Hall, a *Gazeta de Lisboa* do ano de 1794 dá-nos conta de que:

“Do Palácio só ficou salva a parte Ocidental, para lá do Arco Fronteiro à Calçada d’Ajuda, e as Cozinhas, por se acharem para a mesma banda”.<sup>103</sup>

Tal como também sugere Hall, se compararmos a parede exterior das cozinhas, representada na planta da *Real Barraca* (figura 70), com o que se especula ser a sua implantação *in loco* (figura 73), facilmente percebemos que o número de vãos e respetivo distanciamento representados podem corresponder ao vestígio arqueológico em análise.

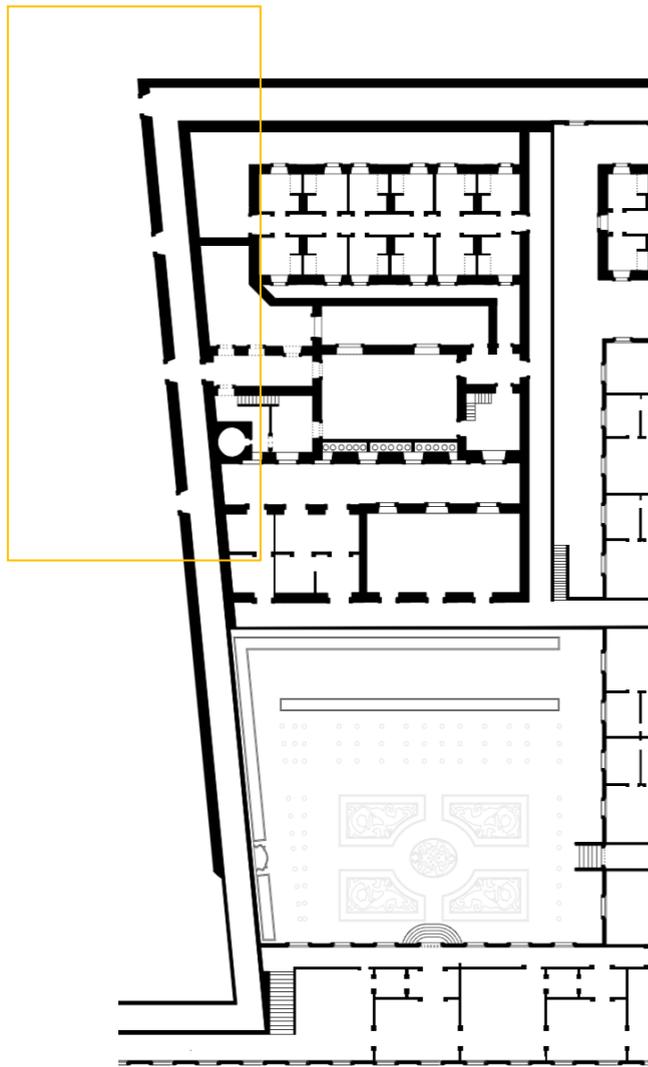
Ainda assim, não poderá deixar de se referir que uma visão mais atenta a esta questão encerra uma problemática em torno da especulação relativa à implantação da *Real Barraca da Ajuda*. Neste sentido, a partir de um exercício de sobreposição da planta da *Real Barraca* (figura 16) com plantas dos séculos XIX e XX e com imagens de satélite atuais, torna-se evidente que as paredes das cozinhas, *in loco*, não se sobrepõem, com uma grande margem de diferença, às representadas em planta (figuras 76 a 79).

A questão impera: estará a especulação de que a implantação do perdido palácio se dá como corroborável, admitindo-se, deste modo, que existe um problema de representação na planta da *Real Barraca* (figura 16) ou estará o que restava das *Cozinhas in loco* em concordância com o representado, revelando-se, deste modo, inválida a especulação da sua implantação produzida por Januário e pelo presente trabalho de investigação?

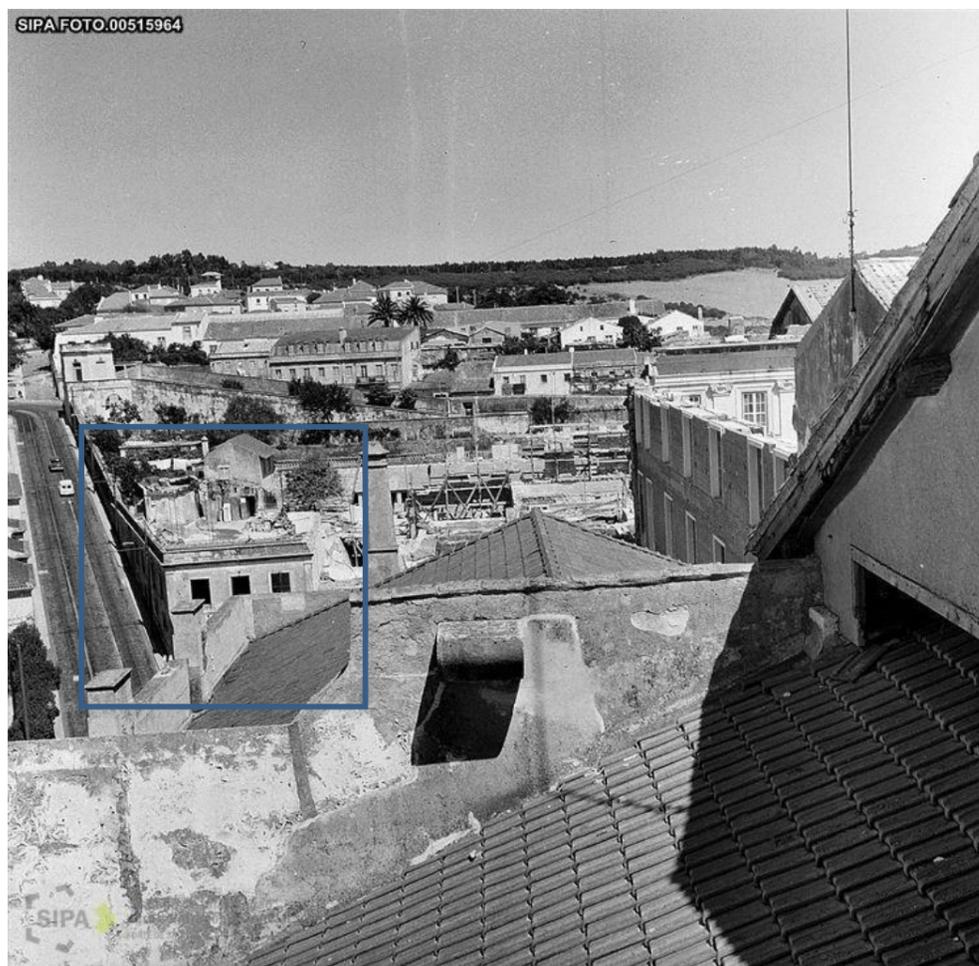
Infelizmente, devido às obras que decorrem atualmente no Palácio Nacional da Ajuda, os vestígios arqueológicos que restavam das cozinhas foram, também, arrasados.

---

<sup>103</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, 205.



**Fig.70** Pormenor da planta da Real Barraca da Ajuda onde se vêm os 4 vãos da parede exterior das Cozinhas da Real Barraca



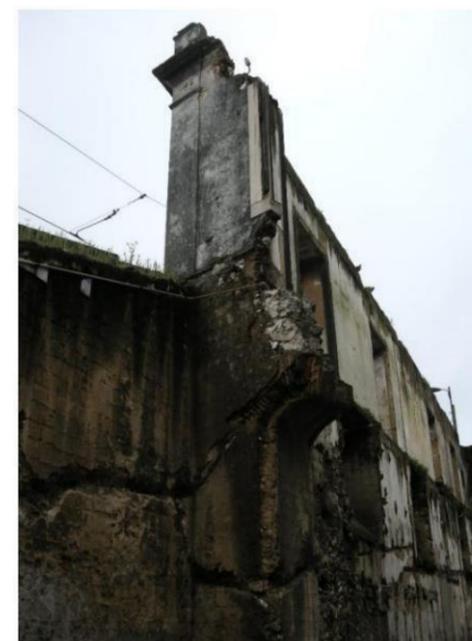
**Fig.71** Fotografia relativa às obras realizadas nas imediações do palácio; SIPA; segunda metade século XX.



**Fig.72** Pormenor das supostas *Cozinhas*.



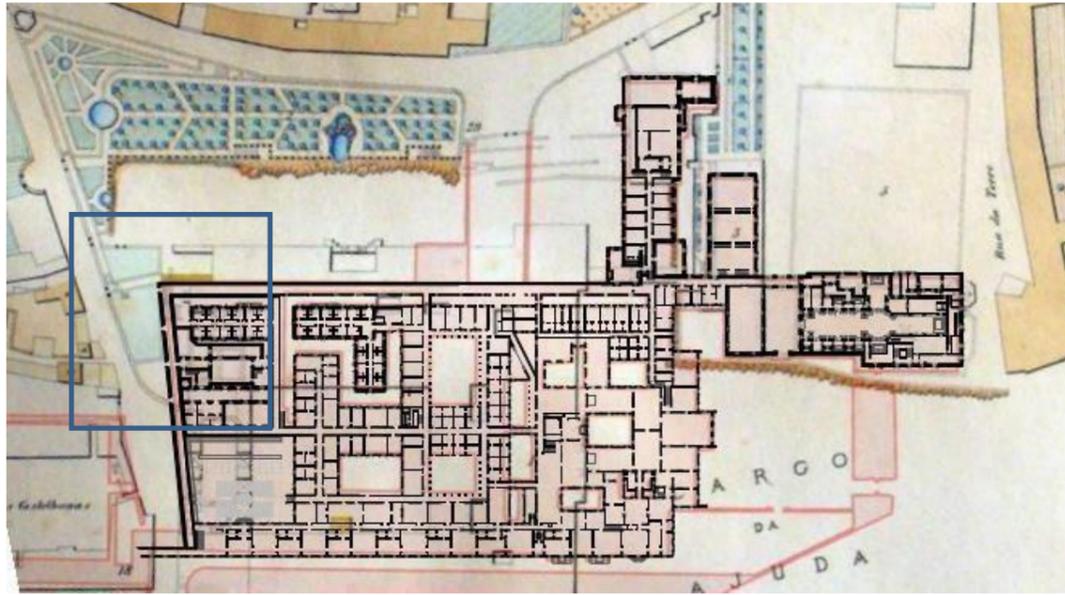
**Fig.73** Fotografia retirada de Hall (2012; pp.188), parede correspondente às supostas *Cozinhas*



**Fig.74** Fotografia retirada de Hall (2012;p.179)



**Fig.75** Fotografia retirada de Hall (2012;p.179)



**Fig.76** Sobreposição produzida através do contributo de Januário (2008).



**Fig.77** Pormenor. A azul a área dos vestígios das supostas *Cozinhas*, desfasada da área das cozinhas representada em planta.

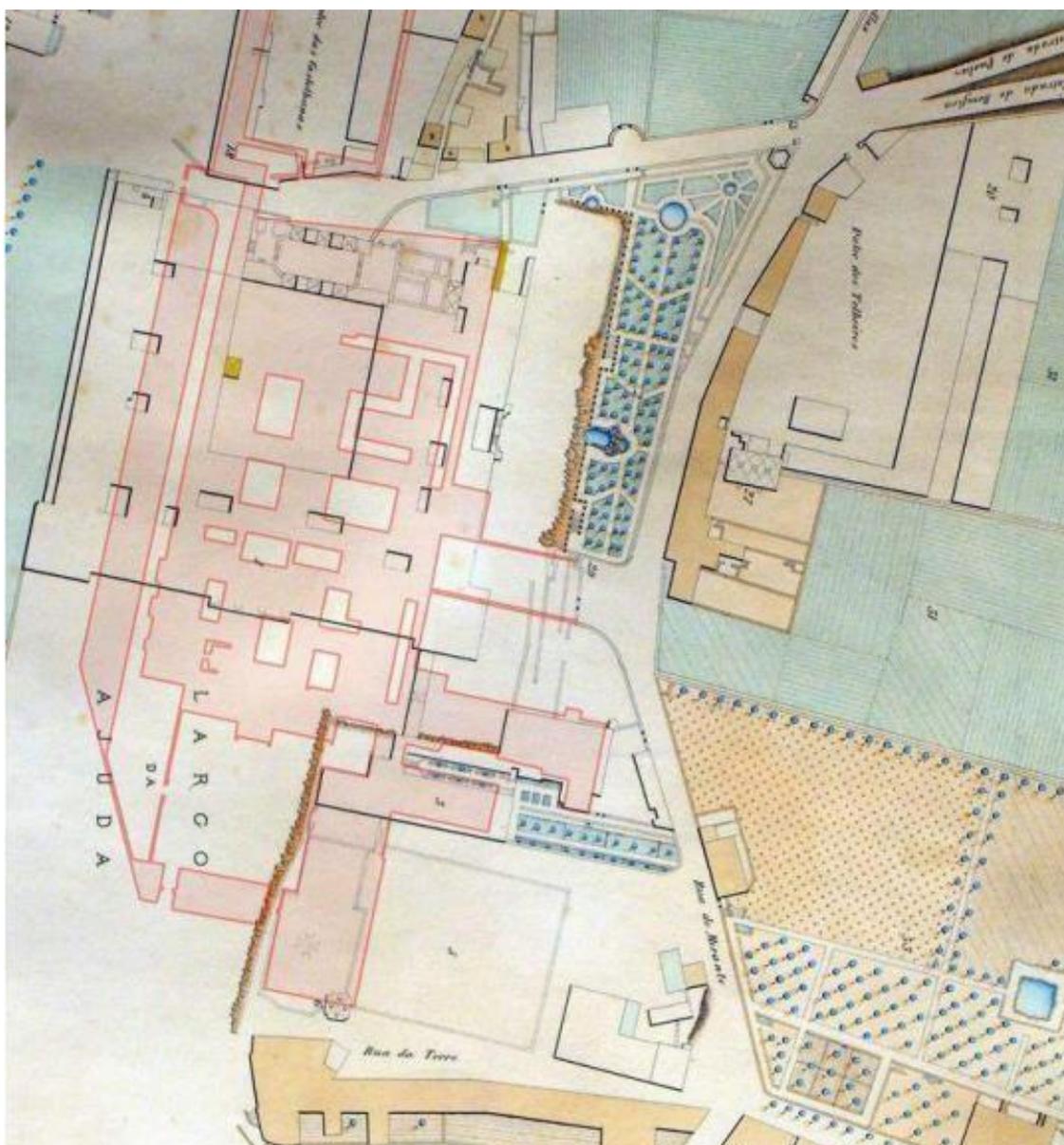


**Fig.78** Fotografia de satélite; a vermelho, vestígio correspondente à figura 74; 10-10-2018.



**Fig.79** Vista de satélite; a vermelho, parede correspondente à figura 74; 10-10-2018.





**Fig.85** Imagem retirada de Januário (2008; p.368)

*“Ilustración 116 – Pormenor de la ubicación a partir del plano del Palácio Nacional da Ajuda (de 1869) y la silueta a rojo y rosa de la «Real Barraca», donde se observan la Capilla real, posteriormente Iglesia Patriarcal (5), la Torre do Galo (6), y la antigua iglesia parroquial de Ajuda (16).”*

Esta planta, da qual partilho a mesma assertividade relativa à implantação da *Real Barraca da Ajuda*, explicita precisamente a problemática da localização das *Cozinhas*. Se por um lado os elementos que ainda hoje persistem do antigo palácio e o prolongamento e definição dos muros que encerram o *Jardim das Damas* e *Sala dos Semins* precisam esta sobreposição de conteúdos, por outro, percebemos que as antigas *Cozinhas* se encontram relativamente desfasadas das sobreposições.

A capela real, designada em planta como *Igreja da Capela* (figura 20), tal como o palácio, sofreu várias campanhas de obras. Como já referido, a capela real localizava-se a Oriente do paço.

Tal como a *Real Barraca*, o projeto para a capela foi executado em duas fases que atestam a decisão final de D. José I em fixar morada régia na zona da Ajuda. Em 1757, a capela real estava já pronta para acolher os ofícios religiosos. Já em 1759, decorrem obras de vulto, afirmando Bibiena que :“(...) trabalha-se a toda a força para aumentar e erigir a Capela Real a qual por dentro será forrada de madeira, e por fora de pedra”<sup>104</sup>. Por outro lado, Raggi assegura que a capela real estava operacional no verão de 1756 e reitera que D. José I, em Janeiro de 1756, ordena a construção célere do edifício<sup>105</sup>.

Seguindo a mesma lógica de transição de espaços patente na sala da *Tapeçaria* e *Livraria*, a *Real Barraca* comunicava com a capela por um corpo que brotava do perímetro do perdido palácio. Este passadiço nada mais era do que o prolongamento do já existente corredor que servia de acesso e atravessava a sala da *Tapeçaria* e *Livraria*, sendo construído apenas na segunda fase de obras, como se pode observar se compararmos as figuras 20 e 26.

Parafraseando Abecasis, o passadiço “*era composto por vidraças corrediças seguras por tranças e borlas em retrós carmesim.*”<sup>106</sup> Provisoriamente, antes deste acrescento, o acesso à igreja da capela real fazia-se a céu aberto, nos então designados *terreiro Sul* e *terreiro do Norte*, que correspondiam, respetivamente, à grande área retangular que antecede a fachada principal da *Real Barraca* e ao espaço que é designado em planta como o *Adro da Igreja*, entre a capela real e a sala da *Tapeçaria*.

A capela real representada em planta situava-se a uma cota superior ao corpo do palácio. Esta situação é realçada em 1793:

“Para se evitar a descida da porta do Paço, e a subida dos da porta da Igreja, (...) se levantou um estrado de madeira igual ao pavimento da mesma Sala [Sala dos Archeiros] e ao da Capela desde a porta de uma, até à porta de outra (...)”<sup>107</sup>

---

<sup>104</sup> Carvalho, Ayres – *Op. Cit.*, p.15.; Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>105</sup> Raggi, Giuseppina – *Architettura Dell’Inganno, Il Lungo Cammino Dell’Illusione*, 2004, p.718

<sup>106</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.64.

<sup>107</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.66.



Note-se que esta informação entra em conflito com o representado em planta já que não se encontram desenhadas as respetivas escadarias. Tal facto torna-se ainda mais caricato já que ambas as entradas marcavam, seguramente, os pontos de acesso mais importantes do complexo arquitetónico.

A fachada principal da capela era composta por seis pilastras que adossavam as três janelas laterais e a entrada que se fazia a eixo com o corpo da igreja. Do lado esquerdo, próximo da entrada, encontrava-se o batistério da freguesia<sup>108</sup>. Perpendicularmente à nave central, desenvolvem-se quatro capelas laterais, sendo duas delas a *Capela do Santo Cristo* e da *Santíssima Trindade*<sup>109</sup>. Ao longo da nave e no cruzeiro, suportando a cobertura e elevando um zimbório, distribuem-se seis colunas e dezoito colunas adossadas. No transepto distribuem-se as duas maiores capelas laterais. A capela-mor, situada no altar, estaria, como refere Abecasis, “debaixo” da tribuna real.<sup>110</sup>

A sacristia dispunha de um pequeno altar e situava-se, como usual, perto do presbítero, adossado por quatro pilastras. Existem ainda outras tribunas distribuídas pela capela designadas como *Tribuna das criadas da Rinha Nossa Senhora*, *Tribuna da rainha mãe* e a *Tarimba das Damas*<sup>111</sup>.

Raggi afirma que a falta de recursos económicos está por detrás da decisão de se revestir o interior a madeira. No mesmo sentido, a autora defende a utilização de pintura de fingimento de mármore preciosos, tal como também acontece na *Sala dos Serenins*, e noutras igrejas da segunda metade do século XVIII<sup>112</sup>.

Em 1792, eleva-se uma vez mais a capela real a Patriarcal, como acontecera no reinado de D. João V. Não obstante, a capela é submetida a consideráveis obras, desta vez sob a direção do tenente-coronel Manuel Caetano de Sousa – *architecto da Santa Igreja Patriarcal e da Casa do Infantado*<sup>113 97</sup> – redimensionado a implantação do templo a norte.

---

<sup>108</sup> Abecasis, Maria – *Op. Cit.*, p.48.

<sup>109</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>110</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>111</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>112</sup> Raggi, Giuseppina – *Architettura Dell'Inganno, Il Lungo Cammino Dell'Illusione*, 2004, p.716.

<sup>113</sup> Januário, Predro – *Op. Cit.*, 367.



O incêndio de 1974 não consumirá a Patriarcal. Malgradamente, com o advento do regime constitucional e a determinação da extinção das ordens religiosas, em 1834, a Patriarcal e as suas dependências são progressivamente abandonadas, sendo demolidas em 1843.

Da Patriarcal, subiste unicamente a torre sineira, construída precisamente aquando das obras realizadas na capela real em 1792 em substituição da antiga torre sineira construída essencialmente em madeira.

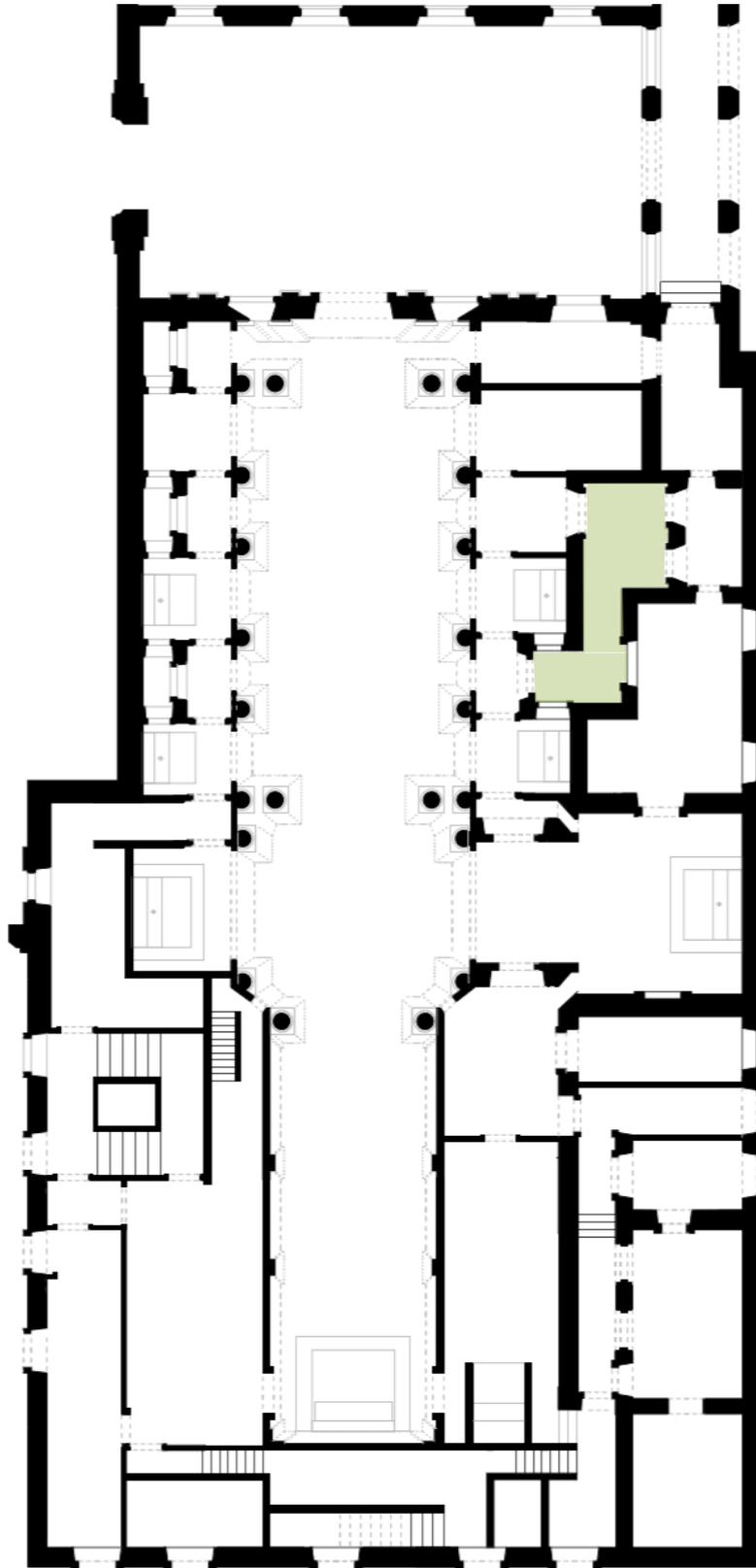


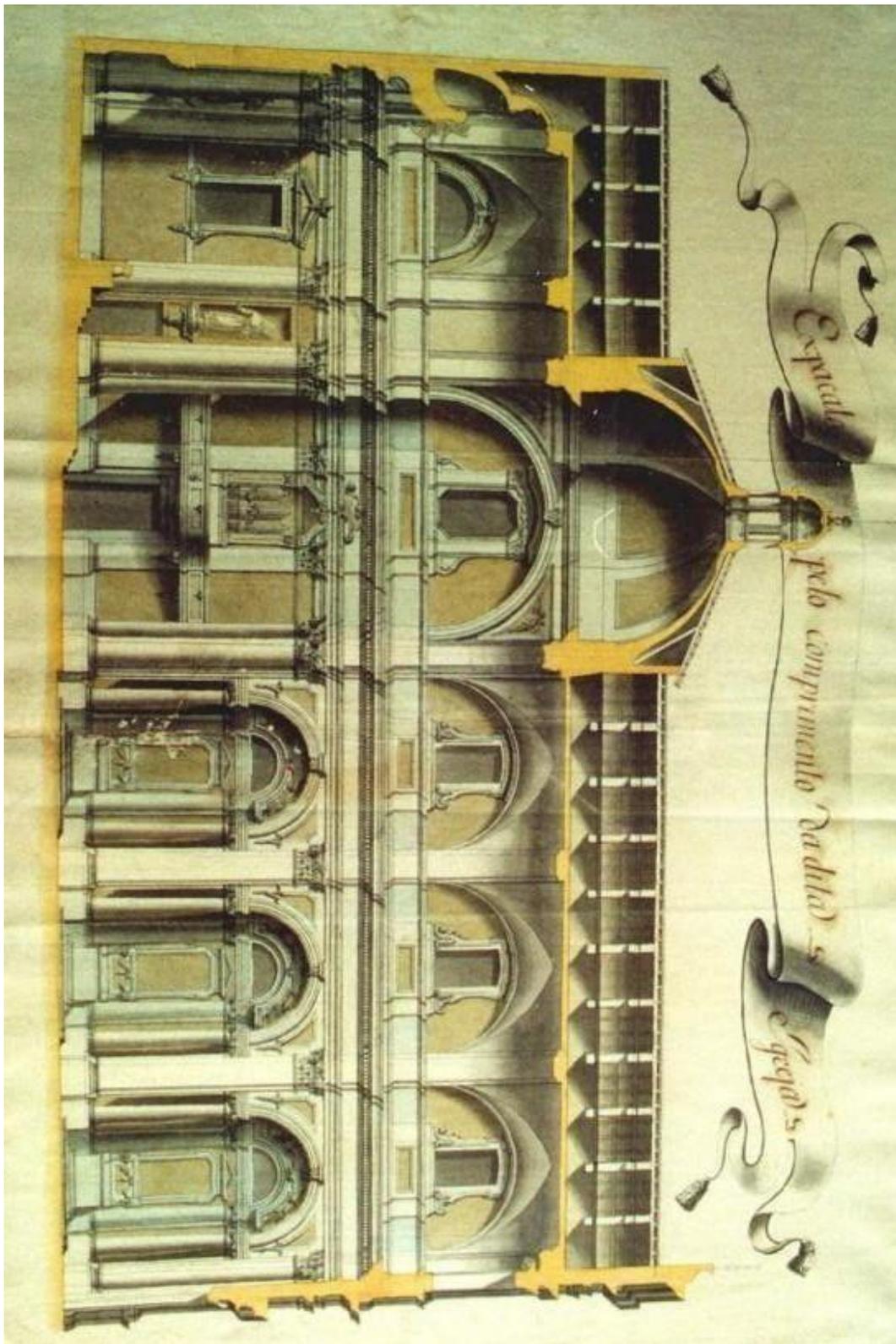
Fig.86 Planta da capela real. Pátio a verde.





**Fig.87** Reconstituição tridimensional da *Livraria* sobre foto; Local onde se implantou a capela real e posterior Patriarcal.





**Fig.88** Suposto corte que Raggi (2004) atribui como pertencente à capela real da *Barraca da Ajuda*; Figura retirada de Januário (2008;p.378)

“Sección longitudinal de una iglesia atribuida a Giovanni Carlo Sicinio: segundo José de Figueiredo para la Iglesia de la Memória, en Lisboa; segundo Giuseppina Raggi, posiblemente para la Capilla real de la Real Barraca da Ajuda.”

No mês de Novembro de 1794, um incêndio num dos andares do piso térreo do palácio fará com que praticamente todo o edifício arda. A família real, escapando ilesa, acolher-se-á durante a noite da catástrofe na antiga casa do Marquês de Pombal (à época residência de João Pedro Mariz) estabelecendo-se, nos dias seguintes, no Palácio de Queluz.

Dois anos depois do incidente, assinala-se, no mesmo local, o lançamento da primeira pedra daquele que virá a ser o atual Palácio Nacional da Ajuda.



## Conclusão

A presente dissertação procurou evidenciar a pertinência do estudo da *Real Barraca da Ajuda*, cujos escassos investimentos científicos, como vimos, têm vindo a perpetuar o desconhecimento deste complexo arquitetónico.

A *Real Barraca da Ajuda* passou, pelo menos, por 3 campanhas de obras distintas e que mutaram a sua morfologia. A primeira, compreende os anos de 1756 a 1760 e contribuiu, como vimos, para a criação e propagação da designação “barraca”. A destacar desta fase, especulou-se a hipótese de a *Real Barraca da Ajuda* ser concebida como uma estrutura perene que visava, sobretudo, servir de albergue à família real, dado o receio de D. José I em viver em edifícios de pedra. No mesmo sentido, cremos que, durante este período, a cobertura do palácio foi armada em lona.

A segunda fase decorre do falecimento do rei D. José I, em 1777, com as obras empregues no mesmo ano, já no reinado da sua sucessora D. Maria I. Neste momento de análise, foi possível sugerir uma data para a planta da *Real Barraca da Ajuda* existente nos arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal, contrapondo algumas sugestões de outros trabalhos de investigação. A terceira fase dá-se em 1784 com a reabilitação da antiga sala do *Concelho de Estado* a *Sala dos Sernins* e com a construção do *Jardim das Damas*.

A segunda e terceira partes da presente dissertação visaram representar tridimensionalmente todas as parcelas passíveis de serem modeladas, incluindo algumas já extintas mas que, graças ao trabalho de investigação, puderam ser reconstituídas. Desta feita, representaram-se tridimensionalmente a sala do *Conselho de Estado/Sala dos Serenins*, sala da *Tapeçaria*, *Livraria* e *Jardim das Damas*.



Podemos também assumir que a *Real Barraca da Ajuda* se revelou um edifício arquitetonicamente pouco ornamentado, seguindo lógicas de restrição estilístico-formal, relacionadas com as várias políticas e contendas económicas enunciadas pelo Marquês de Pombal e apoiadas por D. José I pós-terramoto. Deste modo, assume-se que o contexto político-económico pós 1755 definiu uma retórica compositiva mais simplificada quando comparada ao barroco joanino, estendendo-se a outras disciplinas artísticas, como as artes decorativas.

O aspeto exterior do complexo arquitetónico, como vimos, foi descrito várias vezes de modo pejorativo pelos seus contemporâneos. Sem incorrerem numa postura anacrónica ou valorativa, estas descrições tornam-se, contudo, preciosas, ao corroborarem a hipótese de que, presumivelmente, a *Real Barraca* se revelava um edifício despojado de ornamento exterior. Acrescente-se, porém, que se recorreu à pintura de fingimento e outros materiais menos preciosos, como o estuque, ao mesmo tempo que se armavam as paredes interiores com vários tipos de tecidos e guarnições para compensar a falta de ornamento exterior.

Embora o palácio tenha sido consumido por um incêndio em 1794, sobreviveram, como vimos, a sala da *Tapeçaria*, *Livraria*, *Sala dos Serenins* e seus anexos e a capela real. Apesar de, como referido, se ter revelado complexo aferir a localização das cozinhas do palácio, sabemos, com certeza, que estas também resistiram ao incêndio, como nos refere a *Gazeta de Lisboa* de 15 de Novembro de 1794.

A par disto, com base nas reconstituições tridimensionais e especulações produzidas ao longo desta dissertação, incito, ainda, à continuidade da investigação sobre este complexo palaciano que permanece, ainda, na sua grande maioria, indecifrado, aguardando que seja compreendido e integrado como um caso sem paralelo na história da arquitetura portuguesa do século XVIII.

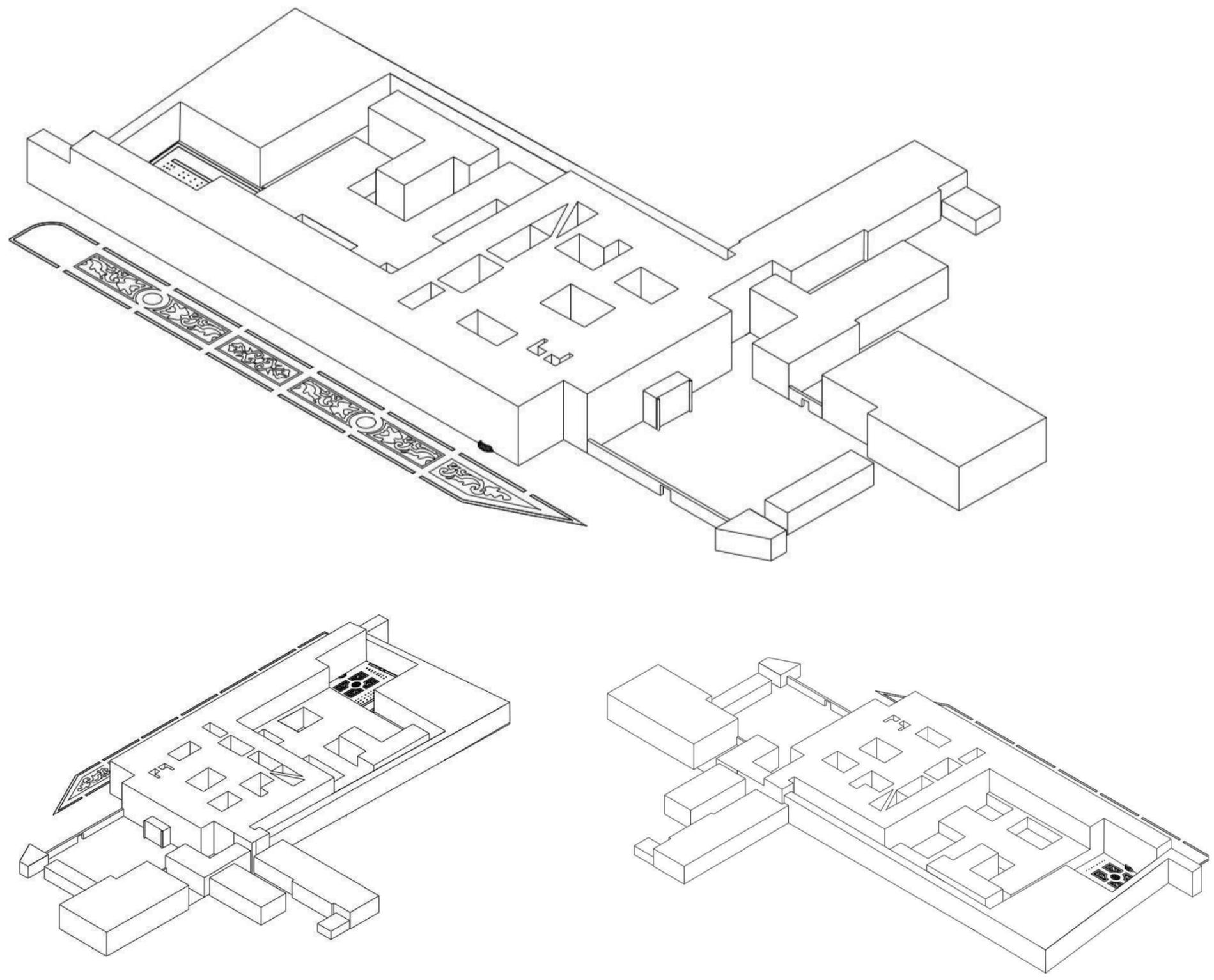


Fig.89 Especulação tridimensional primária da sùmula das parcelas da Real Barraca da Ajuda

## Bibliografia

### Bibliografia Geral

ABECASIS, Maria; *A Real Barraca, A residência na Ajuda dos Reis de Portugal após o terramoto (1756-1794)*; Lisboa; Tribuna da História; 2009.

ALGRANTI, Leila; *Notas sobre a mesa da casa Real Portuguesa no reinado de D.José I*; Coimbra; Imprensa da Universidade de Coimbra; 2010.

BASTO, Ana Rita; *Da inventariação à salvaguarda do património paisagístico*; Porto; Faculdade de Ciências do Porto; 2015.

BERGER, Francisco José Gentil; (1991); *Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa*; Lisboa; Faculdade de Arquitetura de Lisboa; 1991.

CARITA, Hélder; *Dois alçados inéditos do Palácio Real de Campo de Ourique*; Lisboa; Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; 2014.

CARVALHO, Ayres; *Dom João V e a arte do seu tempo*; Lisboa, A. de Carvalho, 1960.

CARVALHO, Ayres; *Os Três Arquitectos da Ajuda; Do Rocaille ao Neoclássico*; Lisboa; Academia Nacional de Belas Artes; 1979.

COELHO, Carlos Dias; *Os Elementos Urbanos*; Argumentum; 2015.

COELHO, Ana Cristina *et Al*; *A Freguesia da Ajuda: no Tempo e no Espaço*; Lisboa; José Manuel Gonçalves; 2013.

FRANÇA, José-Augusto; *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*; Lisboa; Livros Horizonte; 1997.

GASPAR, Diogo e SANTA-CLARA, Ana Teresa; *O Palácio de Belém*; Lisboa; Edição do Clube do Colecionador dos Correios; 2009.

LAMAS, José M. Ressano Garcia; *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*; Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian; 2010.

MENDONÇA, Isabel; *O Real Jardim Botânico da Ajuda entre o Barroco e o Iluminismo*; Lisboa; Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo; 2009.

MNAA/INCM; *A encomenda prodigiosa. Da Patriarcal à Capela Real de São João Batista*; Catálogo de Exposição, Lisboa; Museu Nacional de Arte Antiga; 2013.

MNAA/INCM; *Desenhos dos Galli Bibiena: arquitetura e cenografia*; Lisboa; Museu Nacional de Arte Antiga; 1987.

PAÇO D'ARCOS, Isabel; *Palácio de Belém in Peregrinações Heráldicas Olissiponenses*; Lisboa; 2005.

PAÇO D'ARCOS, Isabel; *O sítio de Belém in Do Palácio de Belém – Catálogo de exposição*, Museu da Presidência da República, Lisboa; 2006.

PIMENTEL, António; *Arquitectura e Poder, O Real Edifício de Mafra*; Lisboa; Livros Horizonte; 2002.



PINHEIRO, Susana; *Manoel Caetano de Sousa*; Lisboa; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; 1989.

ROSSA, Walter; *Além da Baixa, Índícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*; Lisboa; Instituto Português do Património Arquitectónico; 1998.

SARAIVA, Anísio; *Espaço, Poder e Memória, A Catedral de Lamego*; Universidade Católica Portuguesa, Centros de Estudos e História Religiosa, Lisboa; 2013.

SEQUEIRA, Gustavo; *O Palácio Nacional da Ajuda, Resenha Histórica*; Lisboa; D.G da Fazenda Pública-Lisboa; 1961.

SILVA, Antonio; *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações*; Lisboa; Typografia Maignense; 1825-1830.

VASCONCELOS, J.Leite; *O Archeologo Português*, Volume II; Lisboa; Imprensa Nacional; 1896.

VALE, Teresa; *Entre castiçais, vasos, bustos de santos e estátuas de apóstolos: cerimonial e aparato barroco do altar da Patriarcal joanina*; Cadernos do Arquivo Municipal, ISSN; 2014.

### **Dissertações**

BASTO, Ana Rita; *Da inventariação à salvaguarda do património paisagístico*; Porto; Faculdade de Ciências do Porto; 2015.

HALL, Aline Gallasch; *A cenografia e a ópera em Portugal no século XVIII: teatros régios, 1750-1793*; Évora; Universidade de Évora; 2012.

JANUÁRIO, Pedro; *Giovanni Carlo Sicinio Galli Bibiena: Teatro real da Ajuda*; Madrid; Universidad Politécnica de Madrid, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Departamento de Ideación Gráfica Arquitectónica; 2008.

JERÓNIMO, Rui; *A casa do Governador da Torre de Belém*; Lisboa; Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa; 2016.

MARQUES, Beatriz; *O vale de Alcantara como caso de estudo*; Lisboa; Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa; 2009.

PEDROSA, Guilherme; *Palácio Nacional da Ajuda, Contexto e Transição de Escala*; Lisboa; Faculdade de Arquitectura de Lisboa, 2015.

RAGGI, Giuseppina; *Architetture Dell'Inganno, Il Lungo Cammino Dell'Illusione*; Lisboa; Faculdade de Letras de Lisboa, 2004.

RAGGI, Giuseppina, G. *Carlo Sicinio Galli Bibiena: Il teatro di Salvaterra a Lisbona in I Bibiena – una famiglia europea*, Bolonha, 2000.



### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Mç. 61, *Despacho de D.Luís da Cunha e Martinho de Melo e Castro, 23 de Julho de 1756.*

ANTT, AHMF, Casa Real, Cx. A, Porc.118, Doc.99.

ANTT, AHMF, Casa Real, Cx.3095, *Relaçãõ dos pagam.tos que se fazem por ordem de S. Mag.de, e principia em 21. de Janr.º de 1756.*

ANTT, AHMF, Casa Real, Cx.3097, *Despesas do ano de 1760 a 1761.*

ANTT, AHMF, Casa Real, Cx.3096, *Despesas de Maio a Dezembro de 1771.*

ANTT, AHMF, Casa Real, Cx.3011, *Despesas de Maio de 1778.*

ANTT, AHMF, Casa Real, Cx.3118, *Despesas de Junho de 1781.*

ANTT, AHMF, Casa Real, Cx.3122, *Despesas de Novembro de 1782.*

ANTT, AHMF, Casa Real, Cx.3124, *Despesas de Fevereiro de 1783.* ANTT, AHMF, Casa Real, Cx.3127, *Despesas de Julho de 1783.*

ANNT, Ministério do Reino, Mç. 444, Cx.555, *Cartas de Avelar Brotero e Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Museu Jardim Botânico, 16 Novembro de 1822.*

### **Arquivo Histórico do Tribunal de Contas**

AHTC, Décima da Cidade, *Arruamentos da freguesia da Ajuda, DC 5, AR, 1770.*

### **Páginas web**

Arquivo Nacional Torre do Tombo, (<http://digitalarq.arquivos.pt/>).

Arquivo Histórico Militar, (<http://arqhist.exercito.pt/>).

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, (<http://www.bnportugal.pt/>).

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Forte de Sacavém, (<http://www.monumentos.gov.pt/>).



